



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. "C" AO Nº 81 TERÇA-FEIRA, 02 DE JUNHO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Benedito de Lira (16,18,44)</p> <p>Walter Pinheiro (31,36,43)</p> <p>Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha (32)</p> <p>Walter Pinheiro (31,36,43)</p> <p>Lindbergh Farias (30)</p> <p>Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Ataídes Oliveira (33)</p> <p>Wilder Moraes (46)</p> <p>Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (23)</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,26)</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p>Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p>Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o assassinato de jovens negros no Brasil

Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2015..... 4

Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2015..... 10

Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2015..... 34

1.1.2 – Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2015..... 58

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião, realizada em 12 de maio de 2015, às 14 horas e 31 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Roberto Rocha, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Simone Tebet, Fátima Bezerra e Randolfe Rodrigues**. Deixaram de comparecer os Senadores **Paulo Paim, Telmário Mota, Maria do Carmo Alves e Magno Malta**. Na ocasião, foi aprovado o Plano de Trabalho apresentado pelo Sen. Lindbergh Farias. Ainda, foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
1/2015	Sen. Lindbergh Farias	Requer que seja realizada Audiência Pública com os seguintes pesquisadores: 1. Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência dos Jovens no Brasil; 2. Luiz Eduardo Soares, professor especialista em segurança pública. 3. Ignácio Cano, professor e fundador do Laboratório de Análise da Violência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; 4. Sergio Adorno, professor e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo; 5. Michel Misse, professor do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
2/2015	Sen. Lindbergh Farias	Requer que seja realizada Audiência Pública com representantes das seguintes entidades: 1. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2. Anistia Internacional; 3. Central Única de Favelas; 4. Observatório de Favelas; e 5. Justiça Global.
3/2015	Sen. Lindbergh Farias	Requer que seja realizada Audiência Pública com representantes das seguintes entidades: 1. Viva Rio; 2. Sou da Paz; 3. Geledés; 4. CONEN – Coordenação de Entidades Negras; e 5. Campanha Reaja.

Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apresentação do plano de trabalho, que será feita pelo Senador Lindbergh Farias, Relator desta CPI.

Peço ao Senador que venha sentar-se à mesa para apresentar o plano de trabalho. (Pausa.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Lídice, entreguei o plano de trabalho para todos os Senadores que fazem parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sabendo das circunstâncias do dia de hoje, em que temos a sabatina do candidato a ministro, o Sr. Fachin, na Comissão de Constituição e Justiça, acho que posso fazer uma leitura bem resumida do meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu sugeriria exatamente isso, Senador Relator. V. Exª não precisa ler toda essa parte de introdução, contextualização, talvez pudesse se dirigir diretamente, porque fomos, digamos assim, prejudicados por dois episódios. O primeiro foi realmente lamentável: a morte do Senador Luiz Henrique no último domingo, ontem, o Senado estava em luto e, portanto, não poderia ter atividade desta natureza.

E, como precisávamos aprovar o nosso plano de trabalho, transferimos a nossa reunião para hoje, neste horário, quando está ocorrendo a sabatina. Portanto, ficamos prejudicados dessa maneira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O plano de trabalho, na verdade, foi distribuído a todas as Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores. Dessa forma, Presidente Lídice, vou só aqui falar um pouco da nossa metodologia de trabalho.

Considerando-se a sociedade, impõe-se indagar algumas questões:

- a) Quem comete o crime letal intencional, ou homicídio doloso, ou ainda, em outras palavras, quem mata?
- b) Onde o faz?
- c) Quando pratica o crime?
- d) Como o comete?

- e) Por que o faz?
- f) Quem é a vítima e quais as suas relações com o perpetrador do homicídio?

Considerando-se o Estado, cabe registrar os temas organizados em dois eixos principais, nos quais não vou aqui aprofundar-me:

- a) Prevenção; e
- b) Responsabilização.

Quanto ao roteiro de trabalho, Presidente Lídice, nós poderíamos resumir dizendo o seguinte: vamos ter uma primeira fase de diagnóstico; audiências públicas de oitivas tanto aqui quanto nos Estados; audiências temáticas de discussão de vários temas correlatos (desarmamento, políticas sobre drogas, maioria penal, reforma das polícias e outros); estudos sobre experiências bem-sucedidas; visitas in loco, de que já falei; e, ao final, elaboração e apresentação do relatório.

Parcerias e Apoios Institucionais. O tamanho do desafio posto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como já dito, supera qualquer preferência partidária ou a alternância natural dos governos que enfrentam o problema. Trata-se de um desafio a todos os brasileiros.

No âmbito do apoio institucional, solicitamos a disposição e empenho para diálogo das diversas esferas governamentais do Poder Executivo, às várias instâncias do Poder Judiciário e os de todos os níveis do Poder Legislativo, em especial dos órgãos:

- Ministério da Justiça;
 - Ministério da Saúde;
 - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;
 - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
 - Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio, especialmente, da Secretaria Nacional de Juventude;
 - Advocacia-Geral da União;
 - Ipea;
 - Conselho Nacional de Juventude - Conjuve;
 - Conselhos Nacionais de Políticas Públicas;
 - Secretarias Estaduais de Segurança Pública;
 - Comandos das Polícias Militares;
 - Comandos das Polícias Civis;
 - Ouvidorias de Polícias;
 - Departamento de Polícia Federal;
 - Ministérios Públicos e Conselho Nacional do Ministério Público;
 - Defensorias Públicas;
 - Tribunais de Justiça e Conselho Nacional de Justiça;
 - Ordem dos Advogados do Brasil;
 - Câmara dos Deputados;
 - Assembleias Legislativas.
- Também será necessário firmar parcerias com as mais diversas entidades, dentre as quais se encontram:
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
 - Central Única de Favelas - Cufa;
 - Observatório de Favelas;
 - Mães de Maio;
 - Viva Rio;
 - Anistia Internacional;
 - Sou da Paz;
 - Human Rights Watch;
 - Cedeca;
 - Unicef;
 - Geledés;
 - Igarapé;
 - Conen - Coordenação de Entidades Negras;
 - Campanha Reaja;

- Justiça Global;
- Pastoral Carcerária;
- Pastoral da Juventude;
- Iser;
- Luta pela Paz;
- Ecucap;
- Cecipe;
- Comissão de Justiça e Paz;
- Movimentos de Hip Hop.

No campo da pesquisa, é fundamental que esta Comissão ouça, pelo menos, os seguintes professores:

- Luiz Eduardo Soares;
- Ignácio Cano;
- Júlio Jacobo Waiselfisz;
- Daniel Cerqueira;
- Fátima Oliveira;
- Michel Misse;
- Gláucio Ari Dyllon Soares;
- Paulo Sérgio Pinheiro;
- Sergio Adorno;
- Irene Rizzini;
- Miriam Guindani;
- Miriam Abramovay;
- Pedro Pereira;
- Marcos Rolim;
- Ana Maria Flausina;
- Silvia Ramos;
- Eliana Sousa;
- Jailson Sousa;
- João Trajano Sento-Sé;
- Alba Zaluar;
- Luiz Antonio Machado.

O plano de trabalho proposto é apenas um ponto de partida para orientar o início das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito, já que se pretende receber valorosas contribuições que poderão emendar, alterar e mesmo reorientar este planejamento a partir da escuta de especialistas, pesquisadores e entidades militantes no tema.

Entretanto, acreditamos que alguns questionamentos-chave devem orientar o trabalho deste inquérito, para os quais, se obtivermos algumas pistas sobre como respondê-los satisfatoriamente, a contribuição, certamente, já terá sido valiosa.

Dessa forma, com vistas a organizar propostas para ações efetivas que alterem o dramático cenário brasileiro de mortes violentas sofridas pelos jovens, podemos orientar nossas atividades na busca de respostas para os seguintes desafios:

- 1) O que tem tornado possível a violência letal de jovens, inclusive a policial, na escala em que ocorre no Brasil?
- 2) O acesso ilegal às armas está sendo rigorosamente investigado, prevenido e reprimido?
- 3) Qual o sentido da discussão acerca da reforma do Estatuto do Desarmamento?
- 4) Quais os fatores permitem que a taxa nacional de esclarecimento de homicídios dolosos seja tão baixa?
- 5) De que modo o modelo policial, associado à atual legislação referente às drogas, tem concorrido para o aumento veloz da população carcerária?
- 6) O atual cenário exige uma discussão aprofundada sobre a reforma das polícias?
- 7) O Estatuto da Criança e Adolescente está sendo, efetiva e rigorosamente, implementado?
- 8) Qual o sentido de incluir na agenda nacional a redução da maioria penal?
- 9) A Lei de Execuções Penais tem sido cumprida no sistema penitenciário?
- 10) O controle externo da atividade policial tem sido realizado?

- 11) O Estado, em suas diversas instâncias, tem proporcionado condições que contribuam para reduzir a dinâmica da criminalidade letal na sociedade?
- 12) Os direitos dos trabalhadores policiais estão sendo respeitados no interior de suas respectivas organizações?

Srª Presidente, apresento junto ao plano de trabalho, que, como mencionei desde o início, já divulgamos para todos os membros desta CPI, três requerimentos, que seriam as nossas três primeiras audiências públicas.

Primeiro requerimento:

Nos termos do §3º, do art. 58 da Constituição Federal, c/c o art.148 do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a instalação da CPI de Assassinato de Jovens, requeiro a realização de audiência pública, com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre os homicídios de jovens nos últimos anos, para subsidiar os trabalhos desta Comissão.

Desta forma, requeiro que a Presidência convide para participação os seguintes pesquisadores do tema:

1. Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência dos Jovens no Brasil;
2. Luiz Eduardo Soares, professor especialista em segurança pública;
3. Ignácio Cano, professor e fundador do Laboratório de Análise da Violência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro;
4. Sergio Adorno, professor e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo;
5. Michel Misse, professor do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Temos aqui a justificativa.

Os dois outros requerimentos são no sentido de chamarmos as principais entidades que discutem o tema – vamos chamar outras depois que não estão nessas duas primeiras audiências – e seriam:

1. Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
2. Anistia Internacional;
3. Central Única de Favelas;
4. Observatório de Favelas; e
5. Justiça Global.

O terceiro requerimento, também dentro do plano de escutar entidade – e estamos abertos a colocar outras, Presidente, é no sentido de convidarmos:

1. Viva Rio;
2. Sou da Paz;
3. Geledés, entidade de mulheres negras, que faz um trabalho muito importante para o País;
4. Conen (Coordenação de Entidades Negras); e
5. Campanha Reaja.

Na verdade, essas três audiências aconteceriam nas próximas segundas-feiras, a partir de 19h30. Como falei aqui, já tínhamos acertado com o Presidente do Senado, Renan Calheiros, a possibilidade, pela importância do tema, de serem acompanhadas pela TV Senado essas audiências públicas, delas serem televisionadas.

Então, é dessa forma que eu apresento aqui a minha breve exposição sobre o plano de trabalho, Senador Roberto Rocha, porque nós estamos hoje em um dia em que temos que nos transformar em vários: sabatina na CCJ etc. Então, a gente está apresentando esse plano de trabalho com esses três primeiros requerimentos, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Relator. Saúdo o Senador Roberto Rocha.

Bom, os requerimentos apresentados pelo Relator podem ser aprovados em bloco.

Trata-se do Requerimento nº 1, que apresenta o nome dos principais pesquisadores do tema no Brasil, que S. Exª já leu, são cinco.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Acho que seria importante, só para deixar claro para o Senador Roberto Rocha, desculpe, Senadora Lídice: Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência dos Jovens no Brasil; Luiz Eduardo Soares; Prof. Ignácio Cano; Sergio Adorno; e Prof. Michel Misse.

Desculpe, Senadora Lídice.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

É que eu tinha a impressão, quando eu o vi recebendo o plano de trabalho, que havia cópia dos requerimentos. Então, eu vou ler dos outros requerimentos também, as entidades que participariam.

A nossa ideia é fazer em três segundas-feiras seguidas às 19h30. A primeira seria com a participação dos cinco pesquisadores. Na segunda, nós teríamos a participação de cinco entidades que se relacionam com o tema da violência contra a juventude. Seriam: Viva Rio, Sou da Paz, Geledés, Conen (Coordenação de Entidades Negras), e Campanha Reaja.

Eu queria só um esclarecimento. Essa Campanha Reaja é um movimento nacional? Porque, na Bahia, nós temos o Movimento Reaja, que inclusive...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É justamente esse.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É esse mesmo. É o Movimento Reaja.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Movimento Reaja.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Movimento Reaja, que é um movimento que está se organizando...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vou fazer a alteração.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ...na periferia da cidade, que se pronunciou e vem tendo uma participação grande na denúncia e organização da resistência ao assassinato de 14 jovens em um bairro popular de Salvador. Então, esse seria o segundo requerimento.

O terceiro requerimento diz respeito às entidades que também participariam em um terceiro momento. Em uma segunda-feira, os especialistas, na outra segunda-feira, essas entidades que acabei de ler e, na terceira segunda-feira, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Anistia Internacional, a Central Única de Favelas, o Observatório de Favelas e a Justiça Global.

Essas seriam as três primeiras audiências públicas que faríamos. A ideia era que nós pudéssemos fazer um conjunto de audiências públicas aqui em Brasília, no primeiro momento, que seria responsável, digamos, pela formulação de um diagnóstico da situação. E a partir daí nós aprovaríamos às audiências públicas de visitação aos Estados. A Senadora Fátima Bezerra já pediu para que o Rio Grande do Norte fosse um dos primeiros Estados a ser visitados. Certamente o Senador Roberto Rocha vai propor o Maranhão, eu vou propor a Bahia, e assim por diante.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Peço a palavra para cumprimentar V. Exª e o Relator, inclusive para dizer-lhes que, de fato, a gente precisa se desdobrar em vários ao mesmo, tanto que estamos aqui ao lado com a sabatina para um indicado para o Supremo.

Mas eu não podia perder a oportunidade de aqui estar para dar o meu apoio à agenda da nossa Comissão, agenda que se inicia. Portanto, desde já, proponho, na forma regimental, que façamos uma audiência em São Luís, Estado do Maranhão. Temos lá, claro, inúmeros casos. Somos o segundo Estado pior nessa situação, infelizmente. O Maranhão tem ostentado grandes números negativos. Mas há um caso muito emblemático na sociedade maranhense. Refiro-me a um jovem advogado de apenas 29 anos, na flor da idade, que foi barbaramente, cruelmente assassinado. Eu gostaria muito que, a partir desse caso, a gente pudesse, de maneira exemplar, melhorar as instituições no Maranhão. Esse caso, óbvio, está sendo investigado pelas instituições do Estado, mas que estão muito aquém do desejável. Eu acredito que a presença desta Comissão no Estado do Maranhão, em São Luís, vai dar luz a esse episódio lamentável que até hoje faz muitas pessoas chorarem no Maranhão. Um garoto de 29 anos, advogado, militante social, político, e que morreu de forma cruel.

Então, quero deixar, desde agora, Presidenta e Relator, esse requerimento, para que possamos fazer essa audiência pública em São Luís, no Maranhão.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu não disse o nome do advogado: Bruno Matos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Como o requerimento é verbal...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu posso formalizá-lo, se assim for necessário.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente. Peço a V. Exª que o formalize, para que, na próxima reunião, já o aprovaremos imediatamente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vou colocar em votação, para aprovação, em primeiro lugar, o nosso plano de trabalho.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1

PLANO DE TRABALHO

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Plano de Trabalho apresentado pelo Sen. Lindbergh Farias para a CPI do Assassinato de Jovens.)

Agora vamos votar um requerimento extrapauta para aprovação dos requerimentos aqui já lidos.

Com base no art. 121 do Regimento Interno, incluo extrapauta os requerimentos, para que possamos apreciá-los.

Primeiro nós vamos apreciar a aprovação extrapauta desses requerimentos.

Aqueles que concordarem com a inclusão dos requerimentos extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Agora, vamos aprovar, em bloco, os três requerimentos.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

Requerimento Nº 1/2015

Requer que seja realizada Audiência Pública com os seguintes pesquisadores:

1. Julio Jacobo Waiselfisz, autor do Mapa da Violência dos Jovens no Brasil;
2. Luiz Eduardo Soares, professor especialista em segurança pública.
3. Ignácio Cano, professor e fundador do Laboratório de Análise da Violência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro;
4. Sergio Adorno, professor e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo;
5. Michel Misse, professor do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

EXTRAPAUTA

ITEM 3

Requerimento Nº 2/2015

Requer que seja realizada Audiência Pública com representantes das seguintes entidades:

1. Fórum Brasileiro de Segurança Pública;
2. Anistia Internacional;
3. Central Única de Favelas;
4. Observatório de Favelas; e
5. Justiça Global.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

EXTRAPAUTA

ITEM 4

Requerimento Nº 3/2015

Requer que seja realizada Audiência Pública com representantes das seguintes entidades:

1. Viva Rio;
2. Sou da Paz;
3. Geledés;
4. CONEN – Coordenação de Entidades Negras; e
5. Campanha Reaja.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados os Requerimentos de nºs 1, 2 e 3.

Quanto à solicitação feita oralmente pelo Senador Roberto Rocha, eu proponho formalizá-lo para que possamos aprová-lo na próxima reunião. Inclusive, para a próxima reunião, que possamos aprovar os requerimentos de visitação aos Estados, porque aí nós aprovaríamos o do Senador Roberto Rocha, o da Senadora Fátima Bezerra e os outros que eventualmente forem colocados.

Nos termos do art. 211 do Regimento Interno, eu coloco em votação a ata desta 1ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada.

Sendo assim, meus amigos, aprovamos o plano de trabalho, as três primeiras audiências públicas e já apontamos para as primeiras visitas.

Se não houver nenhuma outra, digamos assim, questão considerada essencial, vamos caminhar para o encerramento desta reunião que foi convocada – vou passar a palavra ao nosso Relator –, extraordinariamente, com o sentido de realizar apenas essa pauta, em função de tudo aquilo que já foi explicado antes; o luto, a impossibilidade de realizar uma reunião e a necessidade de colocarmos o nosso trabalho adiante.

Passo a palavra ao nosso Relator.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Vai ser um minuto só.

Senador Roberto Rocha, Senadora Lídice, acho que, na próxima segunda, de fato, começamos a parte mais importante dos nossos trabalhos: as audiências públicas. Em especial, nesta segunda-feira, estamos trazendo aqui os maiores especialistas do País. Repito: Julio Jacobo Waiselfsz; Luiz Eduardo Soares; Ignácio Cano; Sergio Adorno e Michel Misse. Acho que, a partir da próxima segunda-feira, de fato, começamos o nosso trabalho. Quero só registrar e novamente marcar essa data.

Estamos insistindo em convidar os Senadores porque o nosso horário é sempre às segundas-feiras, às 19h30. Sei que é um dia complicado, muitos Senadores que ainda estão nos Estados, mas estou convencido de que é muito melhor fazer isso em uma segunda-feira, que em um dia de semana como hoje, cheio de comissões, de votações no plenário. Insisto, porque acho que estamos acertando em fazer essas audiências públicas às segundas-feiras, porque vamos ter mais tempo e calma para o debate político.

Então, segunda-feira, às 19h30, começamos, concretamente, os nossos trabalhos da Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida.

Quero agradecer a todos que estiveram presentes aqui, nesta reunião, hoje, a nossa equipe, a nossa assessoria.

Querido Senador Lindbergh, nosso Relator, teremos também que aprovar requerimentos com outra característica, a partir do momento em que iniciarmos as visitas. Inclusive na CPI do Tráfico de Pessoas, contamos com um acompanhamento, com uma assessoria solicitada pela Comissão à Polícia Federal, porque se tratava de crime federal, mas podemos solicitar apoio de outras instituições do Governo para integrar a nossa assessoria. Podemos discutir o plano de trabalho, verificar essas necessidades e apresentar os requerimentos nessa direção.

Não tendo, portanto, nada mais a ser tratado na reunião de hoje, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2015, às 19 horas e 35 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias e Fátima Bezerra**. Deixaram de comparecer os Senadores **Roberto Rocha, Paulo Paim, Ângela Portela, Telmário Mota, Maria do Carmo Alves e Magno Malta**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença do Prof. Dr. Ignácio Cano, do Prof. Dr. Marcelo Nery e do Prof. Dr. Michel Misse. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 115, de 2015, com a finalidade de, num prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião se destina à realização de audiência pública interativa com os pesquisadores indicados no Requerimento nº 1, de 2015, aprovado por esta Comissão.

Estão presentes os seguintes convidados:

- Prof. Dr. Ignácio Cano, professor fundador do Laboratório de Análise da Violência, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a quem peço que tome assento à mesa;

Prof. Dr. Marcelo Nery, pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo, que foi indicado pelo Professor Doutor Sérgio Adorno e o Prof. Dr. Michel Misse, professor do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Não puderam comparecer, justificadamente – esperamos tê-los conosco em uma próxima oportunidade – os Profs. Júlio Jacobo e Luiz Eduardo Soares.

Peço aos senhores convidados que tomem assento. Já tomaram devidamente.

Essa audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação das pessoas pelos diversos canais postos à disposição pelo Senado Federal por meio do portal e-cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e no Alô Senado através do número 0800 61 2211.

Para organizar nossos trabalhos, informo que, após a exposição dos convidados, a palavra será concedida aos Srs. Senadores na ordem de inscrição. Terão preferência para uso da palavra o relator e autor do requerimento, o Presidente, membros titulares, suplentes e os não membros.

Inicialmente, vou conceder a palavra...

Os senhores consideram que o tempo de 15 minutos é suficiente, razoável? Se houver necessidade, ampliaremos esse tempo com flexibilidade, até porque o interesse é nosso.

Vamos, portanto, começar.

Concedo a palavra ao Prof. Ignácio Cano.

Deseja usar algum recurso?

Estamos iniciando, portanto, a nossa reunião de audiência pública da CPI de Assassinatos de Jovens no Brasil, com a palavra, por minutos, ao Prof. Ignácio Cano, que fará sua apresentação.

O SR. IGNÁCIO CANO – Muito obrigado, Srª Presidente.

Quero agradecer o convite para estar aqui hoje. Quero também parabenizar o Senado por ter criado uma CPI sobre esse tema, de extrema gravidade para o País, mas que, infelizmente, o Brasil tende a esquecer ou a negligenciar.

Vou apresentar aqui, brevemente, alguns dados de uma pesquisa que fazemos anualmente em parceria com observadores de favelas, a Unicef e a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal sobre homicídios contra crianças e adolescentes na faixa de 12 a 18 anos.

Esse programa... no Rio de Janeiro está tudo tão difícil que até os micróbios se aproveitam do momento. Pode passar, por favor.

Essa linha de trabalho que seguimos, em parceria com observadores de favelas, a Unicef e a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, constituiu o chamado Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. Vou apresentar dados que foram trabalhados dentro desse programa. Na próxima semana, acredito que Raquel Willadino, do Observatório de Favelas, virá aqui também e apresentará outros componentes do programa.

Criamos um índice chamado Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), que permitisse mensurar e monitorar a incidência do fenômeno, que ajudasse a avaliar políticas públicas e que permitisse uma publicização e uma interpretabilidade do fenômeno do homicídio contra crianças e adolescentes. Queremos mobilizar a sociedade e o Poder Público para a gravidade do problema.

Pode passar, por favor.

O Índice de Homicídios na Adolescência representa o número de adolescentes que morrem por causa de homicídios antes de completarem 19 anos para cada grupo de mil adolescentes de 12 anos. O que esperaríamos seria um número próximo de zero. Ou seja: em muitas sociedades, não há praticamente casos de adolescentes que perdem a vida por homicídios antes de completar o ciclo da adolescência. Na nossa sociedade, infelizmente, esse número, como vamos ver, é dramático.

As fontes são o Ministério da Saúde, o DataSUS, em relação às certidões de óbito, e o IBGE para as populações. A nossa unidade de análise são os Municípios com mais de 100 mil habitantes. Se a gente calcular para populações muito pequenas, o índice acaba sendo muito instável e pouco confiável. Então, a gente calcula apenas para populações com 100 mil habitantes ou mais.

Nós aplicamos também fatores de correção sobre idade desconhecida e sobre Município de residência desconhecido justamente para não favorecer os Municípios e Estados que têm pior qualidade de informação. Esses fatores acabam corrigindo a perda de informação.

Então, esses fatores acabam corrigindo a perda de informação.

O primeiro dado que eu queria apresentar é a evolução da proporção de mortes devidas à violência. Na série que vai de 2000 a 2012, último ano para o qual temos resultados definitivos do Ministério da Saúde. Já temos resultados provisórios para 2013, mas não ainda os definitivos.

Para a população em geral, aproximadamente, entre 4% e 5% das mortes são devidas a homicídio. Já para os jovens, o percentual é muito superior, como caberia esperar, mas o mais grave é que esse percentual está em aumento. E os dados do último ano, 2012, são os mais dramáticos de toda a série a partir de 2000. Se em 2000, 30% dos jovens e adolescentes morriam por causa de homicídio; em 2012, esse número sobe para 36,5%.

Considerando, então, a população desses 288 Municípios com mais de 100 mil habitantes, para cada grupo de 1.000 adolescentes de 12 anos, 3,32 perderam a vida vítimas de homicídio antes de completar a adolescência. Isso representa... Com licença, eu vou pegar uma bala. *(Pausa.)*

Isso representa um incremento de 17% em relação aos dados de 2011.

Se nada for mudado, isso significa que 42 mil adolescentes serão assassinados no Brasil apenas nesses Municípios, no período que vai de 2013 a 2019. A distribuição não é homogênea. O caso mais dramático é o Nordeste do País, seguido pelo Centro-Oeste; e a Região Sul apresenta o número menos grave. É importante que se explicita que, se há 15 ou 20 anos, homicídio contra jovens era basicamente um problema das metrópoles do Sudeste do Brasil, hoje em dia é sobretudo um problema das cidades do Nordeste.

Nós temos, em primeiro lugar, Alagoas, que mais do que duplica a média nacional. Em segundo lugar, a Bahia, Ceará e Espírito Santo. E no outro extremo, os Estados...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Esse número é em relação a 100 mil habitantes?

O SR. IGNÁCIO CANO – Não. A cada 1.000 jovens de 12 anos quantos vão morrer assassinados antes de cumprir os 19.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Esse percentual que dá 36,5% de média nacional?

O SR. IGNÁCIO CANO – Não. Esse percentual é o percentual das mortes.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Esse daí é projeção?

O SR. IGNÁCIO CANO – De cada 1.000 jovens de 12 anos, quantos vão morrer assassinados antes de completar os 19, ao longo do ciclo da adolescência.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mantendo-se o quadro...

O SR. IGNÁCIO CANO – Exatamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso é 2012?

O SR. IGNÁCIO CANO – De 2012, que é o último ano com os dados definitivos fornecidos pelo Ministério da Saúde.

No outro extremo, numa situação mais favorável, nós temos Santa Catarina, Acre e São Paulo, mas, de qualquer forma, todos esses valores ultrapassam 1, quando, na verdade, nós esperaríamos um valor realmente próximo de zero.

Por cidades, nós temos Fortaleza em primeiro lugar, com valor superior a 9. Depois, Maceió, Salvador e João Pessoa. Mais uma vez, o Nordeste acaba focalizando um número muito elevado de agressões e mortes contra jovens.

Para os Municípios de mais de 200 mil habitantes, temos Itabuna com um valor de 17; Cariacica e Serra... Então, são Municípios, em geral, alguns do Espírito Santo; muitos da Bahia e de alguns outros Estados do Nordeste.

Quando comparamos pelo tamanho da população, vemos que o problema é mais grave nos Municípios de mais de 500 mil habitantes, com 3,5; e, depois, nos Municípios de 100 mil a 500 mil, 3,12.

O problema é menos grave nos Municípios pequenos, menos de 50 mil habitantes. Ou seja, embora o problema seja mais grave no Nordeste, ainda é basicamente um problema urbano.

Esse é o risco relativo por dimensão, que nos diz a comparação do risco de um grupo e outro. Vemos, por exemplo, que os adolescentes de sexo masculino têm um risco 12 vezes superior às adolescentes de sexo feminino. O risco de morrer assassinado por arma de fogo é 4,6 vezes superior a morrer assassinado por qualquer outro meio, o que vem a sublinhar, de novo, a importância do controle das armas de fogo em qualquer política de redução da violência letal.

Vamos voltar, por favor.

Por raça, temos que o risco dos negros, pretos e pardos é 3 vezes superior ao risco dos brancos. Por idade, vemos que vai aumentando. Na verdade, a faixa de maior risco é a faixa de 19 a 24 anos. Depois, vai caindo lentamente com a idade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Depois da adolescência...

O SR. IGNÁCIO CANO – Isso.

O risco é relativamente baixo na infância, com menos 12 anos; sobe rapidamente na adolescência; e permanece muito elevado – o pico está entre 20 e 24 anos – e, depois, cai lentamente, só chegando a um nível comparado ao da adolescência muito tempo depois, quando as pessoas estão próximas à terceira idade.

Próximo, por favor.

Nesse eslaide, temos uma correlação entre os riscos relativos para cada uma dessas dimensões e o fenômeno em geral. O que nós vemos? Os Municípios onde há mais violência contra crianças e adolescentes são justamente os Municípios onde o percentual de homens mortos é maior, o percentual de jovens negros é maior e o percentual de mortes por armas de fogo é maior. Ou seja, quando há um agravamento do quadro de violência, esse agravamento afeta, sobretudo, o perfil da vítima preferencial, que são os jovens negros do sexo masculino mortos por arma de fogo.

A evolução ano a ano, a partir de 2005, desde quando a gente vem fazendo esse trabalho, mostra que, infelizmente, 2012, o último ano, apresenta o valor mais elevado de toda a série, ou seja, apesar dos esforços que o Brasil vem fazendo, a violência contra o jovem adolescente está aumentando.

Na evolução por Região, podemos perceber que, em 2005, as Regiões todas tinham mais ou menos o mesmo patamar, mas o Nordeste continua crescendo quase ininterruptamente em todos os anos e o Sul aumentou relativamente. O Sudeste foi a única região que experimentou um decréscimo significativo. Mas o quadro, no Norte e, sobretudo, no Nordeste, é dramático.

Baseado, então, em números de 2005, tínhamos predito que morreriam 35 mil jovens no período de 2006 a 2012, se as condições não mudassem. Infelizmente, o número foi muito próximo, 33.588. Ou seja, as condições certamente não melhoraram de forma significativa.

Vou apresentar também brevemente resultados de um estudo que fizemos há poucos anos sobre quais fatores correlacionam o índice de homicídios contra adolescentes e os Municípios, ou seja, quais características dos Municípios tendem a favorecer ou a dificultar a violência contra os jovens.

As dimensões analisadas são estrutura demográfica e socioeconômica, mercado de trabalho, educação, serviços urbanos, vulnerabilidade familiar, estilos de vida e políticas públicas. Esse é o modelo final. Resumindo, os Municípios com maior taxa de violência contra jovens e adolescentes são Municípios de maior tamanho que crescem demograficamente com rapidez, onde há muita troca de população, entradas e saídas, com uma baixa renda *per capita*, com má qualidade do sistema educacional medida pelo Ideb, que é um índice amplamente conhecido, com muitos deslocamentos de entrada e saída de Município e resultados um pouco mais controversos. Municípios que têm maior proporção de pessoas sem religião e com população evangélica.

Nós interpretamos isso não no sentido de que as pessoas abandonaram Deus, mas no sentido de que há uma penetração maior, um crescimento maior da religião evangélica justamente em áreas pobres e degradadas que também têm maiores níveis de violência.

As duas dimensões, então, mais determinantes para afetar a taxa municipal de homicídios contra jovens são o crescimento populacional e as dinâmicas demográficas, a renda e também a educação. A renda está associada negativamente a risco de homicídio contra adolescente; entretanto, não é a renda do conjunto da população, é a renda da parte mais pobre da população a que mais relação apresenta com a taxa de homicídios.

Então, por exemplo, a correlação... o coeficiente vai de um a menos um, a correlação total é 0,25; a correlação da parte mais rica é 0,19; da quarta parte é 0,24; vai aumentando. E a correlação é máxima com a renda média dos mais pobres. Isso é muito importante, porque está nos dizendo que um programa de transferência condicional de renda pode ajudar a prevenir a violência contra os jovens.

Então, resumindo, Municípios com sistemas educacionais de boa qualidade estão prevenindo...

(Soa a campanha.)

O SR. IGNÁCIO CANO – ... a violência contra adolescentes...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É que é automático.

Fique tranquilo. Pode falar.

O SR. IGNÁCIO CANO – Não vou demorar muito, não.

Municípios onde há transferência de renda ou uma maior renda dos setores mais pobres são também Municípios com maior proteção em relação à violência contra os jovens.

Por último, para fechar minha apresentação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Fique tranquilo, Ignácio.

O SR. IGNÁCIO CANO – Pode passar, por favor.

Algumas linhas políticas de atuação possível para prevenir homicídios contra adolescentes. A primeira e mais clara é o controle de armas. Mais de 80% dos homicídios, no Brasil, são cometidos com armas de fogo. Então, apesar dos avanços relativos que o Brasil viveu na última década, isso ainda é insuficiente. A arma de fogo continua sendo o vetor fundamental da violência letal.

Em segundo lugar, políticas de prevenção social, que, como acabei de manifestar, deveriam estar focalizadas sobretudo em transferência de renda às populações de risco – juventude das áreas periféricas –, melhora do sistema educacional e permanência dos jovens nas escolas.

Em terceiro lugar, uma melhora das taxas de esclarecimento criminal relacionadas a homicídios. Em muitos Estados, no Brasil, hoje, mais de 90% dos homicídios não resultam na punição de alguém. As taxas de condenação – na pesquisa que nós fizemos no Rio – são inferiores a 8%, ou seja, mais de 92% de cada cem homicídios não resultam na punição de alguém. Como a taxa de reincidência na área de homicídios é elevada, significa que esses homicidas continuarão a desenvolver a sua triste tarefa.

Então, em vez de o Brasil se debruçar sobre o aumento de penas – se as penas são de 20, 30, 40 anos –, o Brasil tem que se debruçar sobre o problema da quantidade de crimes que nunca são esclarecidos, particularmente crimes de homicídio.

Em quarto lugar, fortalecimento dos programas de proteção. Aí posso mencionar o PPCAAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte). Em vários Estados, os programas de proteção não têm financiamento suficiente, estão quase desmantelados, não têm apoio, não têm continuidade administrativa. Enfim, eu convido V. Ex^{as} a se debruçarem sobre o problema dos programas de proteção no Brasil, que em muitos Estados é dramático.

Por último, nós estamos aguardando a criação de planos de prevenção ao homicídio em vários níveis: um plano nacional de prevenção a homicídios, um plano estadual e planos locais que têm de estar baseados em diagnósticos locais para se entender qual é a ideologia desse homicídio em cada localidade, para que então sejam tomadas as medidas preventivas.

O Governo Federal indicou que estaria pensando na possibilidade de desenvolver um plano nacional de prevenção de homicídios, e nós estamos aguardando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. IGNÁCIO CANO – Desculpem-me a minha garganta.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada por essa exposição que dá início à nossa discussão.

Eu vou passar a palavra, agora, ao Prof. Marcelo Nery, do Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo (USP).

O SR. MARCELO NERY – Boa noite!

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Boa noite!

O SR. MARCELO NERY – Senadores, Senadoras, Srs. Professores, é uma honra e um privilégio falar com os senhores, com vocês aqui presentes e vocês pela internet. E venho falar aqui de um tema, representando uma instituição que trata desse tema há pelo menos 25 anos, 30 anos – é uma grande responsabilidade. E vocês vão verificar que algumas coisas vão soar como contradições àquilo que o Prof. Ignácio disse anteriormente, e eu gostaria que vocês entendessem como um complemento.

Gostaria de começar – o próximo eslaide, por favor, – falando o seguinte: se a gente vai falar de violência, homicídios contra jovens, alguns pontos são fundamentais. O primeiro ponto fundamental é o jovem, que é a principal vítima e o principal ator de violência. Isso é uma tendência mundial – é a principal vítima e o principal ator!

Próximo eslaide.

Outro elemento fundamental é que, dentro do perfil das principais vítimas, temos as pessoas de baixa renda. E existe uma relação entre violência e pobreza? Não necessariamente.

E menciono o que o Cláudio Beato já falou num artigo de que gosto muito. Ele retrata o seguinte: existem fatores de infraestrutura e renda que são sempre relacionados à violência, só que há outros fatores que são mais voláteis. Dependendo do momento, e do local, e do perfil da pessoa que você observa, isso pode ser uma verdade ou não – é uma verdade relativa essa relação entre renda e violência, e, conseqüentemente, homicídio, mas existem outros fatores sociais que a gente pode abordar.

O próximo, por favor.

Estou falando, então, do perfil, que são jovens, principalmente homens, pobres. Mas verificamos que jovem é uma tendência, mas, nessa questão da renda, não necessariamente.

Quanto à questão da raça, os negros são as principais vítimas. Vou mostrar dados que demonstram que são as principais vítimas as pessoas com essa característica. E por que eles são as principais vítimas? E a gente começa a pensar no aspecto mais cultural da questão, ou seja, negros têm relacionado a si a questão do preconceito, a questão da discriminação e dos estigmas, por exemplo, participei de uma CPI da Câmara que trata da violência contra jovens negros, e ficou muito claro o estigma que os policiais têm com pessoas que possuem perfil, isto é, se um negro jovem está num lugar específico, eles não tem dúvida de que essa pessoa é uma criminosa.

Há esse estigma vinculado à pessoa com esse perfil. Mas, além disso, há características relacionadas à pessoa da raça negra por uma questão histórica e social. Se você verificar pessoas que são principalmente atingidas por problemas médico-sanitários, habitacionais e educacionais, você verifica que há um viés racial sobre essas questões.

Próximo, por favor.

Sobre jovens negros e pobres no Brasil, quando falamos do Brasil, temos que nos lembrar da heterogeneidade que há. Segundo o Mapa da Violência com dados de 2012, o Brasil tem cerca de 22 por 100 mil habitantes como taxa de homicídio. Entretanto, a gente tem que pensar primeiro no que explica essa taxa, em por que essa taxa é importante, no que ela revela.

E essa taxa é importante, esse trabalho é importante, mas essa taxa fala muito pouco, porque 22 por 100 mil, num contexto no qual São Paulo, por exemplo, apresenta queda constante das taxas, enquanto em Estados, como Pará e Amazonas, o crescimento é constante... Então, dá para falar do problema nacional sobre violência? É muito difícil.

Próximo, por favor.

Diante disso, a gente vê esse trabalho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nesse trabalho, eles determinaram o risco de pessoas da raça branca e negra serem vítimas de homicídio. E verificamos, por exemplo, que, no Brasil, o risco de um negro ser vítima é de 70 por 100 mil, enquanto o da pessoa da raça branca é de 27, quase 28 por 100 mil.

E isso muda nas diferentes Regiões do Brasil; isso muda mediante os diferentes Estados... Mas espere aí! Será que eu posso falar, então, não da violência no Brasil, mas por Região ou por Estado? Na verdade, muitas vezes você não consegue falar da violência em âmbito municipal. Eu vou mostrar isso para vocês.

O próximo, por favor.

Permitam-me falar do caso específico de São Paulo como exemplo.

O próximo.

Isso aqui é a evolução das taxas de homicídio calculadas pelo NEV entre 1981 e 2013.

Próximo. Um clique, por favor.

O que acontecia antes de 1981? No âmbito da cidade de São Paulo, a violência não era um problema até meados da década de 70. Por que não era um problema? Porque não era recorrente, havia muito poucas ocorrências ou porque ela atingia um grupo específico da população com maior frequência e, nesse grupo específico da população, não tinha grande repercussão a morte dessas pessoas? Isso era o cenário anterior, então, à década de 80.

Mas vamos falar – um clique, por favor – sobre 1995.

Um próximo clique.

Em 1995, o *Jornal do Brasil* fez uma pesquisa pelo Vox Populi e fez a seguinte questão: negros e brancos, pobres e ricos recebem o mesmo tratamento para crimes iguais? Resposta da população: 80% não tinham dúvida, “o pobre será julgado mais rigorosamente”; e 62% das pessoas pesquisadas disseram que “acreditam que o negro recebe punição maior”.

Próximo, por favor.

No mesmo ano, o Núcleo de Estudos da Violência apresenta dados de uma pesquisa, ou seja, que foi feita antes de 1995. Mas em 1995 o NEV divulga a seguinte pesquisa: analisando dados de 1990, verificou-se... Pessoas que são acusadas de um crime, qual a chance de elas serem condenadas ou absolvidas, pensando na questão racial? E verificamos que, estatisticamente, havia diferença significativa entre brancos e negros. A chance, ao cometer o mesmo crime, de uma pessoa da raça branca era maior... Perdão, era menor o risco de essa pessoa ser condenada do que uma pessoa da raça negra.

Isso, então, dentro de um contexto na cidade de São Paulo.

O que essa pesquisa também retrata? Maior probabilidade de punição das pessoas negras, pobres e migrantes. E eu estou falando isso de um retrato de 1995.

O próximo, por favor.

Vejam, novamente, o gráfico da evolução dos homicídios.

Mais um clique.

Permitam-me demonstrar o que aconteceu em São Paulo a partir de 1991.

O próximo, por favor.

Isso aqui é um mapa de concentração de homicídios na cidade de São Paulo do ano de 1991. Como a gente interpreta esse mapa? Áreas em vermelho, alta concentração de homicídios; áreas em branco, não há nenhuma ocorrência de homicídio naquele lugar.

Vocês observam, por exemplo, na parte sul do mapa, uma área em branco. Aquela região é conhecida como Marsilac. E vejam como São Paulo é heterogênea: essa região de Marsilac, na zona sul, tem tribo indígena residindo. É um vazio urbano. Ali, naquela região branca, está Billings e Guarapiranga. Na região central, temos regiões como Sé, temos regiões como Brás.

Bem, esta aqui é a realidade de 1991.

Mais um clique, por favor, no eslaide.

Isso aqui representa uma taxa de 35 por 100 mil habitantes, este mapa aqui. Vamos ver...

De 1992. O próximo, por favor.

De 1993. O próximo.

De 1994, 1995.

Espere um pouco.

Aqui são 45 por 100 mil, no momento em que aquela pesquisa feita pelo NEV foi divulgada.

O próximo, por favor.

De 1996. Próximo.

De 1997. Próximo.

De 1998. Próximo.

Espere um pouquinho.

De 1999; é o pico de São Paulo. Nesse momento, vocês estão verificando uma concentração de homicídios que é retratada por uma taxa de 52 por 100 mil, o que representa mais de 5,5 mil pessoas mortas em um ano.

Pois bem; eu poderia falar horas a respeito da cidade de São Paulo. Vejam, por exemplo, na região sudoeste, uma alta concentração de homicídios. Do lado esquerdo do mapa, há lugares como Capão Redondo, Jardim Ângela, Jardim São Luiz, que são famosos. Por quê? Porque, naquele momento, a ONU considerou esses uns dos lugares mais violentos do Planeta. As taxas, que, na cidade como um todo, eram de 52 por 100 mil, eram lá próximas a 150 por 100 mil.

O próximo, por favor.

Chegamos aos anos 2000, quando a taxa oscila, mas se mantém muito alta. Entretanto, a partir desse momento, até de maneira surpreendente, acontece o seguinte...

O próximo.

Vejam 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012. Chegamos ao final do período dos dados que eu tenho e observamos que – o gráfico também é representado por esse mapa – houve uma grande queda nas taxas de homicídio em São Paulo. Por quê? O que aprendemos analisando esse resultado?

Próximo eslaide, por favor.

Vejam, novamente, o gráfico dos homicídios de São Paulo que mostra esse crescimento e depois a queda.

Próximo clique, por favor.

Eu vou falar agora de um trabalho específico entre 1998 e 2008, que retrata parcialmente a situação de São Paulo.

Próximo clique.

O que analisamos? Verifiquem aqui, no gráfico, que há um gráfico que representa homicídios de pessoas da raça branca, da raça negra e de outras raças. O que eu vejo aqui? Vejo que a raça negra está sempre num patamar maior que o das outras raças. Vejo que, a partir de um certo período, há queda na taxa de homicídios de todos os perfis raciais. Contudo, percebam, por exemplo, que a taxa da raça branca cai antes da raça negra. Percebam também que, mesmo com a grande queda que houve na cidade de São Paulo, as pessoas da raça negra ainda morrem num patamar muito maior que as pessoas da raça branca – pessoas da raça negra, jovens, negros, normalmente, residindo em regiões periféricas da cidade de São Paulo.

Próximo, por favor. Mais um clique.

Agora, eu vou mostrar outro retrato, mas agora do período de 2000 a 2008.

Próximo clique.

O que descobrimos? Descobrimos o seguinte. Observando todos os homicídios registrados entre 2000 e 2008, há lugares que, mesmo com a queda dos homicídios, a taxa é sempre alta. Existem lugares onde, com a queda, a taxa é sempre baixa. E há lugares que, mesmo quando se matou quase 6 mil pessoas em São Paulo

e mesmo hoje que se matam por volta de 1.500 pessoas na cidade no ano, não há um único registro de homicídio naquele lugar. Existe lugar onde a tendência é sempre alta, há lugar onde a tendência é sempre baixa. Há outras tendências, mas uma delas é que não há simplesmente registro de homicídio naquele lugar. O que acontece nessa cidade?

Próximo clique, por favor.

Novamente, o gráfico.

Mais um clique.

Eu vou falar de uma pesquisa feita especificamente no período de 2000 a 2008. O que descobrimos? Descobrimos, por exemplo, que não podemos explicar a queda como um todo.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO NERY – O que descobrimos?

Um clique, por favor.

Vejam que eu coloquei um risco por volta de 2004 a 2005. Por que isso? Porque os fatores que explicam por que um lugar é violento ou não na cidade de São Paulo no período de 2000 a 2004 não são os mesmos fatores que entre 2004 e 2008. Então, há essas grandes receitas de “vamos combater o homicídio de jovens aplicando uma política X para o País como um todo, porque os jovens negros da periferia são sempre as principais vítimas”. Tudo bem, isso é um perfil, mas qual a razão? São sempre as mesmas? Não, isso muda mediante o lugar e o momento que você está observando. Se vocês observarem o período entre 2004 e 2000, vocês observam um conjunto de fatores, e de 2004 a 2008, outros.

É interessante observar, por exemplo, que no segundo período, entre 2004 e 2008, fatores ganham maior relevância do que tinham no período anterior. Que fatores são esses? Renda, escolaridade, infraestrutura urbana.

Espera aí, Marcelo, o que você quer dizer? Eu quero dizer que os fatores que explicam o homicídio, no primeiro mapa à esquerda, no ano de 2000, não é mesmo de 2008; que, em 2000, fatores como educação e renda são importantes, sem sombra de dúvidas, mas não são tão importantes como hoje. Por quê? Em lugares onde a taxa de homicídio é muito alta, há fatores que ganham maior relevância, como presença de organizações criminosas, por exemplo. Nessa perspectiva, é fundamental agir do ponto de vista educacional? Sem sombra de dúvida. De infraestrutura? Sem sombra de dúvida. Mas não podemos nos esquecer de fatores como a presença de organizações criminosas.

Em São Paulo, também, a gente encontrou o seguinte indício: lugares onde não há homicídio – porque há lugares onde o padrão é não ter homicídios – simplesmente também não há indícios de presença de organizações criminosas. Daí vocês pensam: há tendência de presença de organizações criminosas onde? Onde a taxa é alta? Sim, mas também onde a taxa é sempre baixa. Há indício de o crime organizado servir como um regulador de homicídio, mantendo a taxa sempre alta ou sempre baixa. Mas tem homicídio lá? Tem.

Então, gravem isto: o que o Prof. Ignácio Cano, antes de mim, falou sobre a necessidade de um diagnóstico local, sem sombra de dúvida, e tudo isso que eu falei até agora retratam essa questão.

Próximo, por favor, estou finalizando.

Dentro desse contexto, o que a gente precisa para tentar reduzir a violência e os homicídios contra jovens? Primeiro, diagnosticar os problemas. Ah! Tudo bem, Marcelo. Então, vamos fazer um diagnóstico? Vamos. Mas com que informação e com que qualidade? Os dados que apresentei aqui são a exceção da exceção. Não há dados. Os dados que existem são raros e poucos e de qualidade muito questionável. Então, a primeira questão é: temos que diagnosticar, temos, mas temos que criar informações que tornem esse diagnóstico possível, realizar ações orientadas pelo diagnóstico e avaliar o impacto das ações, porque uma coisa que não tem neste País é avaliação de políticas. A gente fez o trabalho, a gente fez o projeto, a gente aplicou o projeto, e cadê a avaliação do projeto? Não tem.

Outra questão fundamental é construir uma tradição de inteligência criminal e de segurança. O que estou falando é que é uma coisa apartidária e apolítica, uma coisa que tem que ser uma tradição, o que no País não há até hoje. Por fim, que essa tradição envolva a sociedade civil. É fundamental o envolvimento da sociedade civil, a ideia de segurança cidadã, e que tenha profissionais qualificados em número suficiente capazes de aplicar essas políticas.

Percebam que, ao comparar o que o Ignácio falou, ele falou de maneira um pouco mais global, eu tentei dar uma perspectiva um pouco mais local para a questão, mas eu não posso lhe dizer dos fatores que permeiam todas essas questões locais, que são combater preconceito, discriminação e estigma.

Eu tive oportunidade de falar com policiais – e o Prof. Michel Misse vai tratar desta questão, depois de mim – e não há dúvida: criminoso tem um perfil para policial: eles estão em certo lugar, têm certa cor e certa classe social. Isso tem que ser quebrado

Outra questão fundamental é minimizar as desigualdades econômicas e sociais. Existem questões relacionadas à própria questão da juventude, por exemplo. Um jovem tem menos capital social do que uma pessoa com certa idade, conhece menos pessoas a quem pode recorrer, por exemplo, quando tem um problema que envolve a sua ação criminosa ou não. Isso deve ser levado em consideração.

Era isso que eu tinha para colocar. Gostaria de ter sido claro. Encerro por aqui.

Muito obrigado pela atenção de todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Agradecemos muito a apresentação do resultado da pesquisa.

Concedo a palavra ao Professor Michel Misse.

O SR. MICHEL MISSE – Eu vou fazer um pequeno deslocamento na nossa discussão, que até agora tratou principalmente dos dados sobre vítimas. Eu vou fazer um deslocamento para discutir a questão da autoria.

Para tratar a questão da autoria, em qualquer país você se baseia na investigação policial, porque é a investigação policial que produz o esclarecimento do que aconteceu, a elucidação do crime. E é na investigação policial que você verifica como é que se deu o crime, a dinâmica do crime. É ali que você pode não apenas detectar melhor o perfil de autoria, como também os fatores que condicionaram, no plano local, no plano microsociológico, a entrada, a passagem ao ato, como se diz, ao sair da intenção para a ação.

Ocorre que nós, no Brasil, não temos dados sobre autoria. E se esta Comissão, à qual eu agradeço o convite pela presença e por partilhar desta mesa, se esta Comissão, a meu ver, pode cumprir um papel importante, particularmente importante nessa área, está exatamente em vincular a discussão do assassinato de jovens com a falta de dados sobre autoria.

Esse é um ponto fundamental. E, evidentemente, essa falta de dados decorre, como já foi dito antes pelo Professor Ignácio Cano, da baixa taxa de elucidação de homicídios; mas não só de homicídios, porque os homicídios não ocorrem isoladamente de outros crimes. Há uma certa articulação entre homicídios e outros crimes, com exceção dos homicídios que são mais facilmente elucidados, que são os crimes passionais. Os homicídios com uma frequência que em outros países é mais alta... Por exemplo, na Inglaterra, a taxa de elucidação de homicídios é de algo em torno de 90%. Desses 90%... Primeiro que a taxa é baixa, são poucos homicídios; segundo que 80% desses homicídios estão relacionados a crimes passionais, que são exatamente aqueles em que a vítima e o autor se conhecem. É mais fácil esclarecer o crime. Então não vai aí nenhum elogio à polícia inglesa e nenhum demérito à polícia brasileira. Apenas o fato é que a polícia brasileira enfrenta uma grande quantidade de homicídios, uma grande quantidade de crimes violentos no cotidiano, e não é capaz, nas condições atuais, de dar conta disso. Como ela não dá conta disso, nós não temos realmente dados.

Os dados que...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Professor, há uma taxa de elucidação de crimes de homicídios no País?

O SR. MICHEL MISSE – Não, não tem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ele falou em 8%.

O SR. MICHEL MISSE – Não, esses 8% eu não... Foi o Conselho Nacional de Justiça que circulou isso. Não existe pesquisa nacional que demonstre isso. Existem pesquisas em algumas áreas, em alguns Estados, em algumas cidades. Por exemplo: a primeira, a mais antiga pesquisa, foi feita pelo Luiz Eduardo Soares, no Rio de Janeiro, ainda nos anos 90, em que ele detecta, a partir de uma amostra de casos de processos, de inquéritos policiais, quantos efetivamente chegaram a ir a julgamento. Na época, 8%.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ah, não foram 8% elucidados! Foram 8% a julgamento.

O SR. MICHEL MISSE – Que foram a julgamento.

Há pesquisas do Professor Ignácio Cano, há várias pesquisas, mas elas não são nacionais. São sempre pesquisas feitas em Estados ou em Municípios.

Nós fizemos – e eu vou apresentar agora – uma pesquisa que foi financiada e curiosamente... Bom, essas são as pesquisas que fizemos sobre a Polícia brasileira nos últimos anos.

Vamos passar.

Essa pesquisa aí, O Inquérito Policial no Brasil, foi uma pesquisa que não foi financiada por nenhum órgão público, foi financiada por uma federação de sindicatos de policiais que nos procurou, quis que fizéssemos essa pesquisa, porque eles achavam que nós íamos encontrar o mesmo resultado que eles já conheciam na sua prática. Qual foi o resultado que nós encontramos?

Nós trabalhamos com vários Estados, trabalhamos com cinco Estados. Em média, com exceção de Brasília, a taxa de elucidação não chegava a 15%, variava de um Estado para outro, mas não chegava a 15%. Em Brasília, era maior no Plano Piloto porque foi considerada para pesquisa de Brasília a elucidação como sendo

que a Polícia tivesse conseguido concluir o inquérito com autoria e materialidade, mas esse critério nós não usamos na pesquisa, nosso critério é: foi bem-sucedido o trabalho da Polícia se o Ministério Público aceitou esse trabalho e o transformou em ação penal. Se o Ministério Público devolveu para novas diligências, então esse trabalho não foi bem-sucedido.

Observem, no caso do Gráfico 1, no Rio de Janeiro, capital. Nós tivemos um total de registros policiais de homicídio doloso consumado e tentado, em 2005, de 3.167 registros envolvendo um número maior de vítimas. Desse total de registros, 2.928 se transformaram em inquéritos tombados no Ministério Público, então, um número bem próximo. A diferença ali no gráfico acentua, mas, na verdade, o número é bem próximo, o que significa que a maioria dos registros foi transformada em inquérito.

Continuemos.

Agora, desses registros policiais...

Bom, agora o roubo. Nós temos aí 69.621 registros policiais de roubo e 1.358 inquéritos tombados no Ministério Público. Aqui, a diferença é enorme, mostra que a taxa de elucidação de roubo... Roubo significa ameaça ou uso da violência para obter ou expropriar um bem de alguém. A diferença é muito gritante.

Pode continuar.

Aqui, no caso de estelionato, para 9.101 registros policiais de estelionato, um terço, 3.052, se transformaram em inquéritos tombados no Ministério Público.

Continuemos.

Vejamos agora o que aconteceu com os homicídios dolosos. Daqueles dois mil, novecentos e tantos que nós vimos lá, 2.400 voltaram para a delegacia para novas diligências, o que significa que não foram bem-sucedidos. Em 394 houve pedido de arquivamento porque não tinham elementos suficientes para prosseguir e apenas 111 se transformaram em denúncia até três anos depois, de um total – se vocês estão lembrados – de quase três mil inquéritos que chegaram ao Ministério Público, 111 se transformaram em ação penal.

Isso é importante porque, além do próprio fator da impunidade que está presente, isso demonstra: como é que nós podemos saber alguma coisa sobre autoria se nós só podemos trabalhar com 111 casos que efetivamente foram esclarecidos?

Por favor.

No caso de roubos, nós temos, daquele total enorme que vocês viram lá, 638 voltam para as delegacias, 370 são denunciados, 133 são arquivados. Esses 370 que são denunciados e que lotam as prisões brasileiras, na verdade, não representam quase nada em comparação com o total de roubos praticados na cidade.

Por favor.

O que verificamos? Verificamos que a única área em que sabemos alguma coisa de autoria, não muita, mas sabemos alguma coisa de autoria, é quando o homicídio foi praticado por um policial supostamente no cumprimento do seu dever. No Rio de Janeiro, nós tivemos, em uma década, mais de 10 mil civis suspeitos mortos pela polícia, supostamente em confronto legal.

Então, aqui, o gráfico mostra – na capital em azul e no Estado do Rio de Janeiro, em marrom – o número de civis suspeitos mortos em confronto com a polícia.

Observem como nós temos um aumento regular a partir do final dos anos 90 e, agora, um decréscimo, a partir das políticas adotadas no Rio de Janeiro, como as UPPs e outras políticas de redução de riscos.

Continuemos.

A comparação entre o número de civis mortos pela polícia e policiais mortos em serviço mostra uma assimetria extraordinária.

Ninguém deseja que os policiais sejam mortos, evidentemente, mas essa assimetria nos deixa... Nós estranhamos isso, porque ou os suspeitos, os civis mortos são absolutamente incompetentes no uso daquelas armas poderosas que eles têm, ou, então, nós estamos assistindo, em uma parte ponderável desses casos, a uma política de extermínio e de execução.

Nós não podemos, também, garantir nada, porque o Ministério Público também não fiscaliza a atuação da polícia nesse caso, e nós não sabemos, efetivamente, quantos desses casos se deram, em que condições e qual foi a dinâmica do crime.

Por favor,

Quando nós vamos analisar o que aconteceu com os inquéritos de autos de resistência, isto é, que envolveram civis mortos pela polícia, se pegarmos o ano de 2005 e virmos o que aconteceu em 2007, ou seja, dois anos depois, constatamos que, em 2005, foram 707 vítimas da polícia, que resultaram em 510 registros de ocorrência, que se transformaram em 355 inquéritos no ano de 2005. Até dois anos depois, só havia 19 inquéritos tombados no Tribunal de Justiça até dezembro de 2007. Quer dizer, de 510 inquéritos, de 510 registros, nós só temos 19 inquéritos tombados, até dois anos depois, no Tribunal de Justiça.

Por favor.

O que aconteceu com esses 19 inquéritos? Destes, 16 foram arquivados por falta de provas, três foram denunciados – três! –, dois foram pronunciados, um foi a julgamento e um foi condenado.

Nesse caso aí, nós verificamos que havia policiais que já estavam com mais de 20 mortes de civis suspeitos nas costas e continuavam atuando.

Para dar um exemplo comparativo, nos Estados Unidos, quando um policial, num confronto, vê-se na necessidade de matar um suspeito ou um criminoso que está sendo perseguido, ele, imediatamente, é afastado do serviço e lhe é oferecido um conjunto de terapias, inclusive psicólogos para acompanhamento, porque se supõe que não é fácil para um policial matar alguém. Ele não é policial para matar; ele é policial para investigar, para prender, para produzir provas. Ele não é um policial construído para matar, mas um policial construído para exercer a proteção dos cidadãos.

Então, supõe-se lá que um policial precisa de apoio terapêutico quando se envolve numa situação dessa. Aqui, nós temos policiais que matam às dezenas e continuam em serviço.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – São promovidos, inclusive.

O SR. MICHEL MISSE – São promovidos.

Eu acho que esses dados... Eu tenho uma suspeita – e eu disse isso ao Ministro da Justiça há alguns meses: um número muito elevado de mortes de jovens no Brasil é produzido por policiais. Não necessariamente por policiais em serviço, e muito menos pelo polícia como instituição, mas por policiais vinculados a grupos de extermínio, a milícias e a outras formações que envolvem, inclusive, transações com outros grupos criminosos.

Então, eu acho que essa questão da polícia é, hoje, a meu ver, decisiva para nós avançarmos nessa área. Não é possível mais continuarmos sem informação, sabendo que a Polícia está sendo autora de tantas mortes, o que não é normal, e sem que isso produza um impacto sobre o processamento desses crimes.

Continuemos.

Essa é uma nova pesquisa mais recente que fizemos para o Ministério da Justiça sobre o fluxo do trabalho de perícia nos processos de homicídios no Rio de Janeiro. Esperávamos, com esse trabalho, tentar identificar um pouco mais a dinâmica e, portanto, alguns dados sobre autoria.

Continuemos.

O que encontramos? Encontramos que, nesse período de três anos, 2009, 2010 e 2011, a taxa de elucidação na Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, que é uma delegacia criada para centralizar a investigação de homicídios e que tem feito um trabalho bastante razoável, a taxa de elucidação ficou em 7%, 10,9%, 8,2% dos casos respectivamente. O total de inquéritos transformados em ações penais é muito baixo em relação aos números de homicídios dolosos e tentativas de homicídios. Nós incluímos, evidentemente, os autos de resistência, porque eles também precisam ser investigados e esclarecidos.

Continuemos.

Se observarmos agora, neste gráfico, os flagrantes em inquéritos de homicídios dolosos relatados, com autoria, à Justiça pela Polícia Civil, vamos verificar que as taxas, ali embaixo, são baixas. Cada cor é um ano: o azul mais forte é 2009, o seguinte é 2010, e o mais claro é 2011. Vocês veem que houve melhora na capacidade de esclarecimento desde a criação da Delegacia de Homicídios no Rio de Janeiro, mas essa melhora nunca conseguiu ultrapassar 14%, 15% de esclarecimentos. Esse é o limite. É onde bate no teto. Não se consegue ultrapassar 15%.

Por favor.

As conclusões da pesquisa sobre os laudos periciais são muito interessantes. A primeira conclusão é de que a perícia, que não é autônoma – está submetida à instituição policial como um todo, à Polícia Civil – não foi capaz, nesses casos estudados, de dar base técnica para a autoria. Isso significa dizer que o trabalho pericial, com todo o investimento que foi feito e tecnologia, em recursos humanos e tudo mais, não foi capaz de determinar a autoria do ponto de vista pericial em nenhum dos casos estudados. Ela só foi capaz de definir a chamada materialidade do homicídio, ou seja, definir que aquilo foi um homicídio intencional, deu-se dessa maneira. No entanto, quanto à autoria, ela não foi capaz de chegar a nenhum resultado. A análise do conteúdo dos laudos mostrou que uma das deficiências mais básicas da perícia é a ausência de definições metodológicas claras tanto nos laudos da perícia criminal quanto nos laudos da perícia médico-legal.

Esse fato é amplamente discutido por Alexandre Giovanelli e Grazinoli em livro, quanto afirmam que tanto a investigação policial quanto a prática pericial irão se pautar por estereótipos socialmente construídos. Quer dizer, na verdade, prende-se o suspeito de sempre, e não com base em nenhum laudo técnico.

O aspecto meramente cartorário é predominante nas descrições da perícia. Isso vale tanto para a perícia médico-legal quanto para a criminal. Quer dizer, há todo um envolvimento de tempo e de trabalho numa dimensão absolutamente secundária, que é, digamos, a parte cartorária do inquérito policial.

Em linhas gerais, os resultados obtidos na pesquisa permitem refletir que o modelo pericial na delegacia de homicídios pode ser entendido como um modelo mais eficiente de fazer a mesma coisa; ou seja, não há uma mudança de paradigma a partir da criação da equipe de perícia da delegacia de homicídios do Rio de Janeiro, que vem fazendo um trabalho bastante razoável, como eu disse.

Então, temos algo como se fosse um nó. Temos um nó, e esse nó é de muito difícil resolução. Por quê? Porque ele está baseado no nosso modelo de inquérito policial. Eu tenho insistido muito sobre esse ponto, porque as pessoas confundem inquérito policial com investigação. Quem faz a investigação, no mundo inteiro, é a polícia. A investigação é um trabalho técnico, de produção de provas, de evidências empíricas, que possam servir de base para uma acusação.

A polícia brasileira não faz só a investigação, quando faz. Ela também produz um relatório juridicamente orientado, que é um inquérito policial. Ela toma depoimentos dentro da delegacia, depoimentos que são registrados com fé pública em cartório, sem a presença de contraditório, portanto sem a presença de qualquer produção de provas opostas àquela, como ocorre em outros países. E o resultado desses depoimentos é realizado no plano do Poder Executivo, porque a polícia pertence ao Poder Executivo. Portanto, o relatório teria que ser um relatório puramente administrativo, técnico, que será depois apropriado com base jurídica nas instâncias do Poder Judiciário. Não é o que acontece. Na verdade, o inquérito policial vai ser a única e exclusiva base do esclarecimento do crime, o que significa dizer que todo trabalho de elucidação está nas costas da polícia civil brasileira.

O Ministério Público vai repetir tudo outra vez, toda a tomada de depoimentos, para poder dar validade jurídica, judicial a ele, já que supostamente a tomada de depoimento na delegacia não vale nada. Repete-se tudo outra vez, isso leva a uma lentidão enorme e uma burocratização enorme no processo judicial brasileiro. E mais, o delegado tem um poder de indiciar, o que significa dizer que ele substitui claramente aquilo que em outros países é feito por um juiz de instrução ou pelo Ministério Público.

Então, é muito complicado mexer nisso, porque isso mexe em poder, mexe em relações de forças, mexe em relações de poder, que estão ligadas à criação dessa figura ambivalente que é o delegado de polícia. Por um lado ele é policial, por um lado ele está fazendo um trabalho que é feito por uma autoridade policial no mundo inteiro; e por outro lado, ele é bacharel em Direito, porque ele tem que fazer um relatório juridicamente orientado, ele já tem que fazer a instrução criminal numa etapa que é ainda administrativa, que ainda é prévia efetivamente à denúncia e à ação penal.

Esses são, a meu ver, problemas que exigem uma ampla reforma. Apenas eu falei sobre inquérito; evidentemente, que há muitos outros pontos importantes a serem modificados, a serem objeto de modernização na polícia brasileira.

Por favor.

Aqui nós temos uma correlação entre frequências de vítimas de autos de resistência e pessoas desaparecidas no Rio de Janeiro, entre 2003 e 2012. Eu poderia ter atualizado, não tive tempo, nós já temos dados mais atuais, que vão até 2014. Mas as duas curvas mantêm essa relação que é curiosa: quanto mais diminuem os homicídios e as vítimas de autos de resistência, vai aumentando o número de pessoas desaparecidas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Professor, se me permite.

O SR. MICHEL MISSE – Senador, eu não quero dizer que haja uma correlação aí. O que eu quero dizer é o seguinte: eu suspeito que seja necessário estudar as pessoas desaparecidas, que é preciso verificar o que está acontecendo, não é isso?

Pois não, Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A pergunta justamente era essa, porque fica claro esse processo no Rio de Janeiro. A gente já tem visto, há algum tempo, o aumento de desaparecidos e diminuição de vítimas de auto de resistência. É uma forma de mascarar.

O SR. MICHEL MISSE – Exato.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas não tem nenhum estudo conclusivo sobre isso?

O SR. MICHEL MISSE – Não tem. Não há estudo conclusivo porque apenas agora foi criada a Delegacia dos Desaparecidos. Nós solicitamos, pela OAB Seção do Rio de Janeiro, acesso aos dados dos desaparecidos para fazer construir uma amostra. Os dados não foram... Foram recusados, inclusive com base na Lei da Informação, à OAB, sob pretexto de que se tratava de sigilo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Porque há essa correlação com o auto de resistência, mas há outra de homicídios. Houve uma redução de homicídios e também um aumento de desaparecimentos.

O SR. MICHEL MISSE – Na verdade, no caso de homicídios e pessoas desaparecidas, a correlação negativa é mais evidente ainda do que nesse caso.

O Prof. Ignácio Cano, eu e outros especialistas no Rio fomos chamados para fazer uma pesquisa para uma organização não governamental e também não conseguimos os dados. Os dados não foram entregues até agora. Praticamente, estamos desistindo de fazer essa pesquisa que, digamos, surgiu a partir do caso do pedreiro Amarildo.

Então, são situações para as quais estou chamando a atenção dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito porque como podemos ter um diagnóstico que nos permita colocar foco em certas áreas se os dados são tão fracos ou são negados, não temos acesso a eles? Fica muito complicado.

Nesse caso das pessoas desaparecidas, temos uma única pesquisa que foi feita, muito bem feita, sob a consultoria do Prof. Gláucio Soares, que trabalhou com uma amostra, a meu ver, pequena, pouco consistente nesse caso, e chegou a resultados que já esperávamos: a grande maioria dos desaparecidos não tem o mesmo perfil das vítimas de homicídio doloso. Supostamente, não são o mesmo caso. Mas acho que precisaríamos avançar mais. Precisaríamos verificar não apenas o perfil, a semelhança, a diferença ou o contraste de perfis das vítimas, mas também buscar os casos em que há essa semelhança e que representariam cerca de 30% dos casos.

Por favor.

Pontos fundamentais da mudança. Temos em tramitação no Congresso a proposta do Senador Lindbergh Farias. Temos várias propostas que podem se complementar.

Vou apresentar apenas o que eu penso, a minha contribuição:

- Temos que deixar a cada Estado a decisão sobre a unificação ou não da Polícia Militar e Polícia Civil.
- Temos que desmilitarizar a Polícia Militar, transformá-la em política, porque militar não tem a ver com polícia. O militar é para matar, é para a guerra, não é para exercer o papel da polícia. Desmilitarizar ou então mantê-la apenas como uma força auxiliar, como no passado, dispensada o policiamento ostensivo, que seria feito por uma guarda civil.
- Acabar com o inquérito policial inquisitorial, substituindo-o por uma investigação técnica preliminar como em outros países.
- Caberá ao Ministério Público a tomada escrita de depoimentos, com contraditório, para decidir ou não pela denúncia.
- A investigação policial servirá apenas ao Ministério Público e não acompanhará mais o processo, substituída pelas provas técnicas obtidas na investigação e pelos depoimentos colhidos pelo Ministério Público, com contraditório.
- Polícias de ciclo completo, jornada de trabalho integral
- Perícia técnica autônoma e não subordinada às polícias
- Carreira única nas políticas, com fim gradual do cargo de delegado de polícia e da exigência de instauração do atual modelo de inquérito policial. Enfrentar também a necessária modernização da justiça criminal, transformando-a em um sistema verdadeiramente integrado, porque, atualmente, é um sistema fracamente integrado, quando se pode falar em sistema. Há especialistas que acham que não se pode nem chamar de sistema, porque simplesmente não há fluxo constante, sistemático entre as partes do que seria o sistema. É mais um arquipélago do que um sistema. A Polícia Militar é uma ilha; a Polícia Civil, outra ilha; o Ministério Público, outra ilha; o Judiciário, outra ilha; e o sistema penitenciário, outra ilha.

É basicamente essa a minha contribuição.

Agradeço muito o convite e espero estar à disposição sempre para contribuir com esta Comissão. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Gostaríamos de agradecer as três intervenções, que considero que darão uma contribuição muito importante ao nosso trabalho.

Passo a palavra ao Relator para que possa fazer as perguntas iniciais.

Saúdo a nossa Senadora Fátima Bezerra, a quem, logo após o Relator, darei a palavra, se assim desejar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu passo logo a ela.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está bom.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A Senadora Fátima está nos prestigiando aqui desde o começo, faz parte desta CPI e viu os números do Nordeste, não é, Senadora? Viu o processo de interiorização da violência, o crescimento, principalmente nos Estados do Nordeste, não é, Senadora Lídice?

Então, falo logo depois da Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero dar boa noite e agradecer ao Senador Lindbergh, Relator da CPI, e à Senadora Lídice, que a preside.

Cumprimento aqui os nossos convidados, Dr. Michel, Dr. Marcelo e Prof. Ignácio, pela importante contribuição que trazem ao trabalho da nossa CPI, que se insere exatamente dentro da realidade dramática no País que é a questão do assassinato de jovens.

A importante contribuição que os senhores trazem é fruto da pesquisa, Senador Lindbergh, e do estudo. De fato, os dados apresentados aqui pelos senhores chocam todos nós. Diante do quadro do Nordeste, ficamos a nos perguntar, Prof. Michel e Prof. Ignácio Cano: que fatores podem ter contribuído mais decisivamente para que naquela região tenhamos – como o Lindbergh falou – essa explosão de violência?

Tudo bem, o senhor mencionou, aqui na sua apresentação, a desigualdade social, a desigualdade regional, a importância da transferência de renda, os investimentos no campo do acesso à educação. Mas eu ousaria deixar para o Prof. Ignácio Cano a seguinte pergunta: esse alto índice de homicídio na adolescência no Nordeste, em uma região distante das fronteiras secas e menos urbanizadas que são o Sul e o Sudeste, se esse quadro, essa explosão de violência pode ter alguma relação com a cultura da violência, a questão patriarcal, do latifúndio? Estou colocando o questionamento para avaliação dos senhores.

O Rio Grande do Norte, infelizmente, figura aqui, juntamente com Maranhão e Bahia, entre os Estados em que, nessa última década, as taxas mais do que triplicaram, com Alagoas, Ceará e Paraíba. E o Rio Grande do Norte, infelizmente, continua apresentando essa realidade dramática.

De acordo com as pesquisas que estão sendo feitas no meu Estado, Senadora Lídice, somente nesses primeiros quatro meses e 18 dias, 373 jovens até 24 anos foram assassinados, de um total de 584; ou seja, 63%. Repito: nesses quatro meses e 18 dias. E ainda estamos com 19 não identificados.

Claro que volto a colocar que houve essa explosão no Nordeste com esse recorte que a violência tem com a questão do negro, com a questão do pobre.

Além de toda essa análise que é feita de que isso tem relação com a desigualdade social e com a desigualdade regional, isso tem uma relação com a ausência de políticas públicas efetivas não só no campo do direito à educação, não só no campo do direito à cultura, ao esporte, ao lazer, etc.

Claro que não podemos aqui desconhecer o *apartheid* social que existe no País, em que pese, nessa última década, os esforços que houve por parte dos governos do Presidente Lula e dos governos da Presidenta Dilma. Algumas políticas sociais, e o próprio Bolsa Família é exemplo disso, vieram na direção de contribuir para diminuir esse fosso, para diminuir a desigualdade social. Mas o fato é que o quadro é ainda muito dramático.

Sobre o direito à educação, essa é a área, inclusive, em que milito, em que atuo mais. E gosto de trazer, para reflexão, um dado que me parece muito relevante, Lindbergh. São muito recentes as políticas que estão sendo adotadas neste País para começar a tratar do direito à educação do nosso povo como um direito universal.

E dou um exemplo: até o início desta década de 2000, não tínhamos políticas públicas voltadas para acolher as nossas crianças de zero a três anos. Essa política de promover o acesso da criança de zero a três anos à creche, como política pública, nasceu com Fundeb, nasceu agora, recentemente. E isso, por si só, ilustra exatamente a dívida que o Estado brasileiro tem com o acesso à educação das nossas populações, começando pela criança, passando pelo adolescente, até exatamente o adulto.

Então, não quero aqui me alongar. Quero dizer que acho que a ideia da CPI é importante, é necessária, porque ela vem exatamente na perspectiva de ser mais um espaço – não é, Senadora Lídice da Mata? –, de ser mais um instrumento para contribuir com a reflexão. Temos que fazer uma boa reflexão, temos que ter uma boa avaliação, temos que ter um bom diagnóstico, para, à luz disso tudo – não é, Senador Lindbergh? –, lutarmos pelo caminho mais adequado para reverter isso.

E não é simples. O senhor, inclusive, mostra aqui, por exemplo, a reformulação que teria que haver sob o ponto de vista do conceito do papel da polícia, sabemos disso. Acho que a coisa com que mais sonhamos no mundo, de repente, é com a Polícia Cidadã, a polícia da qual não se tem medo; pelo contrário, a polícia que seja amiga, e isso é um sonho de todo e qualquer cidadão.

Os problemas são enormes, porque vão desde a valorização dos trabalhadores da segurança pública, das condições de trabalho, por exemplo, da inteligência. Mais do que nunca, fala-se que, hoje, é fundamental você dotar as polícias dos instrumentos de inteligência, de forma suficiente para enfrentar essa realidade.

Então, quero deixar aqui essa nossa reflexão e aproveitar para dizer, Senadora Lídice da Mata, que estou apresentando já o requerimento, claro, para que a CPI possa também ir lá ao Rio Grande do Norte, até porque o nosso Estado, infelizmente, figura nesse mapa social da violência com esses índices alarmantes. É mais do que oportuno que façamos também uma boa audiência pública lá no Rio Grande do Norte, ouvindo os atores locais, a Polícia Civil, a Polícia Militar, a segurança pública, a Secretaria da Juventude, enfim, toda a área social.

É importante também promovermos esse debate, esse diálogo lá, com o intuito exatamente de que possamos avançar na perspectiva de buscar soluções, e não apenas de fazer o diagnóstico, não apenas de constatar o problema, mas de buscar a solução.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senadora Fátima Bezerra.

Nós, esta semana ainda, tentaremos fazer uma reunião só para votação de requerimentos e poderemos votar esses e outros.

Agora, passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Depois dos questionamentos feitos pela Senadora Fátima Bezerra, Presidente, vou começar me dirigindo diretamente ao Prof. Ignácio Cano.

Eu queria começar, como primeiro ponto, dizendo que, em um artigo de opinião escrito no jornal *O Globo*, “Faltam investigação e inteligência”, o senhor afirma que, no enfrentamento à violência:

[Além de] políticas estruturais de longo alcance, como a inserção social dos jovens das áreas de risco ou a valorização dos profissionais da segurança pública [...] existem políticas de curto prazo que podem ser executadas sem grandes investimentos financeiros e sem mudanças legislativas. Entre elas [...]:

1. Plano de redução dos homicídios [...].
2. Diminuição da letalidade policial [...].
3. Adoção de um novo modelo de patrulhamento preventivo permanente [...].
4. Fortalecimento das corregedorias policiais [...].

Eu queria que o senhor falasse sobre isso.

Eu também gostaria que o senhor falasse mais sobre a diferença de concepções de segurança pública e segurança cidadã e sobre a importância e possibilidade do controle social sobre as polícias, conforme analisado em outro artigo de V. Sa, “Controle da polícia no Brasil”.

Terceiro ponto, em relação à interiorização. Porque, na verdade, os dados trazidos pelo Prof. Ignácio Cano são muito fortes. Na verdade, tratava-se aqui de homicídios contra adolescentes. E estamos falando de juventude como um todo. Eu fiquei muito impressionado com os números, porque são homicídios contra adolescentes. E aqui há um processo de interiorização clara, principalmente no Nordeste e no Norte brasileiros. Eu gostaria que o Prof. Ignácio Cano falasse sobre isso.

Outro ponto é sobre política de guerra às drogas. A meu ver, é uma política que está fracassando no mundo inteiro. Eu queria saber a opinião sobre essa política de guerra às drogas. É uma política que coloca como centro da política de segurança não a defesa da vida, o controle de armas, mas o centro da política de segurança é o ataque ao tráfico de drogas. E temos visto concretamente no Brasil uma juventude que morre pela milícia, pelo tráfico e pela polícia; uma polícia que mais mata, mas também que mais morre.

Há um outro ponto aqui – e esta pergunta vamos fazer a todos –: os dados demonstram que a maior parte das vítimas de violência policial são homens jovens negros. A qual razão o senhor atribui esses dados?

Em relação à política de guerra às drogas também, Prof. Ignácio Cano.

Na verdade, Presidente Lídice, parece que há duas políticas. Há uma política dirigida às regiões da periferia, que é uma política clara. Eu não vejo uma política de guerra às drogas, por exemplo, no meu Estado, o Rio de Janeiro, em áreas nobres da cidade do Rio de Janeiro. Eu não vejo uma política de guerra às drogas em Ipanema e em Copacabana. Não vejo a polícia chegar atirando.

Então, eu queria... Esse é um ponto que acho importante, e é um dos temas que acho que temos, nesta CPI... Esta CPI abrange tantos temas! Eu falava aqui de reforma de Polícia. Vou falar sobre reforma de polícia, algumas questões, com o Prof. Michel Misse, mas acho que esse ponto de política de guerra às drogas é um ponto importante.

Por fim, a questão daquele número dos desaparecidos; gostaria que o senhor fizesse uma relação entre aumento dos desaparecidos e queda de homicídios, queda também nos autos de resistência. Essa é uma das perguntas para o Prof. Ignácio Cano.

Você quer que eu faça todas as perguntas?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu queria que você pudesse fazer todas as perguntas, eu também tenho duas perguntas a fazer, e leríamos também os comentários do canal do e-Cidadania e da interatividade. Depois, passaríamos a palavra para que eles respondessem todos de uma só vez.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ótimo.

Então, Prof. Marcelo Nery, tenho alguns questionamentos.

Quais os maiores desafios a serem vencidos em relação à apuração da epidemia de violência envolvendo jovens negros no País? Vi que há um estudo dos senhores sobre o caso de São Paulo, em relação ao caso concreto de São Paulo, já que há muitos dados na apresentação que o senhor fez.

Aqui, nós sabemos que são jovens, negros, do sexo masculino. Ali, os senhores conseguem determinar, no Município, onde acontece. Mas eu queria também tratar de outros aspectos: a que horas acontece e em que situação acontece esse crime?

Eu falo isso, porque fui Prefeito de uma cidade na região metropolitana do Rio de Janeiro, e, lá, com Luiz Eduardo Soares – ele montou um gabinete de gestão integrada, em que juntávamos todas as polícias, prefeitura, governo do Estado –, em cima de um mapa, a prefeitura tomava algumas decisões a partir desses mapas concretos. Por exemplo, em relação a número de assaltos, às vezes, nós melhorávamos os números com políticas de iluminação pública. Em relação a homicídios na juventude, no caso de Nova Iguaçu – eu me lembro de que estudamos uma experiência de Diadema, que fez um levantamento –, também, essas ocorrências se davam, na maior parte das vezes, na sexta-feira, na madrugada, entre 22h e 4h da manhã; no sábado, na madrugada, entre 22h e 4h da manhã; e no domingo, também nesse ínterim.

Eu queria saber se existe esse nível de detalhamento no caso de São Paulo: em que situação e em que horas? Isso é muito importante para tirar consequências em termos de políticas públicas que se podem desenvolver naqueles horários, para determinado setor, em especial, para juventude.

Eu queria, encerrando a pergunta, Dr. Marcelo Nery, falar que, em sua participação na CPI da Violência contra Jovens Negros na Câmara dos Deputados, o senhor deixou claro que é preciso ter em mente que a violência não muda apenas no espaço, mas também no tempo; e que não é só a violência que muda, que não são só as relações sociais que mudam, mas os condicionantes que tornam o lugar mais ou menos violento. Eu cito a sua explanação: “Diante disso que estou falando, não dá para fazer uma política, uma ação de segurança pública nesse contexto e esperar que ela seja tão efetiva nesse outro contexto, simplesmente porque as coisas mudam no tempo e no espaço”. Eu queria que o senhor aprofundasse esse tema aqui, para este nosso trabalho da CPI.

Em relação ao nosso Prof. Michel Misse, eu começaria com um questionamento. O senhor tem afirmado, em diversas entrevistas, que as polícias brasileiras não foram concebidas para conduzir investigações e que, para melhorar a segurança, é preciso modernizar a polícia e despi-la de seus aspectos militares. Que mudanças devem ocorrer para que isso aconteça? E como esta CPI pode ajudar?

Segundo questionamento. Em alguma entrevista, o senhor fala da necessidade de desmilitarização da polícia militar. Eu queria que aprofundasse esse tema.

A que motivo o senhor atribui a existência dos chamados autos de resistência, se existe a obrigatoriedade no Código de Processo Penal de que, quando a infração deixar vestígios, seja realizado o exame de corpo de delito?

O outro ponto é sobre o ciclo completo em relação à investigação. Há uma situação particular aqui, no Brasil, em que há a polícia militar fazendo o policiamento ostensivo e preventivo e outra polícia, a polícia civil, fazendo o trabalho investigativo. Na maior parte do mundo, o que acontece é que quem está lá na ponta e começa o trabalho preventivo faz também a investigação. Eu queria que o senhor avaliasse se isso interfere nessa baixa resolutividade de crimes no País, em especial em homicídios.

Por fim, sobre a polícia civil. É possível dizer que a precariedade da estrutura da polícia civil no País, em especial das perícias técnicas e dos institutos de criminalística, contribui para a ausência de investigação e permanência dos autos de resistência?

São essas as minhas perguntas.

Eu acho que seria importante, para nos ajudar na condução desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que daqui saíamos com proposições legislativas, com recomendações aos governos dos Estados e com participação do Governo Federal também, ouvir de cada um dos senhores uma opinião sobre esta CPI.

São muitos temas correlatos. Qual a opinião dos senhores sobre esse trabalho? Por onde a gente deveria ir? Qual devia ser o centro do nosso trabalho aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito?

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Antes de fazer apenas três perguntas, quero ler aqui a participação daqueles que estão nos acompanhando.

O cidadão José de Paulo Santos, via Alô Senado (alosenado@senado.leg.br), de Minas Gerais, diz: “oitenta e nove por cento do povo brasileiro não mais acredita nesse atual sistema de segurança pública. Oito em cada dez brasileiros têm medo de ser torturados pelas polícias militares. A ONU já fez vários relatórios ao Governo Brasileiro propondo a desmilitarização das PMs.”

Catarine Dias, por e-mail: “Com certeza, a causa primordial do fracasso vivido pelos jovens é a falta de investimento na educação.”

Também via Alô Senado, Noêmia Maria Ferreira, de Goiás: “Eu acho que a violência acontece por falta de educação, estrutura familiar, influência do tráfico de drogas e a falta de apoio do Governo, para que o jovem possa continuar sonhando com a vida melhor.”

Também via Alô Senado, Rodrigo Ferreira de Souza, do Distrito Federal: “Acredito que as mortes dos jovens brasileiros se dão em decorrência do uso de drogas lícitas e ilícitas.”

José Paulo de Santos, de Minas Gerais, pelo Alô Senado: “Enquanto a bandidagem está mais armada do que as Forças Armadas, a PM de Minas prende homens honestos devido ter encontrado balas velhas dentro de baús velhos nas periferias. Quem mata no Brasil é a bandidagem, não os homens honestos.”

Bruno Queiroz, do Distrito Federal: “É preciso ter igualdade na distribuição de renda e investimento na educação para jovens.”

Dewilson Fernandes, do Rio Grande do Norte, Senadora Fátima: “Sugiro que existam mais iniciativas governamentais para jovens em situação de risco e que as iniciativas englobem os campos da cultura, do lazer, da educação, da responsabilidade social. Só assim daremos oportunidades para os jovens escaparem da violência.”

Essas são algumas das contribuições que vieram através do portal e-Cidadania, do Senado.

Eu gostaria também de fazer três perguntas que complementam as perguntas do Senador Lindbergh.

A primeira é uma pergunta ao Prof. Michel Misse: diante daquelas propostas que o senhor apresenta, por que deixar a decisão para cada Estado em termos de unificação da polícia? A sua compreensão da modernização da polícia passa pela ideia de uma polícia mais fragmentada? Hoje nós temos polícias estaduais unificadas.

Eu, pessoalmente, acho que precisaríamos debater um sistema em queoubessem polícias municipais, polícias metropolitanas, descentralizadas e não unificadas em torno da Polícia Militar; que tivéssemos outro tipo de polícia em que pudesse até existir menos a autoproteção. Na medida em que há uma corporação grande, unificada, ela leva a uma atuação corporativa muito grande nos casos de infração, de defesa, de autodefesa, de autoproteção.

Ponto dois: geral. A tese do deslocamento.

Há um deslocamento, pelas duas pesquisas apresentadas, do crime do Sudeste para o Nordeste, a migração do crime.

Há, geralmente, no Nordeste, por parte dos governos, uma explicação do aumento da criminalidade devido ao deslocamento, pelo combate mais intenso ao crime, principalmente ao tráfico de drogas no Sudeste do País, que levaria a um deslocamento do criminoso para o Nordeste brasileiro.

A relação é essa, a principal? As pesquisas indicam isso ou não há dados que possam explicar isso? Ou simplesmente a maior concentração de pobreza no Nordeste leva a essa concentração da criminalidade, relacionada portanto à falta de perspectiva, à falta de engajamento da juventude em projetos novos, o que a leva a ser atraída para o tráfico de drogas ou outros tipos de crimes?

E eu queria complementar, Senador Lindbergh. Não fiz um levantamento do fim de semana do meu Estado, mas apenas tenho notícias rápidas que chegaram e ficaram gravadas na minha mente neste fim de semana, na Bahia. Um jovem foi assassinado em Feira de Santana, no meio da rua, à luz do dia. Chegaram pessoas num carro, saltaram, mataram, executaram.

Outra notícia, do dia seguinte: os jovens foram retirados à noite de dentro de casa e executados no Alto de Coutos. É outro tipo de assassinato.

Falo de duas execuções: uma numa cidade do interior, a maior cidade do interior próxima de Salvador, a maior cidade do Estado, segunda maior cidade do Estado, e outra dentro de Salvador, num bairro popular, no subúrbio, que é a execução direta.

E uma terceira questão. Estamos investigando jovens, entre quem se concentra, pela pesquisa, o maior número de mortes violentas, entre 19 e 24 anos, portanto, na faixa etária dos jovens. Mesmo assim, a pesquisa abrange de 12 a 19, que é uma faixa de adolescência. E ainda diria que há também um grande número de crianças que são assassinadas na periferia das grandes cidades. Aí não dá para dizer que a criança é autora de crime. Você chega até a concluir...

No caso dos jovens que são assassinados, nesses dois casos que citei aqui, executados de forma específica, a população em geral não quer nem averiguar o crime. Para ela, a leitura está clara, e está também para as autoridades policiais. Trata-se de caso de mortes de envolvidos com o tráfico de drogas.

Esse enunciado dá, no Brasil, o direito de matar e o direito de morrer, digamos assim. É licença para matar e para morrer. Se está envolvido com tráfico de drogas, é como se houvesse a licença para matar e para morrer. E não se trata mais de a polícia investigar nada. É briga de quadrilha. A polícia está fora disso, o que é uma coisa extremamente estranha.

E o último caso a que eu ia me referir, a última notícia é de uma criança que recebe um tiro no rosto, com menos de onze anos de idade, enquanto estava passando no bairro com o seu pai. Uma bala perdida, uma bala vinda de algum lugar atinge a criança no rosto.

O número de crianças assassinadas e feridas nos bairros populares por balas perdidas é impressionante.

Temos um caso exemplar, digamos assim, de um menino que foi assassinado, atingido por uma bala perdida, há dois anos, em Salvador, no Bairro do Nordeste Amaralina, dentro de casa, na sala, com o pai: ele é atingido e morre.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso para não falar no caso de um mês atrás, Eduardo Jesus Ferreira, lá no Complexo do Alemão, de dez anos de idade.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente. Esse menino tinha mais ou menos essa idade.

Veja bem, quando se trata dos casos de criança, também não há averiguação, também não há identificação dos responsáveis, e julgamento também não há.

Então, o discurso do tráfico de drogas é paralisado. Quando se trata de criança, não há o que discutir. Em geral, a origem, a autoria é da Polícia, em geral, mas há também a autoria de outros membros. Volto a dizer que, ainda assim, não há investigação; ainda assim, não há conclusão de inquérito; ainda assim, não há dados para que uma pesquisa chegue a uma conclusão maior.

Era só.

Voltando na mesma direção, passo a palavra para o Prof. Ignácio Cano.

O SR. IGNÁCIO CANO – Obrigado, Srª Presidente.

Vou tentar responder, então, algumas colocações. Depois, vou fazer também algumas colocações pessoais.

Em relação à situação do Nordeste, respondendo à Senadora Fátima, o fator cultural não é o melhor para explicar essa explosão de violência, porque a cultura é mais ou menos estável, muda lentamente e o que nós tivemos nos últimos dez ou quinze anos no Nordeste foi justamente uma explosão de violência.

O Nordeste se modernizou. É claro que os fatores culturais existem: o patriarcalismo, a violência no campo, etc. Mas, se esse fosse o problema central, nós teríamos vivido uma diminuição e não o aumento da violência.

A verdade também é que não sabemos o que explica essa explosão da violência no Nordeste. Só sabemos uma coisa: o Nordeste foi a área do País que mais se beneficiou dos programas de transferência de renda e de redução de pobreza. Nós sabemos que só diminuir a pobreza e a desigualdade não é suficiente para reduzir a violência; precisamos de outros elementos. Algumas das dinâmicas que podem ajudar a entender em alguma medida a situação do Nordeste é o rápido crescimento demográfico e econômico de algumas cidades, atração de populações jovens e atuação de círculos criminosos nesses contextos. Se não é uma explicação satisfatória, mas um princípio de explicação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bem rapidinho, professor, quero só dizer que concordo com a sua leitura, com a avaliação que o senhor fez. Fiz a pergunta exatamente para efeito de reflexão, mas concordo com essa leitura exatamente que o senhor faz.

Claro que, de repente, o que nos inquieta é o fato de que há a concentração da pobreza, mas reconhecemos, como o senhor mesmo colocou, que nesses últimos anos houve um combate maior à questão da desigualdade social. No entanto, a violência aumentou.

Mas, como o senhor mesmo está colocando, isso pode se dever ao fato do processo urbanizatório.

Só para dizer que concordo com a sua leitura.

O SR. IGNÁCIO CANO – Em relação também ao comentário da Senadora Lídice sobre possível deslocamento do Sudeste para o Nordeste, essa questão do deslocamento criminal se discute muito. Mas, realmente, do Sudeste para o Nordeste seria um deslocamento muito grande. As evidências que existem são pequenas, de que há pequenas infiltrações de alguns grupos criminosos do Sudeste no Nordeste, mas nada que ajude a entender essa explosão de violência.

A explosão de violência tem que ser entendida em função de dinâmicas internas e não em função da influência do Sudeste sobre o Nordeste.

Em relação aos desaparecidos, digo que essa correlação negativa entre desaparecimentos e homicídios se quebra em 2012, porque temos um aumento dos homicídios no Rio a partir de 2012 e os desaparecimentos continuam aumentando. É uma situação complexa que precisa ser estudada. Eu queria deixar claro que não é uma questão simples como pode parecer, as pessoas às vezes acham que: “Ah, então todos desaparecimentos são homicídios mascarados.” Não são. A situação é bem mais complexa do que isso. Só para deixar esse alerta.

Em relação a por que os negros morrem tanto neste País, há duas explicações claras: a primeira, como o Professor Marcelo Nery já disse, é a questão do preconceito. Nós temos uma pesquisa que mostra, por exemplo, que, se você entra em um confronto armado com a polícia no Rio de Janeiro, há duas situações: se você é

branco, você tem 8% a mais de chance de sobreviver a esse confronto armado do que se você for negro. E isso funciona tanto dentro quanto fora da favela. Então, há o elemento do preconceito.

O segundo elemento, obviamente, é a desigualdade socioeconômica. Os negros, no Brasil, têm uma situação muito mais desfavorável do ponto de vista socioeconômico, e está claro – todos os estudos mostram – que as grandes vítimas do homicídio são pessoas de baixos recursos.

Então, os negros são afetados por esses dois elementos.

Nos últimos anos, nós vivemos – e acho isso positivo para o Brasil – uma reflexão sobre a questão racial na sociedade e na violência, que antes passava batido. Hoje, pelo menos, temos um início de reflexão nesse sentido.

Em relação à interiorização, só dizer que, às vezes, as pessoas interpretam que o crime e a violência foram para o interior do País, para os âmbitos rurais. Os dados mostram que não é isso. Foi para o Nordeste, mas foi para as cidades do Nordeste, cujas cidades com mais de 100 mil habitantes continuam sendo as que praticamente sofrem uma incidência muito maior da violência letal.

Sobre a questão da letalidade, nós temos, realmente, um problema sério no Brasil com a letalidade policial. Nós somos, provavelmente, o país, no mundo, cuja polícia mata mais gente. Os números são tão elevados que, às vezes, quando a gente os apresenta no exterior, as pessoas dizem que há um zero a mais, dois zeros a mais. As pessoas não acreditam que esses sejam os números de pessoas mortas pela polícia.

E isso, infelizmente, não gera uma reação nem do Poder Público, nem da sociedade como deveria. Então, falamos de controle da polícia, como o Senador mencionou, mas o controle não existe. O controle não existe, porque o Ministério Público, em muitos Estados, entre eles o Rio de Janeiro, não faz o seu trabalho de controle dessas mortes. Agora, o CNMP está começando a se preocupar com essa questão.

Mas é inaceitável que pessoas sejam mortas pela polícia sem uma investigação sistemática!

No Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro, nós acompanhamos algumas dessas investigações e descobrimos coisas como as seguintes: os depoimentos dos policiais que participavam do evento eram copiados e colados, não haviam sido tomados independentemente; a apreensão das armas era virtual. Na verdade, a arma era devolvida ao policial e não era apreendida. O Comandante do Batalhão era oficiado duas semanas depois para entregar essa arma, que tinha ficado essas duas semanas na rua sendo utilizada antes da perícia, inviabilizando obviamente a perícia.

Então, o Ministério Público, o Judiciário e a sociedade têm uma grande responsabilidade na fiscalização da letalidade policial.

Em relação à questão da...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Professor Ignácio Cano, eu, inclusive, queria dizer aos senhores todos, em relação a essa questão do Ministério Público – e esse é um ponto importante para a CPI –, que nós queremos ter uma conversa com o Conselho Nacional do Ministério Público. Então, seria muito importante se os senhores pudessem passar essas informações de forma mais detalhada, porque eu acho que este é o tipo de espaço em que esta CPI pode atuar, fazendo uma intermediação, conversando com o Procurador-Geral.

Então, esse é um ponto muito importante, ou seja, o papel do Ministério Público.

O SR. IGNÁCIO CANO – E do Judiciário também.

Eu convido V. Ex^{as} a lerem a determinação judicial, no Rio de Janeiro, relativa àquela morte do suspeito chamado Matemático, que foi fuzilado por um helicóptero e cujas imagens... A determinação judicial que arquiva esse caso considera que aquilo foi perfeitamente justificado, que os policiais, inclusive, sofreram uma violação por serem investigados por aquela morte, que eles têm é que fazer mais operações daquele tipo.

Então, é importante a gente entender que a polícia mata não só porque a polícia mata, mas porque outros órgãos do Estado não fazem a sua parte.

Em relação à guerra às drogas, eu acho que fica claro, cada vez mais, para muita gente, que a guerra às drogas foi uma das grandes tragédias do século XX em que a humanidade embarcou. Gerou uma quantidade de vítimas muito grande, gerou corrupção, gerou violência e não resolveu o problema de saúde pública que as drogas obviamente provocam.

Então, recentemente, os Estados Unidos da América, que foram o país que patrocinou, que difundiu a guerra às drogas, já falaram, por meio do seu governo federal, que não se faz guerra contra os seus próprios cidadãos, que essa guerra foi um grande equívoco, cujo preço continua sendo pago até hoje. Países da América Latina, como a Colômbia, como o Brasil, sofrem um custo social elevadíssimo dessa guerra.

Infelizmente, ainda o Brasil não discute políticas de descriminalização das drogas como o Uruguai já está implementando e como outros países já estão discutindo.

Infelizmente, o Brasil está na contramão da evolução da América Latina no mundo, no sentido de descriminalizar ou, pelo menos, promover políticas de redução de danos. O que vemos aqui é a internação com-

pulsória de usuários, contra seus direitos fundamentais em vez de se trabalhar na direção redução de ganhos. Sem dúvida nenhuma, temos que desmontar essa guerra às drogas. Esse tipo de policiamento associado à guerra às drogas é perverso. É perverso para a sociedade e para a própria Polícia. Temos que gerar outro tipo de policiamento cujo primeiro objetivo deve ser abandonar essa ideia de guerra às drogas. No Rio de Janeiro, temos as UPPs, cuja vantagem é justamente inverter a prioridade: em vez de correr atrás de drogas, tem que correr atrás de armas e atrás da violência. Tráfico de drogas existe no mundo inteiro, com níveis de violência muito interiores.

Às vezes, as pessoas acham que o problema são as drogas,. Drogas há em Copenhagen, há em Toronto, há em qualquer lugar. E são ilegais, mas não geram o nível de violência que sofremos. Até nas UPPs, hoje em dia, os policiais são premiados por apreender drogas. Ganham um ou dois dias livres por apreender drogas, ou seja, o incentivo continua a ser o de perseguir drogas como elemento central da política. Isso tem que mudar.

Em relação ao que esta CPI poderia fazer, tenho duas sugestões: a primeira, mais importante, acho que esta CPI poderia conversar com o Governo Federal, que tem muitas ocupações obviamente, e tentar deslanchar esse Plano Nacional de Prevenção aos Homicídios, que o Governo Federal está considerando, mas que não acaba de sair. E, posteriormente, esta Casa poderia acompanhar a implementação desse plano. Ele tem que ter metas periódicas.

Então, esta Casa, o Parlamento brasileiro tem, acho, uma função muito importante: acompanhar a implementação desse Plano Nacional de Prevenção aos Homicídios.

Por último, embora não tenha sido perguntado, já que estou nesta Casa, vou me permitir a liberdade de dizer o seguinte: estamos falando da associação entre desigualdade e violência. A primeira desigualdade que existe neste País e está na lei é a prisão especial. É um escândalo que pessoas tenham direito a uma prisão mais favorável só porque têm terceiro grau. É uma forma de dizer o que a lei não teve coragem de dizer: que pessoas ricas, com educação, têm um tratamento penitenciário diferente.

No exterior, quando apresentamos isso, todos dizem: "ah, quer dizer que as pessoas dão um jeitinho, não é?" elas não acreditam que a lei brasileira diz isso. Então, acho que está mais do que na hora de a lei ser mudada.

As prisões brasileiras são terríveis? Devem ser iguais para todo mundo. E, talvez, se a elite brasileira for às prisões, elas melhorem em suas condições.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Professor, eu quero avisar que, a partir de agora, ou seja, a partir de um minuto, deixaremos de ser transmitidos pela TV Senado, por conta da nossa programação permanente, já estabelecida pelo Senado Federal, de acompanhamento do plenário. No entanto, continuaremos. Quem está nos acompanhando pode continuar a fazê-lo através do nosso *site*, que também está transmitindo. Nós poderemos continuar recebendo a sua colaboração pelo portal e-cidadania.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Apenas para reforçar, Senadora, lembro que esta audiência pública será retransmitida, na sua totalidade, durante a semana.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não teremos prejuízo. Quem puder assistir depois, mas quem está assistindo neste momento não vai poder assistir ao vivo, diretamente, como estamos até agora. A partir de agora, não mais.

Eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Marcelo para que ele pudesse responder.

O SR. MARCELO NERY – Há várias questões. Primeiro, falo aqui que, felizmente, concordo em quase cem por cento com o que o Prof. Ignácio Cano disse, o que é incomum para quem trabalha com segurança pública porque realmente há falta de consenso sobre várias questões. Felizmente, parece que essa banca aponta no mesmo caminho.

Com relação à possibilidade de verificar as informações por hora das ocorrências de homicídios, digo que, em 2008, ou seja, em um período anterior à Lei de Acesso à Informação, tive acesso a um conjunto de informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, oriundo do Infocrim.

O Infocrim é um sistema informatizado dos boletins de ocorrência. Eu tive acesso a uma parcela desses dados e, com esses dados em 2008, foi realmente possível verificar a situação e o horário do dia.

E não só de homicídios, tive dados de roubos e furtos, por exemplo. Era interessante observar, por exemplo, que, em São Paulo, roubos ocorridos em transportes coletivos eram mais comuns no período noturno; enquanto o furto é no período matutino.

Com relação a homicídios também: naquela época, foi possível identificar que os homicídios aconteciam com maior frequência nos finais de semana, da noite até a tarde de domingo. Então, acontecia mais ou menos nesse período da semana com maior frequência e no período noturno era mais frequente do que no período matutino ou diurno.

Então, realmente existe essa informação, mas eu citei, tive acesso a essa informação no período anterior à Lei de Acesso à Informação, porque essa lei não resolveu nada. É muito comum, nós, pesquisadores, solicitarmos acesso à informação e simplesmente não é dada essa informação. Ou eles falam que é por uma questão de sigilo ou alguma questão estratégica, ou ainda eles relatam que foi formada uma comissão que vai julgar a pertinência do pedido do dado – uma comissão que, muitas vezes, ainda não existe e que, do ponto de vista de um período de pesquisa, retarda o acesso à informação até um ponto onde você não precisa mais daquela informação porque não adianta.

É uma vergonha que o dado a que nós temos acesso seja de 2012! Ninguém pode falar nada mais recente do que isso no País. É uma vergonha!

Mas uma coisa é existem dados, um conjunto de dados, que são raros, são poucos e aqueles a que a gente poderia ter acesso não tem.

A segunda questão, os maiores desafios para apuração dos homicídios, começa por aí. A gente não sabe o que acontece, porque é uma caixa-preta, a que muito poucas pessoas têm acesso. E a gente começa a especular por que a gente não tem acesso. Será que não é porque as pessoas acreditam que essa informação permitiria crítica ao trabalho? Ou será que as pessoas têm consciência do quão ruim é a sua informação a ponto de, se eu divulgar essa informação ruim do que jeito que é, vai ficar claro que meu trabalho é péssimo e, por isso, eu não vou dar acesso a essa informação? Tudo isso vale no ponto da especulação, porque simplesmente a gente não tem acesso a informações de qualidade.

Mesmo com o sistema nacional que nós temos hoje. Isso é um problema, na verdade, amplo, porque pensando na Conferência Nacional de Segurança Pública, por exemplo, houve uma no País. Enquanto sobre saúde houve dezenas. O problema da saúde é muito maior do que o da segurança neste País? Não. Mas, na história deste País, nós tivemos uma única Conferência Nacional de Segurança Pública. Uma! Então, parece que o problema não é tão grave assim.

Dentro desses nossos desafios, está a questão também da transparência no acesso à informação, o que não há hoje. Há necessidade de os dados serem nacionais e comparáveis para fazer uma análise não só do ponto de vista global, mas esses dados têm que permitir a análise local do problema. Então, vocês verificam que existe tecnologia? Existe. Existe dinheiro? Sinceramente, existe, porque o dinheiro investido em segurança pública neste País é um absurdo de alto. São milhões e milhões de reais direcionados à segurança pública. O problema é dinheiro? Atualmente, sou capaz de falar que o principal problema não é dinheiro, mas é a qualidade do uso desse dinheiro.

Bom, então, nós temos dados, nós conseguimos ter tecnologia, nós temos investimento, mas nós não temos transparência. Associando, por exemplo, o que foi falado pelo Michel Misse, o Prof. Sérgio Adorno, do NEV/USP fez um trabalho semelhante em São Paulo. Ele pegou dados de 1991 a 1997, boletins de ocorrência e verificou quantos se transformaram em inquérito, quantos efetivamente chegaram a julgamento. Coincidentemente, só 8% chegaram a julgamento.

Então, nós também vemos uma questão fundamental aqui, que é a questão da impunidade, porque nós sabemos da impunidade. Existem várias linhas teóricas que falam em custo/benefício. Qual é o benefício de eu cometer um crime neste País mediante o risco de eu ser preso? Enquanto estiver na mente das pessoas essa possibilidade de impunidade, o risco de a pessoa se envolver em um crime é muito alto. Isso é fato.

Que fato? O fato de que, para muitos jovens da periferia, a única opção viável de conseguir dinheiro é se envolver com o tráfico de entorpecentes. Isso também é um fato.

É um fato falar para esses jovens, por exemplo, que droga é uma coisa que vicia, sim, mas é uma coisa que dá prazer. Então, eles têm que optar por não conseguir drogas, apesar do prazer que a droga dá. Temos que falar isso para o jovem? Temos. Temos que falar para o jovem: “Você não vai se envolver com tráfico de entorpecentes porque a chance de você ser morto é muito alta.” Mas ele fala: “Pô, mas qual é a chance de eu ser pego? E, espera aí, eu trabalho o mês inteiro para ganhar o salário mínimo, mas com o tráfico eu consigo R\$1 mil por semana.” Tudo isso é dado objetivo. Tudo isso é um cálculo que pode ser feito. Tudo isso retrata a realidade do País no momento.

Citei já na CPI, e isso cito sempre, que a violência muda no espaço e no tempo. O que acontece? Vamos imaginar que existe um lugar muito violento. Imagine que você vai fazer uma política de segurança pública naquele lugar e a violência começa a reduzir. A política de segurança pública que você começou a aplicar e começou a dar resultado, à medida que a violência cai, perde a força e se torna necessária uma política mais adequada àquele novo contexto naquele outro momento.

Outra questão: a mudança demográfica, como foi falado pelo Prof. Ignácio Cano, é fundamental. Imaginem uma comunidade onde só há casas e todas são vendidas. Agora, há prédios naquele mesmo lugar. A dinâmica social é a mesma? Não! A dinâmica da violência vai ser a mesma? Também não!

Com relação à migração, que foi falada aqui, uma coisa é a migração no sentido mais correto da palavra, antes da violência. Em São Paulo, por exemplo, depois que aumentaram a segurança em estabelecimentos bancários, houve uma migração do crime a banco para roubo de cargas. Isso é uma migração. Houve uma migração para o interior, do Sudeste para o Nordeste? Não, não houve uma migração nesse sentido. O que houve é que existem circunstâncias específicas naquele lugar, contextuais, relacionadas à questão da pobreza, da renda, da infraestrutura, do fácil acesso a armas, do fácil acesso a drogas, à questão do alto consumo de bebidas alcoólicas por jovens, tudo isso é contextual.

O problema é que não temos informação qualificada para identificar qual é o problema naquele momento. Então, vou para a questão fundamental: o que a CPI deve fazer? Concordo plenamente com o Prof. Ignácio Cano sobre o plano nacional de redução dos homicídios, mas esse plano é nacional pensando na perspectiva de que cada lugar tem um problema específico. Um plano nacional é um problema para todos no País? Sim. Vamos unir forças? Sim. Independente da questão partidária, eleitoral? Muito bem. De que maneira fazemos isso? Tem que ser uma mudança cultural também.

Tenho muito acesso a policiais, por exemplo. Para eles, eu poderia falar que, infelizmente, existe uma cultura que gera estereótipos, uma cultura que dificulta o trabalho deles, uma cultura que os torna vítimas também de homicídio, uma cultura que torna o trabalho dele, como várias vezes o NEV fala, de enxugar gelo.

O próprio policial fala: "Por que vou prender aquele moleque, se, daqui a pouco, ele vai estar aqui, na rua, de novo?"

Pensem nesse contexto. Pensem na impunidade. Pensem em tudo o que falei. E vocês vão ter o quadro que mostra o problema que temos.

Outra coisa fundamental, só para encerrar. O NEV/USP fez a seguinte pergunta em uma pesquisa de opinião: "Nos últimos 24 meses, você, população, se reuniu para discutir problemas relacionados à segurança pública?" Cinquenta e cinco por cento da população, e isso foi feito em 11 Estados do País, em 11 capitais, disseram que jamais se reuniram para tratar da questão. Então, além da questão do plano nacional de redução dos homicídios, também essa CPI poderia pensar em um trabalho de sensibilização, não só do Poder Público, dos agentes da segurança, mas da própria sociedade, de que eles têm um problema.

Segurança cidadã é a única maneira de resolver o problema de segurança pública neste País.

Obrigado pela oportunidade.

Encerro por aqui. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Por último, o Prof. Michel Misse.

O SR. MICHEL MISSE – O tema é muito complexo. Nós estamos com acúmulo de questões.

Nós temos um paradoxo: temos um processo de encarceramento em massa, no Brasil, nos últimos anos, e, ao mesmo tempo, uma baixíssima taxa de elucidação de crimes. Isso é um paradoxo. Vamos aumentar a taxa de elucidação? Nós vamos aumentar mais ainda o encarceramento. Isso coloca claramente a raiz do problema.

Se olharmos o sistema penitenciário, vamos verificar que a maioria das pessoas que estão em prisão provisória ou cumprindo pena está ali por pequenos delitos, principalmente tráfico de drogas, geralmente são pequenos comerciantes a varejo de tráfico; furto, uma parte importante por furto; e outros crimes como estelionato, fraude, dano etc.

O número de homicidas que frequentam o sistema penitenciário é muito baixo. E a maioria dos que frequentam por homicídio são por crime passional, isto é, são aqueles que não matam constantemente. Então, esse é um lado do problema. Nós estamos prendendo mal, estamos condenando mal, por um lado. Por outro lado, não estamos conseguindo investigar e prender os casos em que efetivamente poderemos supor que seria necessário prender.

Portanto, essa questão está vinculada a um problema muito mais amplo que não vamos tratar aqui, mas é conhecido de todos. Quem está preso, quem está sendo processado são os subcidadãos. Não são os cidadãos, são os subcidadãos. Inclusive os menores, as crianças e os adolescentes que estão internados também são subcidadãos, isto é, são aqueles que não têm acesso aos direitos mais elementares. Então, estamos punindo quem não tem acesso aos direitos.

Esse é um ponto, a meu ver, nevrálgico, nesse momento, no Congresso Nacional, que está discutindo aumentar a maioria, que está discutindo suavizar a lei do desarmamento. Então, esses são pontos nevrálgicos. Em vez de avançarmos, estamos...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Para trás.

O SR. MICHEL MISSE – Para trás. Indo para trás.

Então, esse é um ponto que eu gostaria de lembrar.

A questão que a Senadora Fátima Bezerra coloca é muito importante. Nós não temos pesquisas ainda suficientes. Já existem pesquisas em várias capitais do Nordeste, mas ainda não temos...

O que podemos dizer – e eu tenho defendido essa tese – é que os mesmos fatores que levaram ao incremento da violência no Sudeste, a partir dos anos 70, estão presentes agora, no Nordeste. Isso tem a ver com urbanização, tem a ver com toda essa mobilidade demográfica, tem a ver com a modernização da sociedade. Portanto, com o aumento da violência que aparece com grupos de proteção, de pistolagem, que existiam no meio rural e se transferiram para o meio urbano. E a expansão dos mercados ilegais, principalmente varejo de drogas.

Aí entra a questão, com a qual concordo inteiramente, de que essa guerra das drogas é um absurdo. Temos que romper com isso. Até mesmo políticos moderados em relação a essa discussão têm defendido claramente uma guinada nessa discussão. E, no entanto, isso não entra na pauta, não é tratado como deveria ser.

O Senador Lindbergh me pergunta sobre a Polícia, que deveria fazer, mas não faz a investigação. O problema é que essa Polícia tem que fazer a investigação, tem que tomar depoimento, tem que ter cartório, tem que fazer o inquérito.

Ela está fazendo coisas demais. A ela caberia exclusivamente fazer...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – No caso, a Polícia Civil.

O SR. MICHEL MISSE – A Polícia Civil. Ela tem de fazer só a investigação. E a investigação não é essa confusão que eles criaram, porque eles já querem provar no plano da polícia. A polícia não tem que provar. A polícia tem que levantar evidências. Quem vai provar é, depois, lá no julgamento.

Então, essa preocupação que a polícia tem de construir uma verdade a respeito da dinâmica do crime é muito complicada. Isso não permite a ela uma eficiência no plano da produção de evidências, de evidências empíricas. Qualquer pesquisador produz rapidamente evidências que o policial tem mais dificuldade de produzir, porque ele está engatado, digamos, nessa carapaça jurídica que é o inquérito policial.

Por outro lado, há a questão da desmilitarização. A Polícia Militar não fazia policiamento ostensivo. Ela era uma força auxiliar. Ela era chamada para manutenção da ordem pública. Ela começa a fazer policiamento ostensivo durante a ditadura militar, isto é, a partir de 1969, 1970, e não saiu mais. Ora, com isso, nós passamos a ter duas polícias: uma polícia que fica nas ruas e outra polícia que não tem nenhuma relação maior com a primeira, que é encarregada da investigação. Evidentemente que isso não pode dar certo.

Por que eu proponho que isso seja resolvido em cada Estado? Por uma razão política. São polícias estaduais. O federalismo brasileiro não facilita absolutamente uma decisão nacional nesse plano. Se facilitasse, eu não teria nada contra, se houvesse uma formulação nacional. Agora, eu acho que politicamente é mais fácil avançar permitindo. Até porque também há diferenças em cada Estado. Há Estados onde essa separação pode ser melhor, pode ser mais eficiente, e há outros Estados onde não. Acho que isto permitira uma maior flexibilidade: tirar da Constituição esse engessamento e deixar que isso pudesse ser objeto de reformulações até que se chegasse a um modelo satisfatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Sr. Misse, se o senhor me permite, até porque sou autor da PEC 51, que foi elaborada em conjunto com o Prof. Luiz Eduardo Soares, que trata dos temas – na verdade, trata da desmilitarização, do ciclo completo, de a polícia ter um ciclo completo e da carreira única –, nesse caso, está expresso na PEC 51 que os Estados é que decidirão sobre a forma de funcionamento das suas polícias. Dou o exemplo do caso do Rio de Janeiro. No caso do Rio de Janeiro, qual seria, no nosso entendimento, a melhor forma de funcionamento? A Polícia Militar viraria uma polícia civil de ciclo completo e a atual Polícia Civil nós transformaríamos em uma polícia civil de ciclo completo, mas ligada ao combate ao crime organizado. Nós faríamos isso, em vez de unificar. Claro que, se algum Estado decidir pela unificação, haveria a unificação. Mas acho que, dessa forma, se estabelece a possibilidade de os governos estaduais, por suas assembleias legislativas, organizarem melhor o funcionamento daquelas polícias. E como V. Ex^a falou aqui, há a possibilidade da existência de polícias municipais, polícias metropolitanas. No mundo inteiro, o Prof. Michel Misse sabe disso, as polícias, nos Municípios, são uma realidade e funcionam num trabalho de integração com outras polícias.

O SR. MICHEL MISSE – Eu sou inteiramente favorável à municipalização, desde que ela não siga, como está acontecendo no Brasil, o modelo da Polícia Militar. Quer dizer, em vez de você criar uma polícia mais próxima, uma polícia de proximidade, você está reproduzindo o mesmo modelo que já não deu certo, que é militarista. Inclusive, a questão do porte de arma é um problema em certas áreas, enfim.

Eu acredito que, se nós pudéssemos dividir entre as duas polícias as áreas de competência delas para que o exercício do ciclo completo pudesse se dar, seria certamente muito melhor. A Polícia Militar poderia ficar encarregada dos crimes de rua, aqueles em que ela pode realmente fazer a investigação, e a Polícia Civil ficaria encarregada dos crimes, como a Polícia Federal, que exigem investigação de mais longo prazo.

Bom, os fatores dos autos de resistência com o corpo de delito.

Muitos casos de auto de resistência é que o corpo... Primeiro, a Polícia não diz que a pessoa morreu no local; diz que ela está ferida e vai ser levada para o hospital. Com isso, desmancha-se a cena do crime. E, na verdade, muitas vezes, a pessoa já morreu. Então, você está levando um cadáver para o hospital. Aí, quando chega ao hospital, o hospital constata que a pessoa está morta. Você já não tem mais a cena do crime, ela já foi desfeita, e a morte agora vai constar como tendo ocorrido no caminho para o hospital.

Exames de corpo de delito não são feitos porque quem está encarregado de investigar o caso está muito próximo do autor. Então, fica muito difícil também. Seria preciso que a investigação dos autos de resistência ficassem com um setor da Polícia Civil mais distante da circunscrição onde ele ocorreu.

Ministério Público.

Eu parto da posição da Prof^a Ada Grinover, que presidiu, aqui, no Senado, há muitos anos, uma comissão técnica. Ela sempre defendeu o seguinte: a polícia investiga, o Ministério Público acusa e o juiz julga. Essas diferentes funções, esses diferentes papéis têm que ser claros. Hoje, o Ministério Público quer investigar. Eu, particularmente, sou contra. Acho que quem está incumbido da acusação não deve investigar. Quem investiga é a polícia. Agora, o Ministério Público, sim, vai participar da formação da culpa, portanto da instrução criminal. E o juiz que estiver ligado, digamos, à liberação dos pedidos de mandados não pode ser o mesmo que vai julgar o caso. No Brasil, muitas vezes é o mesmo.

A Polícia Civil é precária, a perícia é precária... Em alguns Estados é muito precária, em outros, nem tanto. Em São Paulo, não é tão precária assim. No Rio, ultimamente também não está tão precária assim. O problema aí é a relação, nem sempre muito orgânica, entre a polícia judiciária e a polícia técnica, a ponto de, hoje, muitos representantes da polícia técnica defenderem a autonomia completa da polícia técnica em relação à polícia judiciária. Deixaria de ser polícia. Passaria a ser um corpo técnico, que seria consultado pela polícia.

A Senadora Lídice da Mata pergunta também se a modernização não implicaria uma polícia mais fragmentada. Eu não sou contra a ideia de termos várias polícias. Eu acho que o importante é que elas estejam conectadas, isto é, que você tenha um sistema interdependente. O que não pode é você continuar tendo arquipélagos. Aí você vai multiplicar os arquipélagos e a situação vai ficar mais complicada ainda. A Polícia Militar tem que estar, de algum modo, conectada com o trabalho da Polícia Militar, que é um trabalho de policiamento ostensivo. Por outro lado, a Polícia Militar tem, de algum modo, de fornecer elementos para que a Polícia Civil, nesse novo modelo que nós estamos discutindo, possa avançar no trabalho de investigação de crime organizado e situações mais complexas.

E o Ministério Público tem que estar acompanhando, fiscalizando todo esse trabalho, e não apenas esperando que o inquérito chegue à sua mesa para, então, decidir se transforma, ou não, em ação penal. É preciso que o Ministério Público esteja presente, como em outros países, acompanhando o trabalho da polícia e até ajudando, muitas vezes indicando alternativas. Isso, efetivamente, não vem ocorrendo.

É preciso um juiz de garantias, é preciso que o acusado, desde o primeiro momento, tenha a proteção dos seus direitos claramente garantida, e isso também não ocorre, pois o trabalho inquisitorial é dominante no Brasil. A pessoa é acusada e não sabe de quê. Às vezes, até a imprensa já noticia tudo e o próprio acusado não sabe exatamente de que está sendo acusado.

Volto à questão do Nordeste, para encerrar.

Eu acho que existe um efeito de demonstração. E esse efeito de demonstração produz esses resultados.

Quer dizer, você tem mercados legais bem-sucedidos no Sudeste e, portanto, é uma área lucrativa e você vai ter uma reprodução desses mercados ilegais também no Nordeste.

O que esta CPI aqui poderia fazer?

Além de estar fazendo isso que está fazendo, que é um trabalho importante, e é bom lembrar que a primeira CPI sobre o nosso tema, um tema mais amplo, sobre a criminalidade, ocorreu em 1980. De lá para cá já ocorrerem várias CPIs.

Eu acho que a CPI atual poderia, com base no seu poder – a CPI tem o poder de investigação, de requerer dados, que os pesquisadores não têm conseguido obter – é colocar esses dados à disposição de todos os pesquisadores que queiram trabalhá-los.

Eu acho que esse é um ponto, a meu ver, que a CPI no seu prazo, um prazo curto – a CPI não tem um prazo tão longo assim – poderia requerer, exigir esses dados, e eu começaria pelos dados sobre desaparecimentos. Eu começaria por aí. E acho que outros dados, que são processuais, poderiam ser pedidos também tanto ao Ministério Público quanto à Justiça. Mas isso eu posso, depois, encaminhar, por escrito, em uma proposta.

Agradeço mais uma vez essa oportunidade e cumprimento todos os membros da CPI pelo trabalho que estão realizando.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós agradecemos a todos os presentes e aos que também estiveram nos acompanhando pela TV Senado e pelos demais meios de interação e interatividade do Senado Federal.

Agradeço aos convidados que iniciaram conosco esse trabalho. A fala de cada um servirá de base, de matéria-prima, durante a semana, na orientação das informações que precisamos construir.

A nossa ideia é que possamos ter outros convidados, pesquisadores, outros convidados de entidades, para cumprir uma função de levantamento de dados, de troca de informações e de opinião. Talvez tenhamos, ainda nesta semana, uma reunião administrativa para aprovação de requerimentos de viagens que realizaremos, buscando, também, colher dados, *in loco*, colher informações e depoimentos de familiares e de, eventualmente, vítimas também.

Na próxima semana, já na segunda-feira, também às 19h30, dia 25 de maio, ouviremos as entidades mencionadas no Requerimento nº 2, de 2015, que são o Fórum Brasileiro de Segurança Pública; a Anistia Internacional; Central Única das Favelas; o Observatório de Favelas e Justiça Global.

Também na próxima semana, ainda teremos um outro grupo de entidades.

Portanto, não havendo nada a tratar, agradeço novamente a presença de todos, inclusive dos nossos funcionários da Secretária.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente.

(Iniciada às 19 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2015, às 19 horas e 41 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Lindbergh Farias** e com a presença dos Senadores **Roberto Rocha, Telmário Mota, Humberto Costa e Fátima Bezerra**. Deixaram de comparecer os Senadores **Paulo Paim, Ângela Portela, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata e Magno Malta**. Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença de Natália Damazio Pinto Ferreira, advogada e representante da Justiça Global; Raquel Willadino Braga, Diretora do Observatório de Favelas; e Samira Bueno Nunes, Diretora-Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 115/2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública interativa com as entidades indicadas no Requerimento nº 2/2015, aprovado por essa Comissão.

Estão presentes as seguintes convidadas: Natália Damázio Pinto Ferreira – advogada e representante da Justiça Global; Raquel Willadino Braga – Diretora do Observatório de Favelas; Samira Bueno Nunes – Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Peço à Secretária que, imediatamente, conduza e acomode aqui à mesa as nossas convidadas; são três.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço, www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800612211. Eu pedia até ao pessoal da TV Senado, se pudesse, colocar esse endereço agora aí.

Para organizar nossos trabalhos, informo que, após a exposição dos convidados, a palavra será concedida aos Senadores na ordem de suas inscrições.

Terão preferência para o uso da palavra na seguinte ordem: o Relator e o autor do requerimento, o Presidente, os membros titulares, os suplentes e os não membros.

Nós vamos começar concedendo a palavra à Drª Natália Damázio Pinto Ferreira, pelo prazo de 15 minutos. Muito obrigado.

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Boa noite à Mesa. Boa noite aos Srs. Senadores, aos demais presentes.

Meu nome é Natália Damázio, eu sou advogada da organização não governamental Justiça Global, da área de Violência Institucional e Segurança Pública.

O trabalho da área de Violência Institucional e Segurança Pública é basicamente monitoramento e denúncia de graves violações de direitos humanos, dentre elas, violência policial, violação de direitos humanos dentro do sistema socioeducativo e do sistema penitenciário.

Inicialmente, parece-nos importante sedimentar a centralidade do racismo como um problema fundante do Sistema de Segurança Pública, que hoje tem responsabilidade por um número alto de mortes de jovens no Estado brasileiro.

Baseada na ideia de controle e belicismo, um dos órgãos principais desse sistema, hoje, é a Polícia Militar.

A Polícia Militar é fundada justamente com vinda da Família Real, com uma função muito específica de repressão aos negros no momento pós-escravidão, e negras, e ela sofre um período de endurecimento e de ampliação do seu militarismo durante a ditadura empresarial civil militar. Nesse sentido, a gente queria apontar o ano de 69 como um ano marcante no que se refere à violência policial, porque é nesse ano que, através de uma portaria, se cria o dispositivo hoje conhecido como auto de resistência. O que acontece no auto de resistência é basicamente a aplicação de uma excludente de licitude no momento processual inadequado, fazendo com que, antes de qualquer tipo de devido processo, seja aplicada a legítima defesa. Uma das características marcantes do auto de resistência é justamente que quem fica em julgamento é a vítima e não o fato, nem se tenta investigar a autoria do homicídio.

Um outro momento muito marcante dentro desse sistema de segurança pública é justamente a década de 90, quando se inicia a política de guerra às drogas. Há, nesse momento, um aumento do militarismo dentro da segurança pública, e ele passa a incidir diretamente nas favelas e periferias.

A guerra às drogas é advinda de uma criminalização de determinadas substâncias, e vem, junto com ela, uma demonização desse espaço de favela, que é feito normalmente por reportagens massivas, tentando colocar a favela como um lugar de perigo. E, então, há essas execuções dentro do espaço de favela sem que isso seja visto pela população como uma grave violação de direitos humanos, apesar de execuções sumárias serem graves violações de direitos humanos.

Uma pesquisa feita há dois anos ou três anos, do pesquisador Michel Misse, aponta justamente que, só no Estado do Rio de Janeiro, 10 mil pessoas foram executadas pelas polícias em favelas e periferias. Esse é um indicativo do porquê hoje a Polícia Militar e a Polícia ... Enfim, a polícia é tida como uma das polícias mais letais do mundo.

A manutenção desse dispositivo, auto de resistência, vem garantido uma violação complexa de direitos humanos, de princípios e normas do Direito Penal e Processual Penal, sem que isso seja visto como violação dessa normativa. Grande parte dos procedimentos investigativos são deixados de lado quando há homicídio por agente de Estado nessas áreas, comunidades e periferias. Ocorre a remoção de cadáveres sem perícia, através da prática do falso socorro, que é o que aconteceu com a Cláudia no Rio de Janeiro; impedimento e ausência de socorro das vítimas; ausência de qualquer diligência investigativa – a investigação muitas vezes é marcada por uma comunicação entre o Ministério Público e Polícia Civil, em que não se faz nenhuma diligência em si, mas fica-se pedindo mais tempo para investigação; ausência de uma perícia na cena do crime; e ausência de uma perícia autônoma independente.

Uma das outras marcas é justamente que o Ministério Público e o Judiciário também têm parcela de culpa dentro desse cenário, porque eles são responsáveis pelos arquivamentos da grande maioria dos casos num período de até dois anos. Do mesmo modo, não existe nenhuma forma de consequência administrativa para os policiais com alto índice de letalidade. A maioria deles, inclusive, recebe promoções dentro da corporação.

Organismos internacionais de direitos humanos reiteradamente condenaram o Estado brasileiro por permanecer utilizando-se do homicídio, e aí apenas de forma exemplificativa. O relator especial para execuções sumárias apontou a grave violação de direitos humanos que o auto de resistência representava em 2006, e novamente em 2009. Recentemente durante uma audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foi apontado pelos comissionados e relatores que tal representava não apenas o indicativo de uma transição para o período democrático falha, como também um sintoma de racismo estruturante da sociedade brasileira.

O Brasil já foi condenado uma vez na Comissão Interamericana de Direitos Humanos por um caso de auto de resistência, que foi o assassinato do jovem Wallace de Almeida, de 18 anos, no Morro da Babilônia, no ano de 1998. Ele foi executado durante uma operação do Bope, e a família foi impedida de fazer o socorro inclusive. E houve condenação pela Comissão Interamericana, por violação do direito à vida, à integridade pessoal e ao devido processo.

Um outro caso emblemático que, também, hoje, se encontra em trâmite na Comissão Interamericana de Direitos Humanos é o caso do jovem Maicon, que tinha três anos, na Favela de Acari, e que, também, foi enquadrado em resistência seguida de morte.

O que é...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Três anos.

É isso que é um sintoma de que o auto de resistência não está sendo usado, dentro dessa grande justificativa que o Poder Público passa, que seria um combate a uma guerra. Na verdade, o auto de resistência vem-se mostrando com o único e exclusivo intuito de legitimar a morte de jovens negros, sem que isso pareça grave ou bárbaro para a sociedade.

Se, em casos pontuais, alguma responsabilização é feita, ou outra versão é exposta a público, que não a dos agentes responsáveis pela execução, ou do Poder Público, é única e exclusivamente graças à luta dos familiares que se organizam e realizam todo o trabalho de investigação e denúncia que deveria estar sendo feito pelos órgãos estatais.

Se existem exemplos de alguma forma de justiça ou reparação garantida aos familiares das vítimas do Estado brasileiro, sem dúvida, isso se dá por resistência desses próprios familiares. E aí, nesse sentido, nós gostaríamos até de fazer uma recomendação para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, de que incluísse uma audiência com os movimentos, familiares e vítimas dessa violência institucional – Mães de Maio; Rede Movimentos contra a Violência; Movimento Moleque; Reaja, que nós sabemos que vem na próxima semana; Coletivo Papo Reto; Ocupa Alemão; e esses coletivos que fazem essa luta e que estão experienciando essa violência. Sem a presença dessa voz, é muito difícil que se consiga pensar ou propor políticas públicas adequadas.

A Justiça Global, igualmente, apontou diversas vezes, em seu relatório, a gravidade dessa violação no Estado: em 2008, no Relatório Segurança Tráfico e Milícia, no Rio de Janeiro; no Relatório São Paulo sob Achaque, em 2010, feito conjuntamente com as Mães de Maio; Criminalização da Pobreza no Brasil, de 2009; e Execuções Sumárias no Brasil, entre 1997 e 2003.

Por diversas vezes, nos últimos anos, nós também vimos denunciando para organismos internacionais o que o auto de resistência vem representando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Natália, só um segundo.

Desculpe. Estão aqui presentes o Senador Humberto Costa e a Senadora Fátima Bezerra. E eu queria dizer aos senhores que, se quiserem, em algum momento, interromper, fazer questionamentos, nós estamos fazendo o trabalho dessa forma aqui, conduzindo dessa forma.

Então, fiquem à vontade aqui.

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Em 2012, inclusive, fizemos nova denúncia, dessa vez especificamente sobre as UPPs, as Unidades de Polícia Pacificadora, do Rio. A primeira execução sumária marcada é de 2011, na Favela Pavão Pavãozinho, e, desde então, com o nosso monitoramento, temos em torno de 50 pessoas mortas, em situações em que há indícios de execuções sumárias em áreas de Unidades Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro.

Do mesmo modo, as megaoperações policiais se mantêm marcadas pelo alto grau de letalidade. Em 2014, Acari, que também fica no Rio de Janeiro, que é a mesma localidade em que o Maicon, a criança de dois anos foi enquadrada como auto de resistência, contabilizam-se, no período de duas semanas, oito mortes por execução por parte da polícia, a maioria de jovens.

Novamente, na penúltima semana, dois jovens foram mortos em megaoperações na mesma comunidade, inclusive havendo relatos de defensores locais de que teria sido feito pelos agentes de polícia, que os agentes policiais teriam apontado armas para crianças e mulheres que estavam apenas paradas.

No mesmo sentido, a morte de Patrick, de dez anos, no Complexo do Lins, também com indícios de participação de policiais de UPP; de Eduardo, 11 anos, do Complexo do Alemão, igualmente com indícios de participação da UPP. E, na última semana, a morte de Gilson, de 12 anos, durante uma operação no morro do Dendê. Tudo isso aponta que a escolha do modelo de segurança pública atual, ainda muito marcado pelo racismo institucional e por uma lógica bélica, é também responsável pelo assassinato massivo da juventude negra no País.

O Governo, ao traçar suas políticas públicas sobre a matéria, assim como a própria Comissão Parlamentar de Inquérito, deveria levar em conta a responsabilidade direta do Estado na morte de jovens na escala em que ela atualmente se encontra. Para além de uma leitura do alto índice de letalidade, uma crise de segurança difusa no País, é importante uma análise do papel objetivo do Estado como autor nesse aumento da letalidade.

A experiência referente à portaria do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), de 2012, que instituiu diversos procedimentos para tentar reduzir a escala dos autos de resistência e todas as violações implicadas nele, vem-se mostrando pouco eficaz, praticamente não eficaz: ela é aplicada em dois Estados e, mesmo assim, não é de fato aplicada. Ela vige em dois Estados hoje, mas não é aplicada na prática. Isso mostra que é necessário um pensamento muito mais profundo quanto às estruturas que compõem a segurança pública do País do que apenas a aprovação de projetos de lei.

Ressaltamos a importância, por exemplo, do PL 4471, que altera grande parte do procedimento hoje com auto de resistência. No entanto, a redução na morte de jovens negros não pode ser concretizada sem que se discuta a importância do fim do racismo estrutural no País, a desmilitarização da polícia, inclusive o fim da PM, que também foi um indicativo da ONU como uma das medidas importantes para transição democrática brasileira. O auto de resistência é justamente um marco que expõe a presença tanto do autoritarismo ainda quanto do racismo.

É somente na morte dos jovens negros das periferias e favelas que o Estado autoriza que a polícia mate e que não haja nenhuma investigação, que o Ministério Público e o Judiciário afastem completamente a análise dos fatos e foquem na culpabilização da vítima de homicídio e que tal nem ao menos seja tratado como grau e violação.

Basicamente, também achamos importante ressaltar que é importante repensar a política de guerra às drogas como ela está sendo levada agora e se pensar em um modelo que seja baseado em direitos humanos e não baseado na belicosidade e na guerra na hora de lidar com a população, que é um modelo...

(Soa a campanha.)

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pode ficar tranquila. Pode concluir com calma. Isso aqui é automático.

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Então, basicamente era isso. É importante tratar desses três temas: racismo estruturante; desmilitarização da polícia e o fim da Polícia Militar; e de um reforço dessas instituições de direitos humanos no País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado. Agradeço à Drª Natália Damazio Pinto, que falou aqui representando a Justiça Global.

Passo a palavra para Samira Buenos Nunes, que é Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bem rapidinho. Enfim, dar o nosso boa-noite e cumprimentar V. Exª e o Senador Humberto. Venho, enfim, saudar o trabalho da CPI pela realização de mais um debate importante, saudando nossas convidadas, Drª Natália, que acabou de falar; Drª Raquel; Drª Samira e o Dr. Francisco, que consta aqui, mas que não sei se irá participar.

Enfim, claro que o debate de hoje, a exemplo do debate de segunda-feira, é muito importante, exatamente para podermos aprofundar cada vez mais o diagnóstico que a CPI fará, de forma atualizada, sobre esse tema que tanto tem revoltado a sociedade brasileira, que é a questão do assassinato de jovens.

Eu queria só perguntar a V. Exª quando será realizada a nossa audiência para a apresentação dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A gente vai fazer uma reunião administrativa na quarta-feira, às 13h. Vamos votar todos os requerimentos. Inclusive, quero já falar para a Drª Natália que a ideia nossa é conversar com essas entidades, com os familiares envolvidos, aqui em Brasília e também nos Estados. Nós vamos viajar o País, vamos organizar audiências públicas. Já há alguns requerimentos para serem votados na próxima quarta-feira.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito. Inclusive, nós já formulamos o requerimento no que diz respeito a realizar uma audiência pública dessas lá em Natal, Rio Grande do Norte. E, infelizmente, nós vimos aqui na audiência passada, Senador Humberto, o quanto o Nordeste está-se inserindo fortemente nesse quadro, enfim, nessa realidade da questão do assassinato dos jovens; a explosão que está havendo lá no Nordeste. E, em nosso Estado, também não é diferente.

Então, é só isso, só para me organizar. Então, vai haver uma reunião administrativa, e, em seguida, nós teremos uma audiência exatamente para deliberar, porque nós vamos ter de pensar em calendário, etc.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Fátima, Senador Humberto, na segunda-feira passada, o Prof. Ignacio Cano, da UERJ, do Rio de Janeiro, trouxe aqui dados muito importantes para se entender o que está acontecendo no Brasil. De fato, os números explodiram no Nordeste quando a gente fala de assassinato de jovens, crianças e adolescentes. Os números apresentados aqui sobre assassinatos de crianças e adolescentes são números chocantes, impressionantes, Senador Humberto.

E, como falava o Prof. Ignacio Cano, dez anos atrás, essa era uma realidade que estava muito mais localizada nas periferias dos grandes centros urbanos – São Paulo, Rio de Janeiro. Mas o processo dos últimos anos levou muito esse debate para o Nordeste.

Já há requerimentos inclusive da Senadora Fátima Bezerra. Há propostas de audiências públicas em São Luís, Natal, Salvador, Rio de Janeiro e aqui, no Entorno do Distrito Federal, em Luziânia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Quero saudar inclusive a juventude aqui de Luziânia, que está sempre presente nessas audiências públicas.

Concedo a palavra à Drª Samira Bueno Nunes.

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – Obrigada, Senador Lindbergh, Senadores, a todas e todos, às colegas aqui.

Meu nome é Samira. Eu sou do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Eu só vou fazer uma breve apresentação da instituição, que eu acho que vale reforçar, porque é uma instituição singular.

O Fórum é uma instituição que foi fundada em 2006 e é formada por gestores públicos, pesquisadores e policiais. Ele é dedicado a produzir conhecimento qualificado na área de segurança pública e, mais do que isso, a constituir um canal de diálogo entre segmentos que tradicionalmente não dialogavam na área da segurança. Então, acreditamos que, para mudar essa realidade, para reformar as polícias, que eu acho que é o que todos queremos aqui, precisamos envolver esses atores que estão no dia a dia fazendo o policiamento no Brasil. Então, é uma instituição de fato singular. Não existe nada parecido na América Latina, e temos nos dedicado a produzir principalmente informações sobre segurança pública.

Eu trago aqui alguns dados para nos ajudarem a refletir sobre o assassinato de jovens no Brasil hoje.

Esse primeiro eslaide, na verdade, traz alguns dados do anuário estatístico, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que foi divulgado em novembro do ano passado. A triste conclusão é de que, a cada dez minutos, uma pessoa é assassinada no País; foi assassinada em 2013. Esses são dados da Segurança Pública, os dados produzidos pelas polícias. Foram 53.646 mortes violentas.

Infelizmente, como a gente já sabe, os negros, jovens e homens são, em sua maioria, as vítimas. Negros são 18% mais encarcerados no Brasil e 30% mais vítimas de homicídio.

Eu vou falar um pouco mais sobre esses dados da mortalidade de jovens no Brasil, mas esse primeiro eslaide é para reforçar uma mensagem que é muito importante seja transmitida aqui. Nosso modelo de segurança pública está falido. Ele é extremamente caro e ineficiente. O Brasil cresceu, reduziu desigualdades, distribuiu renda, acabou com a miséria, com o analfabetismo, mas, infelizmente, não somos capazes de garantir a vida para o jovem.

Nós gastamos, em 2013, R\$258 bilhões com segurança pública. Qual é o problema dessa conta?

Sabemos que R\$61 bilhões foram políticas de segurança e R\$4 bilhões com políticas para o sistema prisional. Os R\$192 milhões foram gastos com os efeitos perversos da violência. São os gastos que chamamos de custos sociais da violência: gastos com segurança privada, gastos com sistema de saúde, são as vidas perdidas, são os jovens que deixam de produzir por 30, 40, 60 anos. Então, gastamos três vezes mais com os efeitos perversos da violência do que, de fato, com políticas públicas de segurança, porque temos um sistema, um modelo que simplesmente não funciona.

Então, acho que, para avançarmos, de fato, numa discussão, a premissa é pensar que precisamos reformar essas instituições e precisamos repensar a arquitetura institucional do sistema de segurança pública. Não fizemos isso em 1988. Então, agora, precisamos ter coragem para avançar nessa pauta.

Pode passar.

Esse é o nosso último levantamento sobre vitimização e letalidade policial. Infelizmente, não temos informação do perfil da vítima, mas a conclusão é de que, em cinco anos, entre 2009 e 2013, as polícias brasileiras mataram 11.197 pessoas. Essas são as mortes decorrentes de intervenções policiais, os conhecidos autos de resistência. Isso significa que não se consideram os homicídios praticados por policiais fora de serviço. Isso é o mesmo que as polícias norte-americanas vitimaram em 30 anos, entre 1983 e 2012. Então, ao menos seis pessoas são mortas todos os dias pela ação das polícias no Brasil.

Sabemos que esse dado é subnotificado. Na prática, temos quatro ou cinco Estados que fazem o monitoramento de forma adequada, já há algum tempo, há mais de uma década. Há pressão social, pressão da mídia, e sabemos, de fato, o que acontece, mas, na maior parte dos Estados, isso ainda é muito recente, e o Fórum tem pressionado bastante no sentido de produzir informações mais fidedignas relacionadas à atividade policial.

Eu acho que é importante destacar também os policiais mortos. Entendemos que o padrão de uso da força tem de ser entendido olhando para as mortes decorrentes das intervenções policiais e as mortes de policiais. Foram 490 policiais assassinados só em 2013. Esse é um número absurdo, altíssimo. Acho que só o México é um país que daria para ser comparado se formos pensar também nas mortes de policiais. Na verdade, vivemos uma espiral de violência. Na prática, é isso que acontece. O policial vai à comunidade e mata alguém. Ele vai ser morto ou algum amigo dele vai voltar à comunidade e vai matar mais alguém. Então, é um ciclo de violência que não temos sido capazes de frear.

Pode passar.

Aqui, mais um dado de homicídio. Esse é de 2012. O Brasil concentra 11% dos homicídios do mundo e menos de 3% da população mundial. Então, somos um país extremamente violento.

Pode passar.

Agora, um pouco sobre os dados da vulnerabilidade dos jovens negros. Nós divulgamos, no início deste mês, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial. Na verdade, esse índice existe desde 2008. Era um indicador sintético para avaliar, a partir de cinco componentes, diversas variáveis, não só relacionadas ao crime violento, mas também à pobreza, ao acesso à escola, ao emprego, à renda.

Olhamos para a vulnerabilidade em determinados territórios e verificamos os fatores que mais impactavam na exposição daquele jovem à violência. Entendendo a violência como um fenômeno multicausal, temos de olhar para ele como um fenômeno mais complexo e que, necessariamente, exige ações não exclusivas de polícia, mas também políticas sociais que cheguem a esses territórios.

Num diálogo com a Secretaria de Juventude, no ano passado, surgiu a ideia de incluirmos o componente da desigualdade racial. Sabemos que os jovens negros são muito mais vitimados que os jovens brancos. Então, como estimamos isso a partir desse indicador?

Então, classificamos as 27 unidades da Federação. Não foi possível fazer o cálculo para os Municípios, porque, com os dados agregados por raça e cor, não era possível fazermos o cálculo, mas trazemos para as 27 unidades da Federação um indicador sintético, que vai olhar para a mortalidade por homicídios, por acidentes de trânsito, frequência à escola e situação de emprego, pobreza e desigualdade. Então, quanto mais próximo de um, no indicador, pior a situação, mais alta a vulnerabilidade do jovem, mais exposto ele está à violência.

Além disso, fizemos o cálculo do risco relativo. O que isso significa?

Quanto mais próximo de 1, melhor o cenário no sentido da desigualdade. Significa que as chances de um jovem negro ou um jovem branco serem vítimas de homicídio são idênticas. Quanto maior que 1, maior a probabilidade de um jovem negro ser vítima.

Pode passar.

O resultado está na última coluna. É o risco relativo.

Na Paraíba, por exemplo, que é o Estado com o segundo maior indicador de exposição para o jovem à violência, é o maior risco relativo do País. Esse 13,401 significa que o jovem negro lá morre 13 vezes mais que o jovem branco; Pernambuco, na sequência, 11 vezes mais; Alagoas, 8 vezes mais.

E chama a atenção aí também o caso do Distrito Federal, que está lá embaixo. O Distrito Federal, embora esteja classificado dentro de baixa vulnerabilidade – porque, se a gente for considerar a questão da renda, for olhar para os outros indicadores, estaria menos vulnerável para o jovem –, na prática, o jovem negro morre seis vezes mais do que o jovem branco. Então, é uma desigualdade imensa. Acho que isso reforça um quadro de que a violência tem uma vítima preferencial, e essa vítima tem cor e reside em determinados territórios.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Dr^a Samira, esses números – só volta naquele último ali – de Alagoas, Paraíba e Pernambuco são muito altos.

A SR^a SAMIRA BUENO NUNES – São.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agora, de que forma a gente pode entender isso?

A SR^a SAMIRA BUENO NUNES – Bom, acho que a primeira análise é de que as quatro piores situações de muito alta vulnerabilidade são Estados do Nordeste, que têm apresentado um crescimento expressivo dos indicadores de mortalidade por homicídio na última década, eu diria. Então, temos tido dificuldade em barrar esse processo. Mesmo Pernambuco, que teve êxito com o Pacto pela Vida – entre 2009 e 2013, reduziu homicídios –, na prática, ainda que tenha sido capaz de reduzir homicídios, os jovens negros morrem ainda muito mais.

Então, acho que a grande questão é: a gente não tem sido capaz de implementar políticas que associem as políticas de segurança, *stricto sensu*, pensando ações de polícia com as políticas sociais. As experiências que têm dado resultado no Brasil são justamente aquelas que têm sido capazes de aliar o trabalho da Polícia associado a políticas sociais, e de um olhar pouco mais amplo para o fenômeno.

Vou citar um exemplo. Eu participei, recentemente, de uma reunião do Estado Presente, que é um programa no Espírito Santo, que é isto: é um programa para que foi criada uma secretaria específica, e não era a Secretaria de Segurança Pública que liderava o programa, que tinha como foco redução de homicídios. E aí era uma reunião em que eles estavam pensando na construção de uma escola em determinado território, e a prefeitura já tinha negociado com a Secretaria de Educação. Então, a Secretaria Estadual ia construir uma escola ali, porque havia não sei quantos meninos em idade escolar que precisavam chegar à escola. A prefeitura tinha resolvido o problema do espaço e também tinha resolvido o problema do ônibus – a Secretaria de

Transportes tinha providenciado a linha de ônibus. Então, parecia que estava tudo certo, e ia ser resolvido o problema da escola.

Aí, chegaram para conversar com o pessoal da segurança. O pessoal da segurança simplesmente olhou e falou: “Olha, vocês não podem construir escola aqui, porque os alunos que estão aqui, que vocês querem que cheguem à escola, não podem chegar ali, porque há um problema com duas gangues rivais; se eles atravessarem eles morrem”.

Então, são questões muito simples que, quando você coloca os atores para, de fato, conversarem, você direciona e focaliza melhor a ação da política pública. É a grande questão no território.

Assim, crime é um fenômeno necessariamente territorial. Se a gente não olhar para o território e olhar para os atores que ali trabalham, a gente pode ter a melhor das intenções – construir uma escola é superlouvável, é uma ótima prática, é muito importante –, mas é preciso olhar para as especificidades locais. Eu acho que isso é o que ainda falta para a gente. Aí, a ideia da intersetorialidade da política pública. A gente não consegue fazer saúde, educação, assistência social e segurança pública, por exemplo, conversarem numa mesma mesa, na hora de direcionar uma ação, e acho que esse é um dos maiores desafios para o Nordeste hoje, que vive esse crescimento expressivo nos indicadores de criminalidade, principalmente nos homicídios.

Aqui a gente traz as taxas de homicídios de brancos e negros dentro da faixa etária de 12 e 29 anos. Deixei ali em cinza, não sei se vocês vão conseguir olhar, mas as diferenças na taxa... Então, na Paraíba, que eu falava que era o pior cenário, a taxa de mortalidade de jovens brancos é de 8,6, e de jovens negros, 115,4.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Isso por 100 mil habitantes?

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – Por 100 mil habitantes, dentro daquela faixa etária e daquela cor.

No Espírito Santo, de que eu citava um exemplo, que hoje tem toda uma ação direcionada para isso, porque é também um dos piores cenários, é 21 a taxa de mortalidade por homicídio de jovens brancos; 126, de jovens negros. Em Alagoas, 19 de jovens brancos; 166, para o grupo de 100 mil jovens negros.

E aí a gente tem o risco relativo e as taxas, também, pela região.

Então, no caso da Região Nordeste, a taxa de mortalidade de jovens brancos é de 17,4; a de jovens negros é 87. É 4,99 vezes superior.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Estado do Maranhão, do Senador Roberto Rocha.

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – No Estado do Maranhão, 17,9 de brancos, e 50,2 de jovens negros.

O único Estado em que a gente não verifica essa tendência é o Paraná. De resto, nas outras 26 unidades da Federação...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – Mas a gente já pondera pela população. Então, essa não é a explicação. Na verdade, a gente ainda está em busca da explicação para entender o que acontece no Paraná. O Paraná, há alguns anos, apresenta essa tendência. Mas, na prática, a gente pode dizer que é um fenômeno do Brasil. Então, um jovem negro no Brasil é duas vezes e meia mais vitimado do que um jovem branco por homicídio; ou 145 vezes superior à taxa de homicídio do jovem branco.

Então, são dados alarmantes que nos mobilizam para pensar ações que de fato sejam eficazes. Acho que o que vivemos hoje...

Está acabando o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Fique tranquila. Pode passar.

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – Pode passar.

Aqui, é a taxa de homicídios por raça e cor, por região. Dá pra visualizar melhor as diferenças. São sempre expressivamente maiores entre jovens negros do que entre jovens brancos.

Mas acho que o nosso desafio primordial, pensando em política de segurança, é garantir uma política que deixe de olhar para o combate à violência do ponto de vista do combate ao criminoso. Temos que pensar em garantir cidadania, em garantir a vida para a população, e não em combater o criminoso. É um pouco o que a Natália falava, que essa lógica bélica de enfrentamento ao crime é muito derivada disso. A grande questão é que eu acho difícil conseguirmos avançar em mudanças se não mexermos na estrutura desse sistema. Então, de fato, precisamos começar a rediscutir a arquitetura institucional que organiza o modelo de segurança pública brasileiro, o modelo de justiça criminal.

Na prática, temos polícias mal pagas na maior parte das vezes. Há pouquíssimos Estados, com algumas exceções, para alguns cargos. Então, são policiais mal treinados, mal pagos, que vitimam muitas pessoas todos os anos, que são mortos aos montes, como não se vê em nenhum outro país, e sem apresentar nenhum tipo de melhora nesse sistema. É algo que não está funcionando.

Temos uma média de 50 mil homicídios por ano há mais de uma década. São estatísticas de guerra. Se não pensarmos em como reestruturar esse modelo e garantir mais eficiência...

As polícias brasileiras resolvem – para usar o jargão comum –, solucionam 8% dos homicídios no Brasil, por ano. Se vocês forem fazer uma conta simples, há uma média de 50 mil a 55 mil homicídios por ano, dos quais 8% são de fato solucionados – e “solucionados” não significa que essa pessoa vai ser presa.

E aí a gente está discutindo encarceramento em massa. Quem está preso? Homicida a gente não está prendendo. Traficante também não. A gente está prendendo, muitas vezes, o usuário. Então, se a gente aumentar a eficiência das nossas polícias, o que a gente faz com o sistema prisional, que já tem um déficit de mais de 200 mil vagas? Na prática, se a gente não repensar a estrutura do modelo, dificilmente a gente vai conseguir, de fato, ações concretas capazes de garantir a vida do jovem brasileiro.

Eu acho que eu encerrei. Você pode passar?

Só mais um eslaide. Esse é interessante. A gente fez uma simulação, imaginando qual seria o cenário da exposição à violência se a gente fosse acabar com a desigualdade racial. Supondo que não exista racismo, que não exista desigualdade racial no componente homicídio, qual seria o cenário? Como ficaria esse indicador?

Pode passar. É difícil de fazer a sua leitura. A diminuição na vulnerabilidade é a última coluna. O caso que mais chama a atenção é o do Distrito Federal, que é de 9,8%. A gente reduziria em quase 10% a exposição do jovem que reside no Distrito Federal à violência se a gente fosse capaz de acabar com a desigualdade racial. Vocês vão ver que em todos os casos a gente diminui a vulnerabilidade. Então, se a gente acabasse com o racismo, em todas as unidades da Federação a gente teria uma redução da exposição à violência, não apenas dos homicídios, porque a gente está considerando várias outras variáveis na exposição à violência, que não apenas o indicador de violência letal.

Então, acho que é mais do que urgente a gente pensar em ações focadas para esse público, para garantir um futuro, de fato, e vida para o jovem brasileiro.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Dr^a Samira.

Quero citar aqui a presença, também, do Senador Roberto Rocha. Eu já tinha falado antes, Senador: se quiser falar em qualquer momento, fazer algum questionamento, está aberto.

Ouçó o Senador Humberto Costa, com prazer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Só para dizer que, tendo em vista o que a gente viu aqui, eu pedi uma audiência, também, lá, em Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não sabia que era nessa proporção não.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em Pernambuco, morrem onze vezes mais jovens negros do que jovens brancos.

Eu chamo, agora, Raquel Willadino Braga, Diretora do Observatório das Favelas.

A SR^a RAQUEL WILLADINO BRAGA – Boa noite a todas e todos.

É um imenso prazer poder estar aqui hoje. Agradeço muito pelo convite.

Queria dizer que o tema desta CPI é uma das questões centrais para o Observatório de Favelas desde a nossa origem.

Então, é uma oportunidade muito significativa poder estar nesta interlocução.

Eu vou apresentar para vocês algumas informações produzidas na experiência do Programa de Redução da Violência Letal – pode passar –, que é uma iniciativa coordenada pelo Observatório de Favelas e desenvolvida em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, Unicef e o Laboratório de Análise da Violência da UERJ.

O programa foi estruturado no ano de 2007 com três objetivos centrais: contribuir para sensibilização e mobilização social em torno do tema dos homicídios de adolescentes e jovens; produzir mecanismos de monitoramento dos homicídios que pudessem subsidiar políticas de prevenção à violência; e levantar e difundir metodologias de intervenção com potencial forte para a redução da letalidade.

No campo da articulação política, o nosso principal objetivo era pautar o tema como uma prioridade na Agenda Pública, e, aí, para isso, foi desenvolvida uma série de ações com organizações da sociedade civil, coletivas de jovens e gestores locais das regiões metropolitanas com os mais altos índices de homicídio da juventude negra.

O programa teve uma abrangência de 16 regiões metropolitanas, e atuamos de 2007 até o ano passado em torno dessa pauta. E, também, investimos no desenvolvimento de estratégias de comunicação que pudessem contribuir para a sensibilização e mobilização social em torno do tema.

No campo da produção de indicadores, nós construímos um índice de homicídios na adolescência, que é calculado para todos os Municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes.

O que esse índice expressa? Ele mostra, para cada grupo de mil adolescentes de 12 anos, quantos não vão chegar aos 19, porque vão ser vítimas de um homicídio no decorrer de sua adolescência.

O índice é aplicado para 288 Municípios brasileiros, e a gente agrega uma análise de risco relativo, como essa que a Samira mostrou agora no IVJ, considerando as variáveis de idade, gênero, raça e presença de arma de fogo.

Pode passar.

E, aí, eu trouxe para vocês só algumas informações em termos nacionais que a gente identificou no último estudo que foi realizado, que está articulada à base de dados de 2012 do Datasus. Naquele ano, os homicídios representavam 36% das causas de morte de adolescentes no País, isso considerando só Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Se essas condições não forem alteradas, nós podemos estimar que mais de 42 mil adolescentes serão assassinados no Brasil entre 2013 e 2019, e, de novo, essa projeção só se refere a Municípios com mais de 100 mil habitantes. Se a gente ampliasse a população, a estimativa seria ainda maior.

Quanto aos riscos relativos, a gente vê o peso das dimensões de gênero e da questão racial. O risco de um adolescente ser vítima de um homicídio é doze vezes superior para um menino em relação às meninas e quase três vezes mais alto para os negros em relação aos brancos.

E aqui estamos trabalhando com uma média nacional. Se olharmos as unidades da Federação, chegaremos ao quadro que a Samira acabou de apresentar em alguns Estados. Temos este recorte de três vezes para a adolescência e o temos de uma forma que se vai acirrando na faixa da juventude. E o peso das armas de fogo. O risco de um adolescente ser vítima de um homicídio por arma de fogo é quase cinco vezes superior ao risco de ele ser vítima por outros meios.

Vou mostrar muito rapidamente alguns dados de evolução, porque, na semana passada, o Ignacio, que é nosso parceiro no projeto, esteve aqui fazendo um detalhamento desses dados. O que eu queria destacar é só como não estamos avançando no enfrentamento da letalidade na adolescência. Aqui, apresentamos a evolução de 2005 a 2012, e o que merece mais atenção é que o dado mais recente é o pior dado: de 2011 para 2012, tivemos um aumento de 17%.

Quando olhamos em termos regionais, acabamos de ver o recorte juventude/juventude negra e vemos de novo o acirramento na Região Nordeste, quando estamos olhando especificamente a adolescência. Então, é muito preocupante a evolução no Nordeste.

No último estudo, também identificamos uma piora significativa na Região Centro-Oeste. E o Sudeste apresenta o menor índice. Mesmo assim, as estimativas também são muito altas quando olhamos para o número de mortes esperadas, se as condições não se alterarem.

E aqui temos um panorama por unidades da Federação, dos Estados onde a situação da letalidade na adolescência é mais grave. E se aproxima muito também do que acabamos de ver para a juventude. Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo e Paraíba são Estados onde a situação de vulnerabilidade dos adolescentes é muito preocupante, em especial quando pensamos nos adolescentes negros.

Agora, trago para vocês o que encontramos em termos de políticas de prevenção à violência. Realizamos, paralelamente à atualização do índice de homicídios, um levantamento de políticas públicas, programas e projetos de prevenção à violência, desenvolvidos em 11 regiões metropolitanas por secretarias estaduais ou municipais. O objetivo era identificar programas que tivessem potencial para enfrentamento da questão dos homicídios na adolescência e na juventude. Nesse percurso, mapeamos 160 programas de prevenção à violência.

Pincei alguns resultados que acho especialmente significativos. O primeiro é a escassez de políticas e programas com foco específico na redução da letalidade. Apesar de termos mais de 56 mil homicídios em 2012 há mais de dez anos – e estamos reproduzindo esse quadro de mais de 50 mil mortos –, ainda não conseguimos ter uma resposta consistente em termos de política preventiva. Percebemos uma sensibilidade forte nas políticas de prevenção tanto para questão etária como para questão territorial. Os programas já estão chegando nos espaços populares e já estão olhando mais diretamente para adolescentes e jovens, mas não estão pensando especificamente em homicídios. Para vocês terem uma ideia do que estou falando, dos 160 programas, só 19 iniciativas tinham redução dos homicídios como objetivo específico.

E isso se agrega à ausência do recorte racial e de gênero nas políticas. E, de novo, encontramos uma contradição entre o perfil das principais vítimas de homicídios no País e a prioridade das políticas públicas. Sabemos há muito tempo – e, por diversos grupos de estudo e de pesquisadores, organizações da sociedade civil, temos reiterado esse diagnóstico – e muito claramente que quem morre no nosso País vítima de homicídio são adolescentes e jovens negros, moradores de favelas e periferias.

E aí vamos olhar para o foco dos programas de prevenção.

Identifica que, apesar do peso da dimensão de gênero, somente 16% tinham algum critério relacionado a gênero, e somente 8% dos programas tinham algum critério relacionado à questão racial para definição do seu público-alvo.

Então, enquanto a gente tem um quadro de verdadeiro extermínio da juventude negra, que se aprofunda, porque, de 2002 para cá, a gente tem uma situação muito perversa de redução dos homicídios da população branca associada a um aumento contundente dos homicídios da população negra, a gente não consegue enfrentar isso seriamente no campo da política preventiva.

Foi um longo percurso de pesquisa. Como eu disse para vocês, a gente começou a pensar nesse tema em 2007, esse trabalho de levantamento das políticas vai de 2009 a 2012, e a gente encontra uma articulação muito forte das dimensões de gênero, de raça, da questão etária, da dimensão territorial como elementos estruturantes da produção da violência letal no País. E aí cabe destacar o peso do racismo na criminalização da juventude moradora de espaços populares. Em nosso ponto de vista, isso tem impulsionado dinâmicas de hierarquização não só da cidadania, como do próprio valor da vida, que contribui para a naturalização e, em muitos casos, para a legitimação das mortes da juventude negra.

Quero concluir apresentando um conjunto de proposições que consideramos importantes para enfrentar esse quadro. A primeira é a necessidade de ruptura com as representações que têm impulsionado esses processos de fragmentação da cidade, criminalização da juventude e hierarquização do valor da vida.

O segundo ponto central é a ruptura com a lógica da guerra, muito especialmente com essa perspectiva de guerra às drogas. É imprescindível que a gente substitua esse modelo por uma política de segurança pública que tenha a valorização da vida como um princípio fundamental. Para isso, o debate sobre drogas não tem de estar colocado como um debate no campo da segurança pública. A gente precisa olhar a partir da saúde pública e pensar no enfrentamento das drogas a partir da prevenção e de uma perspectiva de redução de danos. Ao mesmo tempo, investir em políticas públicas que deem sustentabilidade para aqueles jovens que estão na rede ilícita, mas desejam construir alguma outra trajetória, porque muitas vezes é colocada a crítica ao adolescente, ao jovem que faz a opção de estar na rede do tráfico, mas, quando ele decide sair, ele não encontra políticas que deem sustentabilidade a esse movimento de saída. E, quando a gente fala do egresso do sistema prisional adulto, a situação é ainda mais grave.

A outra questão é a necessidade de aprofundar estratégias de enfrentamento do controle de armas e munições. A gente vê a radicalidade do peso das armas de fogo na produção de homicídios no País. A gente avançou muito pouco nesse tema. É fundamental que esta Casa contribua para que a gente não tenha retrocesso no que a gente já avançou com o Estatuto do Desarmamento. Há a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de controle externo e interno das polícias. Há a imperiosa necessidade do fim dos autos de resistência. Acho que já foi destacado nas duas falas anteriores, e manifestamos aqui também o nosso apoio, reforçando a necessidade da aprovação do PL 4.471, porque o aperfeiçoamento das perícias dos processos de investigação é fundamental para que tenhamos uma melhoria nas taxas de esclarecimento dos homicídios. Há um nível altíssimo de mortes violentas e um índice muito baixo de esclarecimento desses casos.

Aqui, para mim, está uma das questões mais centrais, como proposição. É fundamental que a gente invista num plano nacional e em planos estaduais e municipais que assumam compromissos com metas concretas e específicas de redução de homicídios, com definição de prazos responsáveis pelas ações, metas relacionadas à redução dos homicídios decorrentes de intervenção policial, homicídios com foco na questão da juventude negra e com indicadores que permitam monitoramento e avaliação.

E, para concluir, falar da importância da participação dos jovens, da participação direta da juventude na formulação de novas estratégias de enfrentamento da violência urbana.

E aí, nesse sentido, a gente reivindica o reconhecimento dos moradores de favelas e periferias, não só como sujeitos de direitos, mas, sobretudo, como atores políticos fundamentais nessa construção. E, aí, em tempos que está colocada aí, a disputa, por exemplo, no debate relacionado à redução da maioridade penal, o Observatório de Favelas afirma a necessidade de a gente romper com qualquer iniciativa que esteja orientada pela lógica repressora e punitiva e deslocar os investimentos para as potencialidades da juventude negra moradora de favela.

E, nesse sentido, a gente está falando também de uma mudança que está no campo cultural. A gente precisa disputar as representações e as práticas que estão produzindo as manifestações de intolerância, de preconceito e avançar na construção de novas formas de convivência na cidade que fortaleçam uma cidade de direitos.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Raquel, pela contribuição.

Eu abro aqui para os Senadores. Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Lindbergh, Senador Humberto, Sr^{as} Raquel, Natália e Samira, eu quero dar meu boa-noite a todos. E, como disse o Senador Humberto, são realmente dados alarmantes. Por mais que a gente ache que conheça o problema, a gente conhece muito pouco.

Vocês, que são estudiosas no assunto, trazem para nós números que nos motivam a mergulhar muito mais no assunto, no tema. Eu confesso que o tema geral, segurança pública, está na ordem do dia, na cabeça das pessoas do Brasil inteiro, porque, efetivamente, vivemos como se estivéssemos em uma guerra.

E eu trago até aqui, neste momento, uma frustração, Senador Humberto. Quando cheguei aqui no Senado, neste ano, eu verifiquei que nós temos aqui comissões permanentes de todo tipo. Trata de educação, trata de saúde, relações exteriores, etc., etc., etc. Mas não há uma comissão permanente que trate deste tema, segurança pública.

Isso me trouxe, assim, uma perplexidade. Se fosse na Câmara dos Deputados, eu já acharia um erro, mas eu poderia até admitir. Mas, no Senado, que representa os Estados, e, sendo segurança pública de responsabilidade dos Estados, eu acho verdadeiramente um vazio muito grande, inaceitável aqui, no Senado Federal.

Uma autocrítica que nós fazemos, por parte do Senado. Já disse isso ao Presidente Renan, apresentei uma proposta para se criar uma comissão permanente de segurança pública e combate às drogas, porque sabemos que essa epidemia, essa chaga assola o Brasil inteiro e está entrando com muita força nos pequenos Municípios, estes, sim, muito mais desaparelhados ainda para o enfrentamento dessa guerra.

Nós temos aqui a comissão que discute a questão das drogas no que diz respeito ao usuário. Este, sim, é um problema de saúde, mas o problema do traficante é um problema de segurança pública.

Muito bem. A segurança pública efetivamente é, sem dúvida alguma, o problema que temos no Brasil com o maior grau de descumprimento. É forçoso reconhecer que, nas últimas décadas, a educação e a saúde evoluíram bastante, apesar do muito que precisa ser feito. E evoluíram por uma razão simples, no nosso olhar. É porque o Brasil chamou os Municípios para participar da execução das políticas públicas de saúde e de educação, municipalizando muitas ações.

E, claro, quando você fala em uma ação, você tem que falar na dotação. E foram criados os fundos de saúde e educação em todos os Municípios do Brasil. Muito precisa ser feito, claro, mas avançou, avançou. E a segurança pública? O que foi feito nas últimas décadas? Nós estamos assistindo aí a essa guerra, nós estamos assistindo aí ao nosso futuro quase que ser, digamos assim, ameaçado, hipotecado com o assassinato de tantos jovens, porque eles, sim, são o futuro deste País.

E, aí, a gente procura examinar que, na segurança pública, como foi dito aqui pela Dr^a Samira – eu observei bem – que, quanto mais se aumenta o cerco policial, mais se pressiona o sistema prisional. Isso aconteceu em Recife, Pernambuco, com o Governador Eduardo Campos. Ele fez o Pacto pela Vida, melhorou muito o sistema policial, mas, em Recife – dá testemunho o Senador Humberto, que é pernambucano –, o sistema prisional de Pernambuco, hoje, é um colapso; colapsou, porque não houve uma...

Eu vou dar um número básico para vocês. O Brasil tem uma população carcerária de pouco mais de meio milhão de detentos. Desses, o Maranhão tem 6.200; é quase nada, é a menor taxa de encarceramento do Brasil; São Paulo tem 220 mil; Minas, pouco mais de 60 mil; o Maranhão, 6.200.

Ao mesmo tempo, o Maranhão tem a menor relação polícia/cidadão do Brasil: somos 7 milhões, temos em torno de 7 mil policiais – quase 1 para mil; Brasília tem 1 para 250 aproximadamente – é a melhor relação. No Maranhão, é a pior. Observe bem que o Maranhão tem a pior relação polícia/cidadão do Brasil, com 217 Municípios, e tem 6.200 presos.

Se o Maranhão tivesse um sistema policial muito melhor... Imaginem só a cidade do Rio, capital do Estado do Senador Lindbergh, que tem uma guarda municipal com quase o dobro do efetivo policial militar do Maranhão. Então, se o Maranhão tivesse uma força policial razoável, quantos presos nós não teríamos, se, com 6.200 presos, nós temos hoje a maior sensação de insegurança de todos os tempos? Por quê? Por causa do sistema policial? Não, este sempre foi muito ruim. Por causa do sistema prisional.

Então, não existe segurança sem o adequado sistema prisional. Essa é a nossa compreensão. E pior de tudo – sabe? – e a gente precisa discutir muito, Senador Lindbergh, é que o problema muito ruim tem uma tendência a tornar-se pior. Disse aqui a Raquel que o dado mais alarmante é o mais recente, porque, se o problema é o sistema prisional, problema sério no sistema de segurança, quando você vai fazer um presídio numa cidade, a população se reúne em protesto contra o governo. O povo não quer que se construa penitenciária nos Municípios porque tem a sensação de que vai ser vizinho do bandido.

Ora, alguém já viu um Deputado ou Senador fazer uma emenda para construir um presídio? Entende? O problema é que não está nem na agenda política. Esse é o maior de todos os problemas. E, aí, nós compreendemos que só podemos falar de redução da maioria penal quando tivermos um local adequado para colocar esse menores, porque só vamos agravar ainda mais o problema. O Brasil nunca enfrentou isso como deve ser enfrentado.

E aqui, nesta CPI, discutimos a questão do assassinato de jovens. Vejam bem: o Brasil não tem que prender mais; o Brasil tem que prender melhor. O Brasil por exemplo, não prende os homicidas – menos de 10%, 6% dos crimes são elucidados. E, aí, quem está preso aí pelo Brasil afora? Então, tem que prender melhor; não é prender mais.

Aí, nós enfrentamos, Senador Lindbergh, um problema bem objetivo naquilo que diz respeito à municipalização do sistema de segurança. É que a segurança, diferente da educação e da saúde, é executada tanto pelo Executivo quanto pelo Judiciário. A educação e a saúde, só pelo Executivo, e não existe juiz municipal; não existe juiz municipal. Então, temos que, de cara, separar o tamanho dos Municípios. A Constituição atual não faz isso – todos são iguais. Os Municípios só podem fazer guarda municipal e cuidar do patrimônio público; não da integridade física das pessoas.

Então, está aí um problema: as cidades não podem fazer quase nada, quase todos os Estados brasileiros só podem fazer investimento se for com dinheiro de empréstimo, e o dinheiro está concentrado na mão da União, que também, hoje, enfrenta muitas dificuldades.

Creio que temos muito trabalho pela frente nesta Comissão. Cheguei um pouco atrasado porque vim do Maranhão – é muito longe. Vim direto do aeroporto para cá. Mas, em boa hora, o Senado resolveu trazer este debate. Acho que será também interessante, na medida em que a Comissão for aos Estados: vai a Pernambuco, vai ao Rio, vai, naturalmente, à Bahia e vai também a São Luís do Maranhão.

Sr. Presidente, quero dar entrada em um requerimento, exatamente solicitando a presença desta Comissão, em data a ser agendada, numa audiência em São Luís. São Luís era uma cidade muito pacata, mas, nos últimos dez anos, foi, no Brasil, infelizmente, a que mais cresceu no assassinato de jovens, porque era pouquinho – pelo tanto que tem e que cresceu, apareceu maior.

Agora, é óbvio que quanto mais os centros maiores e desenvolvidos – São Paulo, Rio e Minas – aumentam o cerco policial com tecnologia de comunicação, inclusive, aumentando seu efetivo etc., mais essa bandagem tende a correr para as cidades médias do Nordeste e do Norte, como Recife e São Luís. Entende? E de nada adianta, ou pouco adianta, resolver a questão policial, se a gente não tiver olhos para a questão prisional. E é preciso o Brasil pensar urgentemente no fundo a fundo, para os Estados, na transferência de recursos do sistema prisional. Do contrário, não adianta: a gente vai chover no molhado, enxugar gelo.

Trago, aqui, apenas essa reflexão, nesta minha primeira participação nesta Comissão, cumprimentando vocês três pela bela apresentação. E quero propor, Presidente, que a gente encontre uma forma no Prodasen, aqui, nos meios de comunicação do Senado, para levar este debate para mais adiante. Isso não pode ficar preso apenas entre quatro paredes, apesar de saber que estamos aqui ao vivo na TV Senado. Temos a internet, além da TV, em que a gente pode fazer a nossa espécie de agora grega, nossa praça virtual, para que as pessoas possam ser instadas a participar a distância deste debate, desta discussão que estamos tendo aqui, agora, porque isso interessa muito às pessoas; interessa muito às pessoas que estão lá fora. Em muito do que se discute aqui, a gente está falando uma língua, e eles estão entendendo outra, dada a complexidade do tema. No entanto, este tema está no dia a dia das pessoas.

Então, deixo aqui esta sugestão, para que a CPI possa, de alguma forma, trazer algum recurso para ampliar, dar mais eco a essas discussões.

Era essa, inicialmente, a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

E passo, agora, para o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Vou tentar ser breve.

Primeiro, eu queria pedir, se fosse possível, que tivéssemos acesso a essas informações e apresentações que vocês fizeram aqui.

Em segundo lugar – e, aí, dirijo-me mais ao Presidente –, na verdade, faço parte da Comissão como suplente e tenho uma dificuldade, porque a Comissão se reúne às segundas-feiras e, geralmente, é um dia em que, na condição de Líder, tenho de participar de várias reuniões de preparação. Por isso, é a primeira vez que venho.

Essa é a terceira reunião?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É a quarta, mas, na verdade, é a segunda audiência pública.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Vou tentar vir mais vezes.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – A gente achou, Senador Humberto, que os horários de terça-feira e quarta-feira impressionavam... Esse horário acaba sendo o melhor. Combinamos com o Presidente do Senado, Renan Calheiros, a transmissão sempre pela TV Senado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Concordo plenamente.

Vou fazer um esforço, porque vejo, acima de tudo, a oportunidade do debate. O que estamos vendo hoje, no Brasil, é uma verdadeira onda conservadora, que constrói certo senso comum, em que se ignoram coisas como essas que estão colocadas. O debate, por exemplo, sobre a maioria penal, redução ou não da maioria penal, tinha que estar diretamente articulado com essa discussão. Por aqui, a gente vê que o jovem é absolutamente mais vítima do que, de fato, autor de atos de violência. Talvez 1%, 2% dos crimes sejam relacionados a jovens menores de 18 anos. Agora, a quantidade de vítimas dessa violência é muito grande.

Não sei se vocês se aprofundaram na temática, na justificativa do porquê disso, mas deve haver uma relação muito próxima com a questão da droga, do tráfico de drogas – o que consome, não paga e passa a ser vítima do traficante, guerra de gangues, essa coisa toda. Nós, no Brasil, não conseguimos discutir de maneira séria se o problema da descriminalização, efetivamente, poderia ser uma alternativa para enfrentar essa questão da violência.

Acho muito oportuno, porque creio que este tema, por exemplo, da maioria penal virá, fatalmente. O Presidente da Câmara, que se tem notabilizado pela agenda obscurantista, certamente, vai tentar aprovar lá. Depois, virá para o Senado. É importante, quando tivermos os debates, fazer esse contraponto, mostrar se a gente está precisando dar cadeia para pessoas jovens ou se a gente, efetivamente, está deixando de dar perspectivas de futuro, esperança, escola, cultura, saúde.

Enfim, era isso o que eu queria colocar.

Fiquei muito impressionado com essa questão do Estado, até por essa razão de que, em Pernambuco, de fato, tivemos uma redução de homicídios. Agora, no ano passado, já houve um recrudescimento. Essa questão da morte de jovens é uma coisa até meio contraditória. Vale a pena conversar um pouco sobre isso lá com o pessoal da área de segurança pública, direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Humberto. Pela internet, chegaram alguns comentários, algumas perguntas também.

Ismael Bernardo da Silva, de Alagoas, diz: "Acredito que a criminalidade pode ser reduzida por meio de investimentos na educação. As mídias populares também podem ser usadas como ferramentas de mudança".

Edemar Soares Antunes, do Rio Grande do Sul, fala: "A justiça e o Governo brasileiro contribuem para a distinção e a criminalização das pessoas de cor negra no País. O problema é cultural".

Maria Camargo pergunta:

Por que o Brasil não tem um programa de tolerância zero contra crimes contra a pessoa? A sociedade está clamando por punição, e os governantes estão beneficiando assassinos e criminosos. Quando pessoas honestas neste País vão ter mais direitos que bandidos e criminosos?

Eu queria passar primeiro para a Dr^a Natália Damazio Pinto e queria fazer algumas perguntas também sobre os autos de resistência. Em sua apresentação, os autos de resistência foram abordados. A gente sabe que existe um projeto de lei, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, na Câmara dos Deputados, que está enfrentando uma grande resistência para ser votado no plenário, por setores que não querem a votação desses projetos sobre autos de resistência.

Eu queria saber como está de Estado para Estado, se tem avançado, em alguns Estados, essa discussão.

E eu queria você explorasse muito o tema da guerra às drogas. Eu, cada vez mais, estou convencido de que não dá para discutir a fundo a questão da segurança pública sem entrar nesse debate de guerra às drogas. Acho que essa política tem fracassado no mundo inteiro.

Eu queria que analisasse à luz do território, porque eu dou um exemplo concreto, Senador Roberto Rocha, do meu Estado, o Rio de Janeiro. Essa política de guerra às drogas atinge os mais pobres, os moradores de favela, os moradores das comunidades. E não vejo essa política executada da mesma forma em outras áreas do Rio de Janeiro. Eu não vejo em Copacabana, eu não vejo em Ipanema, eu não vejo no Leblon. Há vendas de drogas em Ipanema? Tem, sim, só que a abordagem policial é completamente diferente. Eu não vejo, em Ipanema, a polícia chegando com tropas atirando para tudo que é lado, matando inocentes.

E essa política de guerras... Hoje, sinceramente, quando se fala em extermínio da juventude negra, o que tenho visto é o seguinte: a juventude está morrendo vítima de traficantes, vítima da milícia, vítima da polícia. E é uma contradição. É um sistema em que você coloca como centro da política de segurança a política de guerra às drogas, quando, na minha avaliação, deveria ser a proteção à vida, o controle de armas... Você coloca como centro... Você estrutura todo um sistema em que você gasta bilhões e bilhões, e o resultado disso é que

nós temos a polícia que mais mata, mas também a que mais morre, porque os policiais são vitimados também por esse sistema. Nessas incursões, no caso das favelas, morrem traficantes, que são substituídos no outro dia, morrem inocentes e morrem policiais.

Então, aqui é um debate difícil de ser feito, mas que acho que tem que ser feito. E acho que há essa distinção no território. A política de guerras às drogas não é implementada da mesma forma em todos os lugares. Há uma distinção aqui das regiões mais pobres, dos setores mais vulneráveis.

E eu falo, no caso do Rio de Janeiro também, e queria fazer essa pergunta à Drª Natália... Nós temos um instrumento lá, que está funcionando nas áreas das UPPs e em outras áreas, que é o mandado de busca e apreensão coletivo. Isso também, Senador Roberto Rocha, eu não consigo ver... Se fizessem isso para algumas áreas da cidade nesses bairros de que falei... Imagina um mandado de busca e apreensão coletivo em Ipanema ou Copacabana! É algo inconcebível, de retirada de direitos, mas uma parte da sociedade faz como se fosse normal. Então, você vai lá – o Observatório das Favelas tem um trabalho lá na Favela da Maré – com mandado de busca e apreensão coletivo. Esse é o famoso, como tratam as pessoas, pé na porta, com a polícia entrando na casa de todo mundo.

Então, eu queria a avaliação também sobre esse instrumento de mandado de busca e apreensão coletivo. Como está isso? Não há contestação na Justiça?

Eu queria também uma avaliação sobre...

Eu sou autor da PEC 51, para a qual se fez um debate com a sociedade. Foi um muito amigo meu, o Prof. Luiz Eduardo Soares, que concebeu essa PEC 51, que fala na desmilitarização da polícia. Há uma incompreensão sobre o tema. Há gente que acha que desmilitarização é polícia fraca, como se não pudesse usar arma. Não é nada disso. A Swat norte-americana é uma polícia civil. É um outro debate sobre o tipo de polícia de que nós precisamos. Um policiamento mais de proximidade, um policiamento mais comunitário. Ao meu ver – eu também queria uma avaliação sobre a questão das UPPs –, aquilo começou de uma forma... A lógica inicial era de outro tipo de policiamento, e houve um processo, a meu ver, de degeneração e degradação. E a velha polícia, acostumada ao confronto da guerra contra o inimigo, está prevalecendo sobre uma polícia que tem que ter outro papel na comunidade, principalmente mudando a forma de se relacionar com a sociedade.

Eu queria que falasse sobre policiamento de proximidade, policiamento comunitário, sobre esse tema da desmilitarização e sobre outro tema que existe, Senador Roberto Rocha, no debate, que a gente colocou na PEC 51. É porque temos um sistema que pouco funciona. V. Exª falou aqui da elucidação de casos de homicídios. Há números aqui... De vez em quando a gente escuta alguém falar em 8%, mas, na verdade, a gente não tem nem 8% de elucidação; são 8% de casos que são examinados, que são investigados. É um índice muito baixo.

Agora, nós temos aqui uma jabuticaba, algo que só existe no Brasil. Em todo canto do mundo, você tem um ciclo completo. Então, quem está na ponta é que começa o trabalho de investigação. Aqui, não. Só aqui nós temos a Polícia Militar, que tem o trabalho de fazer o policiamento preventivo e ostensivo nas ruas, e temos a Polícia Civil, que investiga. Aquele policial... E a gente sabe que há problemas de convivência entre Polícia Militar e Polícia Civil.

Então, o que o Policial Militar faz na ponta? Ele só pode prender em flagrante. É a única coisa que ele pode fazer. E aí leva para a Polícia Civil começar um processo de investigação.

Então, eu estou convencido de que esse sistema não funciona, e a gente tem que entrar nesse debate. Eu queria saber também, Drª Natália, sua opinião sobre o tema da desmilitarização, sobre a PEC 51...

Eu vou ficar por aqui, porque a gente responde...

Senador Roberto Rocha, se quiser fazer mais uma pergunta a ela, a gente faz os questionamentos...

E, por fim – desculpe-me –, vou colocar outra questão para todos.

É que, na última audiência que tivemos aqui, foi muito comentado que uma das medidas que podem auxiliar no enfrentamento da questão é a realização de um pacto nacional pela redução dos homicídios, com amplo envolvimento da sociedade civil e autoridades dos três Poderes.

Pergunto: como as senhoras veem a possibilidade de uma pactuação como essa ter sucesso?

E, por fim, a questão desses números alarmantes de morte de jovens negros. É claro que existe racismo no País. Mas eu queria que vocês tentassem, até para explicar para as pessoas que estão nos vendo, como se dá isso na prática? A gente sabe que há uma abordagem policial, às vezes, em cima de estereótipos, em cima de alguns jovens, mas o que mais acontece? Como é que a gente pode explicar números tão fortes como esses? Como entender que, no Estado de Pernambuco, morram 11 vezes mais jovens negros do que brancos? Isto, às vezes, no caso de jovens que moram no mesmo território.

Então, eu acho que esse é um tema que a gente tem que explorar muito e tem que conseguir explicar para a sociedade, porque muito se diz, e aqui há um debate que é falso, que não há racismo no Brasil, mas eu

acho que é muito importante a gente tentar entender em detalhes essa causa de por que esses jovens negros são os mais atingidos.

Desculpe-me pela quantidade de perguntas, Dr^a Natália, mas a gente vai fazer assim e vai resolvendo um a um. Ao final, pode fazer as considerações finais também para que, depois, eu passe para a Samira e para a Raquel.

A SR^a NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Obrigada pelas perguntas. Eu vou tentar responder todas.

Bom, guerra às drogas, enquanto conceito de segurança pública. Onde ela nasce? Ela nasce nos Estados Unidos. Vem sendo uma aposta de vários Estados, dentro dos Estados Unidos, justamente abandonar a política de guerras às drogas pela falência. Ela não tem como funcionar. Ela implica um superencarceramento que não tem fim, porque é uma política de tolerância zero. Então, é uma política em que o carro chefe de política pública do Estado é o encarceramento e a letalidade. São as duas, que funcionam juntas e funcionam contra um grupo específico, que é o da população negra e pobre.

Os Estados Unidos não têm muita diferença de cenário para a gente. Morrem muito mais negros, acho que 80% dos presos são negros, um índice bem alto de população negra encarcerada.

Então, na verdade, a guerra às drogas – aí, tentando puxar um pouco para o racismo – é um dos dispositivos no qual o racismo institucional se manifesta, porque, de fato, um rapaz branco de zona sul pego com uma quantidade vai entrar como consumo e um rapaz negro de favela é enquadrado em tráfico numa delegacia, automaticamente. Então é uma política de encarceramento de negros jovens.

O Uruguai, por exemplo, que está passando por um processo de legalização e descriminalização do uso e da venda de drogas, chegou a índice zero de homicídio por consequência da questão das drogas.

Isso é um pouco do que o que a Raquel coloca de passar isso para uma questão de saúde pública. Quando você está lidando com alguém com uma drogadicção, você cuida, você trata.

Por exemplo, foi citada a redução, o auto de resistência, o mandado de busca e apreensão. Tudo isso vem dentro dessa política de tolerância zero, de guerra às drogas, de dispositivos que legitimam o genocídio da população negra de forma geral. E aí, tentando traçar a questão da guerra às drogas um pouco com o que você falou de desmilitarização, porque o militarismo e a belicosidade caminham muito junto com a guerra às drogas, porque é uma proposta, é uma aposta em uma segurança pública de extermínio.

A gente fala do exemplo da UPP. Para a gente, a UPP não é um modelo que poderia dar certo em algum momento, porque ele já é um modelo com base militar. Ele já é um modelo que acredita que você precisa invadir um território e pacificar um território que está, automaticamente, criminalizado antes da entrada desse policial, por conta justamente dessa sensação de medo, de desproteção constante que a ideia de guerra traz.

Sendo feita através da Polícia Militar, ela continua com todos os problemas que a militarização da segurança pública traz, que é um regime de hierarquia, um regime que prevê treinamento tático de guerra, ao invés de um treinamento mais humanizado... Então, ela continua com todas as questões inerentes ao problemas da militarização. E aí você decide colocar isso como uma ocupação permanente de território. Então, automaticamente, você vai entrar em guerra permanente dentro desse território e vai terminar gerando execuções com frequência. Por exemplo, é muito comum relatos de ameaça a moradores, de invasão de domicílio. Então, tudo que você vê em uma megaoperação você transforma em uma permanência dentro daquele território.

Para além disso, as propostas sociais da UPP nunca foram de fato efetivadas. Nunca.

Quanto ao mandado de busca e apreensão coletivo, eu ia até usar um exemplo que era o de Acari, de novo, porque existem relatos de que os policiais têm entrado nas casas das pessoas com chave-mestra durante as operações. E não é isolado, não é um caso isolado, porque grande parte das operações já sai com um mandado de busca e apreensão coletivo, que é o que justifica que se entre na casa de todos os moradores da favela, indistintamente. E isso, mais uma vez, assim como o auto de resistência, é um descumprimento, é a normalização de um descumprimento da normativa penal, que é de busca e apreensão individualizada. Ela tem que ser direcionada para uma tal pessoa porque existem tais indícios. A partir do momento em que você adota, pelo Judiciário, um mandado de busca e apreensão coletivo, você está dizendo, então, que a favela inteira é potencialmente passível de cometer crime. Não, isso é mais uma das graves violações de direitos humanos que estão dentro deste contexto de guerra às drogas, que é a ideia de você ver territórios empobrecidos como território inimigos, não como parte da comunidade. E aí vai um pouco de encontro a um discurso de que seria possível, dentro desse quadro, você alterar o que acontece hoje dentro do sistema carcerário, porque a demanda de punição vai ser infinita.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Brasil passou a Rússia agora. É o terceiro maior do mundo em encarceramento.

A SR^a NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Segundo o Conselho Nacional de Justiça, caso cumpríssemos todos os mandados de busca e apreensão, sem contar regime domiciliar – eles têm um dado para quem vai

cumprir o regime domiciliar e para quem vai cumprir o regime fechado em penitenciária –, a gente chegaria a quase um milhão. E aí a gente chega muito perto do país que é o maior encarcerador do mundo, que é os EUA.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Em 2013, nós estávamos com 574 mil encarcerados.

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Em um país com condições que conseguem ser piores do que a condição padrão.

Isso tudo vem muito de uma falta de debate sobre o que é o racismo e como ele se estrutura, porque ele vai se... Hoje, ele se encontra em guerra às drogas, mas já se encontrou em guerra à vadiagem, em uma época anterior se encontrou em guerra à capoeira... Enquanto você não identificar que o problema está em uma estrutura, em uma superestrutura fundante do Estado racista, você não vai conseguir combater todas essas consequências. Elas vão ser combatidas, mas vão ser criadas novas. Porém, não deixa de ser importante mudar uma lógica de segurança pública que está sendo responsável pela execução de um número tão alto de jovens de forma arbitrária com o aval de uma parte conservadora da sociedade, mas também com o aval do Poder Público – de grande parte do Poder Público –, com base na ideia de combate à pobreza.

Só para fechar, aí a ideia de redução da maioria. Foi problematizado que, em algum momento, a redução poderia ser pensada. A redução é uma violação de direitos humanos. O período de internação hoje previsto no ECA não é um período de internação aleatório; é metade da adolescência. O Estado possui um especial dever de proteção à adolescência. Quando se fala em redução da maioria penal, está-se falando que o Estado está escolhendo flexibilizar leis protetivas, quando o ECA, na prática, não é respeitado no Estado. Sem respeito nenhum ao ECA e sem a garantia dos direitos básicos da juventude, já está se pensando numa política de repressão que já vai violar ainda de forma mais grave os direitos humanos, que ele já não garantiu inicialmente. Então, ela é considerada por absolutamente todos os organismos internacionais de direitos humanos e organismos internacionais especiais para crianças e adolescentes como uma grave violação aos direitos humanos e um desrespeito ao direito da criança e do adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Roberto Rocha, a qualquer momento, pode fazer novos questionamentos.

Eu agradeço, Natália. Se quiser falar...

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Só uma última ponderação aqui em relação à PEC 51.

É importante um projeto de desmilitarização, e é importante, para além disso, discutir a desmilitarização dentro dessa lógica de guerra. Por exemplo, no Rio, há o Core, que é da Polícia Civil, mas que tem uma função profundamente militarizada e características profundamente militarizadas. Então, ele é um dispositivo dentro da Polícia Civil que tem um índice de letalidade tão grande quanto o da Polícia Militar. Então, não se altera a lógica. Se não se alterar também, em conjunto, a lógica de guerra às drogas – PEC 51 – e se pensar em mecanismos de legalização de substâncias colocadas como ilícitas, vai se reformar essa lógica, mas vai se manter a mesma lógica em outros órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Entendi.

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Acho que agora, sim.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Natália.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Natália, eu entendi que você se opõe à ideia da diminuição da maioria. O.k. Nesse sentido, eu queria fazer um comentário, uma consideração e uma pergunta.

Aquela pessoa que cometeu um delito com menos de 18 anos e comete um novo delito depois de 18 anos deveria não ser considerada mais réu primário. Assim, se ele é menor, tem 16 anos, e cometeu um delito, ele não vai responder penalmente; mas, se ele cometer um novo delito quando tiver mais de 18 anos, a ficha dele vai estar lá, e ele não vai responder mais como primário. Isso é possível fazer. Eu sou contra a diminuição da maioria, mas eu sou a favor disso. Ele não pode, aos 18 anos, entrar na maioria como se estivesse começando do zero no que diz respeito à vida dele. A vida pregressa dele tem de estar registrada. Se ele cometeu atos lá atrás, ele não tem idade para responder penalmente, mas, a partir dos 18 anos, ele, ao cometer novo delito, deverá ser tratado como um réu não primário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com a palavra a Natália.

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Primeiro, quero fazer uma ponderação sobre isto. Ele não responde penalmente, mas ele responde. E ele responde dentro de uma instituição que está sendo a cópia piorada do sistema carcerário. Ele vem dentro... Por exemplo, os casos do Rio de Janeiro, um dos espaços que a gente monitora. Morreu um jovem no mês passado, morreu um jovem há dois meses, e esse é o retrato do

sistema socioeducativo. Então, existe essa fala de que o jovem passa impune. O jovem não está passando impune, o jovem está passando torturado no sistema socioeducativo.

Então, o Estado fornece, única e exclusivamente, violação de direitos humanos dentro desse sistema socioeducativo, nenhuma proposta de melhora, nenhuma proposta de respeito mínimo à garantia de os adolescentes não viverem em um lixo, como eles vivem no Degase, com lixo ao redor. E, não satisfeitos com isso, a gente vai reduzir mais um direito dele? Ele é parcialmente incapaz perante toda a legislação, mas só na legislação penal a gente vai ampliar a culpabilidade dele, só na repressão.

Então, primeiro a gente se preocupa... Eu acho que o sistema penal não cabe porque a gente está lidando com uma pessoa em formação. O adolescente está em formação. E o dever do Estado é proporcionar meios dignos para propiciar essa formação, e não meios para reduzir a possibilidade de esse garoto ter uma vida marcada pelo trauma dentro do sistema socioeducativo ou com uma redução ou com uma vida penal. Você não pode marcar um jovem o resto da vida por uma conduta que ele cometeu aos 12 anos de idade, que é hoje a idade penal. E...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu estou me referindo àqueles que são considerados lixo. Eu estou me referindo àquele jovem que pratica crime hediondo. Àquele jovem que pega o teu filho, o meu filho, estupra e mata com menos de 18 anos. Este, ao completar 18 anos, eu entendo que ele deveria ser tratado como alguém que não é mais réu primário. É deste tipo de gente que eu estou tratando, Natália.

A SRª NATÁLIA DAMAZIO PINTO FERREIRA – Bom, eu entendo que não é papel da sociedade ou do Estado afastar direitos por conta de seja o que for, não é? Acreditar que uma pessoa descumprir a norma é o.k., mas o Estado ir contra toda a normativa internacional não é o.k... É o.k. Perdão. Então... Vou rephrasar porque ficou um pouco confuso. O adolescente descumprir, cometer um ato infracional, é grave o suficiente para o Estado poder afastar a obrigação dele de respeito às normas que protegem esse adolescente. Isso representa você criminalizar o adolescente a ponto de ele entrar na idade adulta já como reincidente por um crime que ele cometeu na idade de formação.

Mas eu acho que é isso, é problematizar que não existe isso de um adolescente demônio, não é? A gente também expõe 90% do País a condições subumanas de sobrevivência, não é? Existe uma socialização violenta de um pedaço da população. E não violenta porque essa população é violenta, mas violenta porque o Poder Público é violento com ela. O Poder Público não garante o mínimo para elas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Antes de passar para a Samira, eu quero... Ouvi o Senador Rocha dizer sua posição contra a redução da maioridade penal, que é uma posição importante. Eu estou convencido de que o Senado Federal... O Senado sempre foi uma Casa mais conservadora. Por incrível que pareça, a gente montou uma frente progressista aqui. Porque o Senado pode deter um pouco essa ofensiva que vem da Câmara dos Deputados.

Se você analisar os números, Senador Roberto Rocha, você vê o seguinte: homicídios... Porque estão construindo uma coisa no imaginário como se a maior parte das mortes no País, os assassinatos, fossem feitos por menores. Na verdade, o índice diz que menos de 1% dos homicídios no País são cometidos por menores. Menos de 1%! Números oficiais sobre isso. E, sinceramente, nesse sistema prisional que nós temos aí, com 574 mil presos, com condições subumanas, se você coloca mais um ali dentro, que acaba entrando... É a mesma coisa desse... A quantidade de pequenos varejistas de drogas, de jovens de 19 ou 20 anos que estão sendo presos, pessoas que estão ali na ponta, que vão para esse sistema, e, depois, a capacidade de recuperação desse sistema é de quase zero. Muito pelo contrário. É difícil você sair dali sem estar fazendo parte de uma facção. Esse sistema prisional brasileiro é uma vergonha. Eu faço parte da Comissão de Relações Exteriores e a gente vive falando em direitos humanos em países africanos. Eu digo que, tudo bem, a gente tem que condenar, mas que precisamos olhar para a gente também, porque há um atentado a todos os tipos de direitos ali. Essa política de encarcerar mais... Essa juventude já está morrendo e a gente quer colocar mais presos nessas prisões terríveis que não oferecem solução alguma.

Então, entendemos as modulações, o que seja, mas eu quero já defender essa posição contra a redução da maioridade penal. Contrapor-se a isso, Senador, é muito importante.

Eu queria passar agora, imediatamente, a palavra para a Samira Bueno Nunes. Eu já fiz as perguntas à Natália, mas também queria que V. Sª levasse em conta as mesmas perguntas e queria acrescentar outras, Senador Roberto Rocha, em cima desses dados.

No Brasil, afirmamos que o Brasil tem a polícia que mais mata, mas também a que mais morre. Na 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2014, que analisa os dados de 2013, uma constatação sobre vitimização e letalidade policial chama a nossa atenção.

No ano de 2013, 490 policiais foram assassinados. Em cinco anos, de 2009 a 2013, esse número subiu para 1.770. No mesmo período – são dados que a senhora já citou –, os policiais mataram 11.197 pessoas. O mesmo índice de mortes por policiais nos últimos 30 anos nos Estados Unidos.

Mas o que chama a atenção, além desses números impressionantes, é que, dos homicídios cometidos por policiais, 81,8% foram cometidos em serviço. Por outro lado, 75,3% das mortes de policiais ocorrem fora do serviço. O que está acontecendo? Como explicar essa inversão?

Outro dado do Anuário são os custos da violência.

Em 2013, o Brasil gastou R\$258 bilhões, sendo R\$192 bilhões considerados custos sociais da violência. Pode nos explicar o que são esses custos sociais? As despesas com segurança pública têm aumentado nos últimos anos? Como estão sendo efetuados esses gastos? Que tipo de ajuste é necessário para atingir eficiência no uso desses recursos?

Em 2013, o número de pessoas encarceradas bateu o recorde, atingindo 574 mil presos. Por outro lado, entre 2012 e 2013, o déficit em vagas em presídios atingiu 220 mil vagas faltantes. O que esses números dizem para nós? Como enfrentar o dilema do sistema penitenciário?

Por fim, a última edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública lança um importante desafio para o conjunto da sociedade brasileira e autoridades: assumir a meta da redução da taxa de homicídios em 65,5% até 2030. Isso significa reduzir, em média, 5,7% ao ano. O desafio traz uma afirmação otimista: se o Brasil optar por investigar a fundo as experiências de redução de homicídios que lograram êxito nos anos 2000 e investir na avaliação e documentação de políticas e programas, as chances de reunir um conjunto de práticas mais eficientes que possam ser rapidamente replicadas são altas. Tal esforço pode ajudar o País não só a cumprir a meta estabelecida, mas a se constituir em exemplo de compromisso com a construção de sociedades mais pacíficas.

Quais são os pilares primordiais para que o Brasil possa assumir esse compromisso? Como esta CPI pode auxiliar nessa investigação?

Antes, eu queria dizer que a Presidente, Senadora Lídice da Mata, pede para agradecer a presença dos convidados e justifica sua ausência em virtude do falecimento de um grande amigo, o Vereador, do Município de Alagoinhas, Antônio Fernando Xavier dos Santos, conhecido como Fernando Aranha, respeitado líder popular no Recôncavo Baiano.

Também quero registrar que, ontem, nós perdemos uma grande figura das causas populares do Rio de Janeiro, o nosso querido Antônio Neiva, que foi enterrado no dia de hoje. Quero fazer também esta homenagem a uma pessoa que lutou, há muito tempo, e foi preso pela ditadura militar e teve sua vida dedicada às causas do povo brasileiro.

Quero registrar também a presença da assessoria da Ministra Nilma Gomes, da Seppir.

Vou ler, antes de passar para a Samira, outro comentário. De Rafael Rodrigues Bezerra Tavares, do Ceará: “Sinto a falta de um debatedor negro e jovem à mesa, pois, já que a audiência dá ênfase à violência sofrida por jovens negros da periferia, nada melhor que um jovem negro para falar das mazelas que sofre, sem intermédio de estudiosos”.

Ele tem toda a razão. Na última audiência, nós tratamos disso. E vamos ter também esse cuidado. Vamos querer muito escutar esses jovens *in loco* e aqui também. Mas o comentário do Rafael é um comentário muito válido, que tem que ser sempre levado em consideração por esta Mesa.

Com a palavra, Samira Bueno Nunes.

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – Obrigada.

Vou começar minha fala refletindo um pouco sobre a questão da redução da maioria penal e olhando um pouco para o sistema prisional, porque o que me incomoda um pouco nesse debate é que, normalmente, ele é feito com o fígado. A expectativa de muita gente, não só da população, mas de muita gente que tem influência política e tem feito propostas nesse sentido, é sempre pensada na prisão como castigo. Então, por que quase 90% da população quer reduzir a maioria penal? Porque ela sente que tem que castigar, e a gente perde de vista que o ideal da prisão é ressocializar. E a gente não ressocializa ninguém, nunca ressocializou, nas prisões brasileiras. Então, acho que, antes de a gente pensar na redução da maioria penal, a gente tinha que pensar em como começar esse processo de ressocialização, de que a gente está muito longe. Na prática, a gente mal controla o sistema prisional. O caso do Maranhão é um exemplo, com a crise no sistema prisional do ano passado, com as decapitações, com o crime organizado tomando conta, e também o caso de São Paulo, com o PCC, que domina 90% das unidades prisionais do Estado. Então, o Estado não tem capacidade hoje de controlar as unidades prisionais. Isso eu acho que é algo que tem que ser considerado no debate. E a gente tem que falar disso de forma mais franca, antes de pensar em reduzir a maioria penal.

Acho que a Natália expôs bem a situação das unidades de medidas socioeducativas, que, na prática, vivem o mesmo fenômeno: a entrada do crime organizado nessas unidades, e a gente, de forma cada vez mais

precoce, recrutando os jovens para o crime, porque, na prática, é isso que está acontecendo. Nesse sentido, acho que uma iniciativa interessante, pensando no desencarceramento, são as audiências de custódia, que têm acontecido acho que, inclusive, no Maranhão, uma das primeiras experiências, em São Paulo e em alguns outros Estados. A Natália deve até saber melhor quais são os Estados que já estão adotando. Mas isso é algo que tem funcionado.

Acho que a gente também não pode perder de vista que, se isso está acontecendo hoje, é porque também a gente delega para a Polícia Militar a definição não só de quem deve viver ou morrer nas periferias, mas de quem deve ser preso, porque a maior parte das prisões são prisões em flagrante. Então, na prática, a gente está delegando todo o sistema para a Polícia Militar. E aí, quando a gente pensa em reformar, pensa em alterar a estrutura do sistema, isso passa por pensar um pouco melhor o que a gente espera da política de segurança pública.

Falando um pouco sobre a desmilitarização e a PEC 51, acho que o debate, de fato, foi muito deturpado e acabou servindo para uma discussão da desmilitarização como uma panaceia contra a violência policial. Acho que a PEC 51 apresentava, de fato, um novo modelo, para a segurança, de como tornar as polícias mais eficientes, mais democráticas, mais alinhadas ao que a gente espera no Estado democrático de direito, e ela foi colocada muito vinculada a uma panaceia contra a violência policial, o que, a meu ver, é um equívoco. Pensar que a gente vai desmilitarizar, vai acabar com a violência policial... A gente está falando de instituições que têm centenas de anos, a gente está falando de culturas organizacionais e práticas que estão institucionalizadas. Então, não é algo que a gente vai transformar do dia para a noite. E a gente tem que começar de algum jeito. Então, o debate sobre a desmilitarização é superimportante, mas passa por compreender o que significa isso.

Não sei se vocês conhecem, mas a gente fez uma pesquisa, no ano passado, com 21 mil policiais do Brasil todo, sobre reforma nas instituições, e um dos eixos era justamente a desmilitarização.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E os resultados foram positivos, não é?

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – Foram superpositivos.

E aí, quando a gente fala que a gente quer desmilitarizar, a gente percebe que, se desmilitarizar significar desvincular do Exército, reformar, alterar código disciplinar, alterar estrutura hierárquica, os policiais são a favor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Concordam.

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – Sim, 63% deles querem o fim da Justiça Militar, 73% apoiam a desvinculação do Exército – entre os policiais militares, 76%, ainda maior –, 87% acham que precisa haver uma reorientação do trabalho das polícias no Brasil, com foco na proteção de direitos. Então, estamos falando que os próprios operadores querem mudanças. Isso é algo que a gente também tem que olhar com mais carinho. E temos que pensar em como trazer esse público para este debate. Acho que, necessariamente, para mudar, precisamos envolver os policiais. E os policiais reconhecem que o sistema é ineficiente, que o sistema não tem funcionado e que eles também – aí a gente vai para o debate da letalidade da vitimização – produzem muitas mortes e morrem aos montes também. Então, como citei na minha exposição, acho que o único país que se assemelha ao Brasil, olhando a vitimização de um policial, é o México, que vive numa situação praticamente de guerra, literalmente de guerra às drogas e às organizações criminosas.

O que é importante a gente destacar nesses dados? Setenta e cinco por cento dos policiais morrem fora de serviço. Dos 490 policiais assassinados em 2013, a maior parte deles morreu fora de serviço. Por que fora de serviço? Porque, de algum modo, a corporação ainda preserva a vida daquele policial, porque ele tem apoio, ele tem rádio, ele tem equipe. Por que o policial, em geral, morre fora de serviço? Aí temos dois fenômenos.

Um é o “bico”. Os policiais brasileiros são muito mal pagos e, então, necessariamente, precisam de uma remuneração extra. O “bico” é prática de todas as polícias no Brasil. As escalas são montadas justamente para permitir o “bico”. Existe uma preocupação dos comandos em relação a isso, porque, senão, você não segura aquele policial na corporação, porque ele precisa complementar a renda. Então, uma parte expressiva de policiais morre no “bico”. E ali é um momento em que ele não tem o apoio.

Reação a assaltos. O policial não aceita ser roubado, não aceita ser vítima de um crime. Então, ele vai reagir. Até porque, muitas vezes, se o criminoso descobrir que ele é um policial, vai matá-lo de qualquer jeito. Então, ele já é uma vítima em potencial. Ele, muitas vezes, reage antes mesmo de correr o risco de que descubram que ele é um policial. E, claro que – é um percentual menor, mas é um percentual – há policiais que estão envolvidos com o crime e que, por causa disso, acabam sendo vitimados também por algum tipo de vingança.

Em relação às mortes decorrentes de intervenções policiais, a maior parte delas acontece em serviço, mas, na prática, esses dados são muito ruins. Tendo a acreditar que a maior parte das mortes de fato acontece com policiais em serviço, mas os Estados que informam os dados de mortes decorrentes de intervenções fora de serviço têm apresentado um aumento expressivo. É o caso de São Paulo, por exemplo.

Em 2013, a Secretaria de Segurança de São Paulo adotou duas práticas muito interessantes. Uma foi a recomendação de acabar com nomenclatura “resistência seguida de morte”. Então, lá não se chama mais resistência, mas de morte decorrente de intervenção policial. E a outra foi a regulamentação do socorro às vítimas de armas de fogo. Existiam várias denúncias relacionadas ao fato de que os policiais socorriam para destruir a cena do crime e ficavam rodando com o corpo na viatura, muitas vezes já morto, até chegar ao hospital. Isso ensejou, então, uma ação da Secretaria de Segurança regulamentando. Então, só o Samu pode fazer o socorro a uma vítima de arma de fogo.

Em 2013, houve uma redução expressiva dos números de letalidade policial em serviço em São Paulo. Mas, quando se olha a curva fora de serviço, vê-se que ela duplicou. Na prática, o policial... O policial que é matador, o policial que está ali para resolver isso e entende o homicídio como uma forma de resolução do crime, continuou matando do mesmo jeito. Aí, a gente olha um pouco para o limite da política pública, para como você administra isso. Ele não mata mais de farda, mas ele vai matar fora de serviço, e, muitas vezes, isso é classificado como homicídio fora de serviço com excludente de ilicitude. São as diversas categorias utilizadas para classificar, na verdade, o mesmo fenômeno.

Na prática, a gente não tem nem clareza do que a gente quer medir. Quando a gente olha as estatísticas ou quando a gente faz a coleta... A gente iniciou em janeiro uma que vai divulgar em novembro. São dez meses em contato com os Estados tentando descobrir o que eles entendem como uma morte decorrente de uma ação policial, o que é um confronto, o que é um homicídio. Hoje, a gente tem entre oito e dez categorias diferentes para falar sobre isso.

A gente está fazendo uma pesquisa hoje para a Secretaria de Assuntos Legislativos e para o Ipea na Bahia, no Sergipe e no Distrito Federal sobre violência policial. E, para nossa surpresa, com a discussão do PL do Paulo Teixeira quanto a se acabar com o auto de resistência, nós descobrimos que há lugar em que não se registra. Então, quer se mudar a nomenclatura, mas há lugar em que, se isso não vira nem BO, o que se dirá inquérito! E aí a gente vai falar da responsabilidade do Ministério Público em relação a isso: simplesmente, é absolutamente omissos.

Então, para a gente mudar esse quadro, a gente tem de pensar no processamento da ocorrência. Acho que esse é o primeiro ponto. Tem de haver uma regulamentação em relação ao processamento da ocorrência. Se morreu, tem de haver um BO de homicídio decorrente de intervenção policial. Isso tem de ser regra para todos os Estados. Não é. Não sendo, isso não entra em lugar nenhum. Se o Ministério Público não faz o acompanhamento dos inquéritos, na prática, você nunca vai ficar sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Este questionamento do papel do Ministério Público tem surgido em todas as Mesas. Esta Comissão vai, inclusive, tentar marcar uma reunião com membros do Conselho Nacional do Ministério Público para tratar desse tema.

Todas as intervenções falam dessa questão, Senador Roberto Rocha.

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – O Ministério Público tem sido absolutamente omissos em relação ao controle externo da atividade policial, que é uma prerrogativa do Ministério Público, as ouvidorias de Polícia não existem em todos os Estados, e, quando existem, em geral, são estruturas muito fracas, que não têm capacidade de investigação, que não têm capacidade de cobrança, e as corregedorias das Polícias, que, como ainda acredito, seriam um dos mecanismos mais eficientes – o controle interno tende a ser mais eficiente pela quantidade de informação que tem e pela capacidade de divulgar aquilo –, na prática, também não se traduzem em instâncias, de fato, de correição ou, de fato, preocupadas com o controle da violência policial. A gente também não pode ignorar que, nas corregedorias, em geral, os policiais que ali trabalham não têm nenhuma estabilidade. Então, você hoje trabalha na corregedoria e está investigando alguém, mas amanhã você poderá ser subordinada a essa pessoa que você investigou. Então, como é que você garante, por mais empenhado que seja aquele profissional, que ele vai produzir algo eficiente de fato se você não dá os mínimos instrumentos para ele fazê-lo?

Então, a gente está falando que o controle interno é pífio, que o controle externo é quase inexistente e que, na prática, a gente delega à Polícia Militar a decisão de quem morre e de quem vive nas cidades. Na prática, o que acontece é que quem morre, em geral, é jovem, é negro.

A gente também não pode esquecer que isso passa por um amplo apoio da população, porque bandido bom é bandido morto. E aí você não pergunta quem é bandido. Este é o estereótipo do bandido, muitas vezes: basta ser jovem, estar com boné, usar determinada roupa ou determinada marca... Então, a grande questão é: como é que a gente qualifica este debate e, ao mesmo tempo, não se rende aos apelos punitivistas e absolutamente absurdos da população? Em geral, é isso que ela espera. Vários programas, na televisão, o tempo, estão incentivando a ideia de que bandido bom é bandido morto.

Então, realmente tendo a acreditar que o policial, quando aperta o gatilho, não o aperta sozinho. Há todo um sistema que o está apoiando para que ele faça aquilo. A gente tende a olhar apenas para a ação da Polícia Militar, mas a gente ignora que o Ministério Público não vai oferecer denúncia, a gente ignora que o Tribunal do Júri muitas vezes absolve casos absurdos de execução. A gente não está olhando para uma série de instituições do Executivo, do Judiciário e do Legislativo que têm de se posicionar em relação ao tema e que, muitas vezes, acabam não se manifestando, porque é mais simples.

Então, quando a gente olha para esse fenômeno da letalidade policial, necessariamente, a gente precisa olhar para um sistema que, de algum modo, está incentivando também a que essas mortes continuem a acontecer.

Sobre o custo da violência, esse é um estudo que a gente fez em parceria com o Ipea. Na verdade, é um estudo do Daniel Cerqueira, do Ipea, que foi atualizado para o Anuário do ano passado. A gente monitora anualmente os gastos com segurança pública, que têm crescido expressivamente na última década. Chama a atenção o aumento dos gastos dos Municípios, que foi de 130% em dez anos. Embora os Municípios não tenham, necessariamente, nenhuma ação constitucional na área da segurança pública, eles têm gastado muito mais. E não, necessariamente, são os Municípios onde há guarda municipal. Então, há muitos Municípios que trabalham auxiliando as polícias com gastos com delegacia, batalhão, combustível, já há muitos Municípios com programas de prevenção à violência. Então, os gastos dos Municípios têm crescido expressivamente, não obstante o fato de eles terem problemas enormes de geração de receita para isso.

Isso foi muito incentivado também – há de se destacar – pelo Pronasci, um programa de segurança pública do Ministério da Justiça que previa repasses de recursos para Municípios. Foi um programa que teve algo como R\$6 bilhões em quatro anos, muito recurso, e tinha como foco a violência contra os jovens. Então, foi um período em que muitos Municípios estruturaram conselhos, observatórios de segurança, e passaram a investir.

Na prática, o que acontece hoje, tanto com os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública quanto com os recursos geridos pela Senasp? Bom, os recursos geridos pela Senasp têm um potencial imenso de indução. Acho que são 22 unidades da Federação que dependem exclusivamente de repasses do Governo Federal para qualquer investimento. Isso significa que todo recurso que eles têm para segurança pública é, basicamente, para pagamento de folha. Então, qualquer tipo de investimento, necessariamente, depende do Ministério da Justiça, depende da Senasp, mais especificamente. Há aí um enorme potencial de indução.

Ao mesmo tempo, o que nós observamos nos últimos quatro anos é que a Senasp deixou de transferir recursos, porque os Municípios têm uma capacidade imensa de gastar o dinheiro, de gerir o recurso. Aí é basicamente um problema de gestão. As prefeituras têm problemas de gestão. Ter a implementação do Siconv, por exemplo, é um grande pesadelo, porque a prefeitura, no interior do Tocantins, não consegue gastar o dinheiro no Siconv. Aí ela acaba devolvendo o dinheiro. Qual foi o contorno realizado? “Fazemos gastos direto!” Mas, com gasto direto, você perde um potencial enorme de programas de prevenção na ponta, que poderiam ser realizados pelas secretarias, porque você acaba, muitas vezes, fazendo gastos um pouco mais simples. Você compra colete para todo mundo e distribui, porque é o gasto direto.

Também discutir segurança pública passa por pensar capacidades institucionais e capacidades de gestão desses entes. Se vamos discutir municipalização da segurança pública, por exemplo, esse é um debate necessário.

Gastamos algo em torno de R\$65 bilhões com segurança pública e prisão. Isso dá um 1,5%, 1,6% do PIB. É o mesmo que países como Alemanha, França e Inglaterra gastam com segurança. O Brasil tem um patamar de gastos na área similar ao de países desenvolvidos. Qual é o problema? Primeiro, temos problemas imensamente maiores do que esses países, em termos de gestão. A quantidade de pessoas encarceradas, a quantidade de crimes é muito maior. Então, o dinheiro aqui não se traduz em resultados, necessariamente. Portanto, gastamos muito e gastamos mal. Na prática, é um pouco o que o Senador falava da jabuticaba brasileira, que só nós temos duas polícias que repartem o trabalho: a Polícia Militar, com o policiamento ostensivo, e a Polícia Civil, com a polícia judiciária, a investigação. E elas não compartilham informações e, na prática, não geram resultados, de fato, visíveis ou que sejam capazes de garantir a segurança da população.

Outro fato que a PEC nº 51 incluía era o ciclo completo, que acho que já passou da hora. Quando nós falamos em reformar as instituições, é um pouco pensar isso. Nós temos que ter instituições de ciclo completo, polícias que comecem o trabalho e que terminem o trabalho. Se elas vão ser municipais, estaduais, por distrito, por tipo de crime, acho que é uma outra discussão que nós precisamos fazer. Mas que elas precisam, necessariamente, ser de ciclo completo, elas precisam.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Samira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Desses números que você apresentou, o que você tem em relação a investimento, sobre a execução orçamentária, por exemplo, do ano anterior, na área de segurança pública?

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – O dado da execução orçamentária dos Estados, na verdade, não se para entre o que é investimento e o que é custeio. Olhando diretamente para os balanços, nós conseguimos ter, mais ou menos, uma noção. É algo em torno de mais de 90% para custeio. Quase nada de investimento.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não tem nada para investimento!

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – Não tem quase nada de investimento.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Então, não se pode comparar com outros países, com Alemanha...

A SRª SAMIRA BUENO NUNES – Exatamente. Nós gastamos muito, mas está muito longe de ser o suficiente. E, na prática, dos R\$258 bilhões, R\$65 bilhões são políticas públicas, e a diferença, os outros R\$198 bilhões, são os custos sociais da violência. Então, esses são os gastos no sistema de saúde, com vítimas de arma de fogo, com vítima de facada, com tempo de internação, gastos no custo da segurança privada, que cresce a cada ano no Brasil, e as vidas perdidas, o quanto aquela pessoa vítima de homicídio deixou de produzir. Nós gastamos três vezes mais com os efeitos perversos da violência do que, de fato, com políticas públicas de enfrentamento ao crime.

Em relação ao sistema prisional. De fato, temos um recorde. Nós vamos bater esse recorde no próximo levantamento. Já posso antecipar que o dado cresceu, como tem crescido desde a década de 90, o déficit também cresceu – a gente tem algo em torno de 220 mil vagas faltando hoje – e, na prática, 40% de presos em situação provisória. São aqueles que não foram julgados e que, muitas vezes, ficam lá muito tempo, muito além do que deveriam, considerando sua situação.

Então, na prática, a gente tem errado em todos os momentos. A gente errou com a Polícia Militar, a gente errou com a Polícia Civil, com o sistema prisional, com a Justiça... Então, a dificuldade é para ajustar o sistema como um todo.

Em relação à meta de redução dos homicídios, esse estudo... A gente tem participado muito dos fóruns internacionais por causa das discussões relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Não sei se todos sabem, mas o Brasil encerrou agora um ciclo de 15 anos com os Objetivos do Milênio, cujas metas estavam mais vinculadas às áreas de educação e de saúde, e a renovação dos Objetivos do Milênio são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – devem fechar a lista de objetivos agora em setembro deste ano –, e o Brasil vai ter metas para várias áreas das políticas públicas serem cumpridas até 2030.

Nós conseguimos, a muito custo, incluir uma meta de redução da violência letal no eixo dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Objetivo 16. O Itamaraty era contra. O Ministério da Justiça era a favor, mas o Itamaraty era contra a inclusão, mas o Estado brasileiro conseguiu. Ganhamos com isso, e agora a gente vai ter que começar a discutir... Seremos cobrados internacionalmente por essas metas. E agora a discussão é: bom, se teremos uma meta de redução da violência letal, qual é essa meta? E a gente fez um estudo com base em experiências que o Brasil já tem. A gente não precisa inventar a roda. A gente tem muita coisa que funciona acontecendo. É importante destacar isto.

Então, se a gente olhar para as práticas que funcionam que reduziram os homicídios nas últimas duas décadas, o que elas têm em comum? Elas, basicamente, têm em comum investimento em inteligência e informação. É fundamental, para a gente pensar política de segurança, sistemas de informação robustos, um grande investimento em inteligência e integração das polícias, participação popular... As ações que mais têm dado certo são aquelas em que a população se envolve, em que a comunidade ajuda no direcionamento das ações policiais e cria laços com as polícias. E, por fim, um policiamento comunitário, que é você garantir que haja uma aproximação entre a polícia e a sociedade. É assim que a polícia desvenda um crime, por exemplo. Ela precisa de informação, ela precisa da comunidade. É assim que ela ganha confiança, que ela ganha legitimidade. Muito do que a Polícia Militar enfrenta hoje é uma crise de legitimidade de sua ação.

Então, olhando para essas experiências, a gente concluiu que seria possível o Estado brasileiro reduzir 5% dos homicídios ao ano se todos os Estados adotassem essas práticas. Isso também foi muito discutido com o Ministério da Justiça. Hoje, está sendo discutido um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Até deixo o convite.

No dia 31 de julho, no Rio de Janeiro, nós vamos fazer uma plenária, num evento que a gente organiza, sobre o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. A gente ainda vai convidar esta Casa. A gente deve direcionar o convite nos próximos dias, mas eu queria deixar o convite para todos aqui. Será uma discussão da população, dos movimentos sociais e das associações de polícia com o Executivo, o Judiciário e o Legislativo sobre um pacto nacional pela redução de homicídios, que é urgente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Samira.

A gente está agora com uma tarefa difícil, porque a gente quer... Sempre foi nosso compromisso, inclusive com a TV Senado, encerrar, rigorosamente, às 10h.

Desculpe-me, Raquel, mas antes de passar para você, quero só ler, rapidamente, algumas perguntas, porque a gente quer que esse debate aqui seja interativo. Sei que vai ser impossível responder todas, mas quero pelo menos ler.

Wandeir Severo: “O Estado brasileiro não cumpre o que prevê o ECA. Logo, o Estado está em conflito com a lei. Quem pode fazer o Estado cumprir medidas correccionais ou educativas de forma que os direitos humanos sejam respeitados?”

Patrick Silva, do Rio de Janeiro: “Observo que estamos defendendo os negros, mas não há oportunidades iguais. Verifico que há poucos negros em cargos importantes, e isso deixa clara a falta de igualdade social. O negro é marginalizado por falta de oportunidades.”

Lenir Gomes da Silva, do Maranhão: “Por que os direitos humanos abordam somente a questão do assassinato de jovens e se esquecem dos idosos e das pessoas que, em muitas situações, são assassinadas por menores?”

“Discutir a diminuição da maioridade penal sem ter discutido a desmilitarização das polícias não é o mesmo que começar a construir a casa pelo telhado?” Essa pergunta é do Wandeir Severo também.

César Farias, de São Paulo: “É necessário um fundo de apoio ao jovem que demonstrar desinteresse escolar, pois esse jovem poderá trazer problemas futuros para a sociedade onde vive. O Governo pode investir em aulas de música, teatro, esportes, pois não existe mediação sem amparo social.”

Josimar da Costa, de Goiás: “Acredito que deva haver redução da maioridade penal, pois, nas cidades do interior, os jovens estão cada vez mais violentos. A criminalidade entre jovens se relaciona também com a sua condição financeira; quanto mais pobres, mais próximos da violência.”

Eu vou pedir desculpa, pelo tempo, ao Vagner Augusto Nascimento, ao Leandro Cunha, ao Teobaldo Nascimento Santana, à Maria de Fátima Anselmo e à Joslane Domingues, porque eu não vou conseguir ler todos esses questionamentos, mas nós vamos guardá-los para a próxima audiência pública.

E, antes de passar para a Raquel Willadino, eu queria passar aqui, para uma rápida intervenção, ao Wesley, que está representando a União da Juventude de Luziânia. Eles estão sempre presentes aqui. É por isso que eu faço...

Ao Wesley ou ao Gabriel?

O SR. WESLEY COSTA – Eu queria agradecer a oportunidade, mas queria contemplar o meu amigo Gabriel, negro, morador de periferia, jovem, que está tendo a oportunidade de estar aqui hoje, diferentemente de muitos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu agradeço. A gente responde dessa forma inclusive ao apelo do Rafael Rodrigues, que tinha questionado aqui a ausência de um representante da juventude negra neste debate.

O SR. GABRIEL EDUARDO – A minha pergunta é mais direcionada à Raquel.

Todas as cidades do entorno de Brasília estão em todos os índices, no Mapa da Violência, no IVJ e no Mapa da Violência: Mortes Matadas por Armas de Fogo, como uma das cidades mais violentas do Brasil para os jovens. Todas as do Estado de Goiás estão no Entorno. Então, eu gostaria de saber se há algum fator determinante para que exatamente essas cidades do entorno de Brasília sejam as mais violentas do Estado e estejam na lista das mais violentas do Brasil. Da forma como o Senador falou, como resolver esse problema se a gente também tem uma jabuticaba regional? Porque, para resolver esse problema, nós temos todo aquele impasse, que são dois Estados diferentes, Goiás e Distrito Federal, e fica aquele jogo de empurra?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado.

Raquel, está com a palavra.

Eu queria que você considerasse todas as questões que levantamos, a política de guerra às drogas, a desmilitarização...

A SRª RAQUEL WILLADINO BRAGA – Vou tentar ser breve.

Eu acho que a gente levantou questões superimportantes hoje neste debate. Agradeço muito a possibilidade de dialogar com o pessoal de Luziânia. Conheço um pouco da dinâmica de violência aqui da região do DF e do Entorno e, de fato, acho que, como a gente tem os 50 mil homicídios por ano se reiterando, a gente também tem uma realidade muito crítica afetando a juventude moradora desses territórios, com pouquíssimos avanços. Há muitos anos que a gente vem constatando e reiterando Luziânia, Valparaíso, essa região do DF e do Entorno com muita preocupação.

Uma das contribuições – só para compartilhar com vocês – que a gente tentou fazer no processo do Programa de Redução da Violência Letal foi justamente formular uma proposta de metodologia para elaboração de diagnósticos locais que possam subsidiar políticas preventivas, porque a gente identifica, através do Índice de Homicídios na Adolescência do IVJ, onde os adolescentes e os jovens estão morrendo, mas esse indicador não dá conta de responder sobre as causas e as dinâmicas mais específicas. Para isso, é fundamental que sejam aprofundados os diagnósticos locais.

E, aí, eu queria falar, dialogando um pouco com a intervenção do Senador, da importância de a gente potencializar também o papel dos Municípios nesse processo da pactuação nacional. De 2003 para cá, a gente teve a possibilidade de identificar o investimento progressivo em programas de prevenção à violência. O problema é que são programas que estão olhando muito mais para a dimensão do acesso a direitos, numa perspectiva muito genérica. Então, eles trabalham com a chave da vulnerabilidade social e trazem iniciativas que acho que fortalecem acesso a direitos que são fundamentais, mas pensam pouco especificamente estratégias para a redução da letalidade. Por isso, a gente tem insistido tanto nessa questão das metas. É fundamental que se tenha metas concretas no nível municipal, estadual e federal. Isso tem que ser uma pactuação que envolva as três esferas de governo e que envolva uma mobilização forte da sociedade civil, porque, se não for responsabilidade de todos nós, a gente não vai conseguir fazer uma diferença significativa nesse processo.

E aí tem uma dimensão que eu queria trazer, dialogando com o tema da guerra às drogas e da desmilitarização, que eu acho que é a necessidade de a gente fazer uma disputa de representações e de como avançar para trabalhar mudanças que estão no plano cultural. Quando a gente fala do quanto o racismo está impregnado como elemento estruturante na produção da avaliação letal, a gente está falando disso também, porque a gente tem aí um processo muito forte de naturalização e de legitimação dessas mortes. E aí tem um peso muito forte a questão racial e tem um peso muito forte a distinção territorial de direitos, porque essa lógica da guerra do confronto, o olhar para o morador daquele território como potencialmente criminoso ou inimigo não está colocado para toda a cidade; está colocado para localidades específicas. Não é qualquer jovem que, por ser jovem, é percebido como potencialmente criminoso.

Então, é fundamental que a gente faça a disputa – isto orienta muito o trabalho do Observatório de Favelas – no campo das representações. Como a gente transforma esse imaginário que está aí reforçando a questão da redução da maioria penal quando, na realidade, os adolescentes são muito menos agentes da violência, como a gente viu aqui, e são, na realidade, as principais vítimas dos homicídios no País? Pensando numa comparação entre a questão prisional e do socioeducativo, o nível de reincidência é muito menor quando a gente olha para o socioeducativo, mas isso não se trabalha, porque o que é trabalhado o tempo todo é uma narrativa que reforça o lugar do adolescente como agente da violência letal e a criminalização dos jovens moradores de territórios populares.

Então, é imprescindível que, para além da elaboração de políticas públicas mais focalizadas e dessas metas, que têm que estar em todos os níveis de governo, a gente consiga... Eu acho que a sociedade civil tem um potencial imenso, pelas mídias populares, como algum dos interlocutores colocou, para fazer essa disputa no campo das representações. Como a gente trabalha reforçando o que tem de potencialidade nesses territórios? Os espaços populares não são lugares de ausência, não são lugares de violência. A gente tem dinâmicas de violência, sim, que nos atravessam, mas a gente tem muito mais que isso. E aí é fundamental esse deslocamento do que é a lógica punitiva e repressora, porque tem uma demanda social muito forte nessa direção de que a gente mata muito e encarcera muito no País, e, no entanto, boa parte da sociedade continua pedindo mais encarceramento. A gente precisa disputar com muita força esse imaginário.

E aí, quando a gente trabalha a questão da desmilitarização, por exemplo, eu acho que uma proposta como a PEC 51 é fundamental, porque ela traz caminhos objetivos para a gente construir uma reforma estrutural do sistema de justiça e segurança pública – e aí está a questão da desmilitarização como um elemento, está a questão do ciclo completo, a questão da carreira única, enfim... A gente conseguiria fazer avanços muito importantes, mas a gente também precisa lembrar, como uma das colegas disse aqui, que a militarização vai além da Polícia Militar. A gente tem uma sociedade com uma mentalidade muito militarizada. E aí essa lógica da guerra está impregnada no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público, na prática de muitos atores que reforçam, a partir dessa perspectiva de que estamos em guerra, essa visão de que, em última instância, precisamos investir num Estado penal, na Polícia e no encarceramento.

No entanto, como vimos aqui hoje, o investimento nessa perspectiva não se tem revertido num aumento da sensação de segurança das pessoas. Muito pelo contrário.

Então, como é que a gente trabalha? E é preciso trabalhar não a partir da lógica da denúncia; é preciso trabalhar-se sobretudo num movimento propositivo, construindo alternativas para que a gente consiga direcio-

nar essa energia para a formulação de políticas públicas que possam não só garantir o direito à vida, mas ampliar os direitos à construção de novos direitos dos moradores dos espaços populares e do conjunto da cidade.

Então, isto é um pouco do que eu queria compartilhar aqui com vocês a partir das provocações feitas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Muito obrigado, Raquel.

A gente conseguiu acabar no horário estipulado.

Quero agradecer muito a esta Mesa feminina, pois todas trouxeram importantes contribuições. E a gente vai querer ficar em contato com as entidades, porque a gente quer muito que esta CPI avance e que seja possível trazer resultados concretos na hora de apresentar o nosso relatório, na hora de apresentar, para o Poder Legislativo, algumas recomendações legislativas, mas fazendo um trabalho junto ao Governo Federal, aos governos estaduais.

Estamos apenas no começo deste trabalho.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu vou passar em seguida para o Senador Roberto Rocha.

Já anuncio que vamos estar em contato, porque essa contribuição das senhoras vai ser fundamental para o nosso trabalho.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Era só para sugerir que, mesmo à distância, se possível, vocês participem das próximas audiências...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ..., para poder fazer contraditório, propor. Enfim, acho importante não esgotar aqui, que a inteligência que vocês acumularam seja colocada a serviço da Comissão, mesmo à distância, em outras audiências.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – E deixando claro que vamos fazer audiências públicas, pois queremos conversar com as pessoas que estão vivenciando esse debate nas suas regiões na prática. Então, esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai rodar também este País.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e os convido para a próxima reunião da Comissão, a realizar-se na quarta-feira, às 13h, para deliberação de requerimentos de informação e de audiências públicas a se realizarem em São Luís, Natal, Salvador, Rio de Janeiro e Luziânia.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a presente reunião. Senadora **Lídice da Mata**, Presidente.

(Iniciada às 19 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 01 minuto.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2015, às 15 horas e 16 minutos, no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Otto Alencar** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Acir Gurgacz, Simone Tebet, Ataídes Oliveira, Vanessa Grazziotin e Randolfe Rodrigues**. Deixou de comparecer o Senador **Douglas Cintra**. Na ocasião foram eleitos Presidente o **Senador Ataídes Oliveira** e Vice-Presidente o **Senador Donizeti Nogueira** e foi designada Relatora a **Senadora Vanessa Grazziotin**. Foram, ainda, aprovados os seguintes Requerimentos:

Nº	Autoria	Ementa
01/15	Sen. Otto Alencar	Requer a convocação dos Srs. Paulo Riscado, Procurador-Chefe da Fazenda Nacional no Cocat, Frederico Paiva, Membro do Ministério Público Federal, Oslain Campos Santana, Delegado da Polícia Federal da Operação Zelotes, Carlos Barreto, Presidente do Carf, Maria Teresa Martinez Lopes, Vice-Presidente do Carf, Paulo Roberto Cortez, Conselheiro do Carf, e Leonardo Siade Manzan, Advogado.
02/15	Sen. Ataídes Oliveira	Requer ao Departamento de Polícia Federal que encaminhe a esta CPI cópia de todos os documentos em seu poder relativos aos fatos investigados na Operação Zelotes.

03/15	Sen. Ataídes Oliveira	Requer ao Ministério Público Federal que encaminhe a esta CPI cópia de todos os documentos em seu poder relativos aos fatos investigados na Operação Zelotes.
04/15	Sen. Vanessa Grazziotin	Requer ao Juiz da 10ª Vara Federal que encaminhe a esta CPI cópia de todos os documentos em seu poder relativos aos fatos investigados na Operação Zelotes.

Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, destinada à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 407, de 2015, do Senado Federal, para, no prazo de 120 dias, apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do Carf (Conselho da Administração de Recursos Fiscais) foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados, resultando em sonegação fiscal da ordem de R\$19 bilhões.

Esses R\$19 bilhões são o que a Polícia Federal identificou. No entanto, num levantamento que nós fizemos, por meio da nossa assessoria, de todas as grandes empresas, só das maiores empresas, somente 780 empresas têm, em auto de infração, R\$357 bilhões, e todas elas juntas, R\$600 bilhões. Ou seja, cem vezes os R\$6 bilhões da Petrobras. Portanto, é um montante de recursos que chama a atenção, pelo levantamento que nós fizemos. E essas grandes empresas foram identificadas, inclusive estão no relatório da Polícia Federal.

Nesta reunião, também, nós vamos escolher, deverão ser eleitos o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão.

Instalada, então, a Comissão, eu consulto as Lideranças sobre as indicações para o preenchimento dos referidos cargos de Presidente e de Vice-Presidente.

Com a palavra, o Senador Líder do Partido dos Trabalhadores, Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, de acordo com as informações e as conversas que nós tivemos, o PMDB, que faz o primeiro pedido, indicou, e tem o nosso respaldo, o nosso apoio, o Senador Ataídes para a Presidência desta Comissão.

Nós do PT, que, em tese, poderíamos exercer a relatoria, apresentamos como sugestão ao Presidente eleito, já que vai ser eleito e é uma atribuição dele a escolha do relator, o nome da Senadora Vanessa Grazziotin para ser Relatora, ela é do PCdoB, e apresentamos aqui o nome do Senador Donizeti como o Vice-Presidente. Gostaríamos de que a Comissão analisasse essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com a proposição feita pelo Líder do PT e também com a indicação que foi feita pelo Líder do PMDB, o Senador Eunício Oliveira, que indicou o nome do Senador Ataídes Oliveira, creio que os dois nomes indicados para apreciação dos Srs. Senadores...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, vamos fazer por aclamação a votação. Temos acordo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente. É porque eu não concluí.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu quero colocar em votação: como Presidente, o Senador Ataídes de Oliveira; e como Vice-Presidente, o nobre Senador Donizeti.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, por aclamação, o nome de ambos.

Cabe, agora, ao Presidente assumir a Presidência da Comissão.

Presidente, eu quero passar a V. Exª a Presidência da Comissão. Lógico, a atribuição de V. Exª é indicar o relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Presidente, já que V. Exª assumiu, peço pela ordem.

Sr. Presidente, eu quero apresentar o primeiro requerimento a esta Comissão de Inquérito para apurar as irregularidades no Carf. Nos termos do §3º do art. 52 da Constituição Federal, c/c com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a convocação dos seguintes senhores para que seja realizada a oitiva: Procurador-Chefe da Fazenda Nacional, Coordenação do Contencioso Administrativo Tributário da PGFN, o Sr. Paulo Riscado; membro do Ministério Público Federal do 6º Ofício de Combate à Corrupção e Procuradoria da República do Distrito Federal, o Sr. Frederico Paiva; Delegado da Polícia Federal da Operação Zelotes, Oslain Campos Santana; Presidente do Carf, Carlos Barreto; Vice-Presidente do Carf, a Srª Maria Teresa Martínez López; Sr. Conselheiro do Carf, Paulo Roberto Cortez; advogado, Sr. Leonardo Manzan.

A justificação é a de que a Operação Zelotes, feita em março, desbaratou um esquema de fraude que desfalcava os cofres públicos do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

O conselho é um órgão do Ministério da Fazenda. Esse conselho foi criado em 2008 por uma medida provisória que foi convertida em lei. É um conselho composto por 72 conselheiros, com uma estrutura organizacional maior até do que a do Ministério. Antes disso, o julgamento era feito pela Justiça federal, pelo Tribunal Federal de Recursos, que julgava perfeitamente isso sem nenhuma dificuldade. E ele é um conselho paritário: metade dele é composto por indicação de membros, de representantes das empresas, ou seja, metade do conselho são as empresas devedoras que indicam os conselheiros; e metade, indicados pela Receita Federal. Tanto é que hoje, na composição do Carf, o Presidente é da Receita Federal e a Vice-Presidente é advogada do Bradesco.

Então, nesse conselho, ao longo desse período, observou-se a postergação da análise de autos de infração dados pelos auditores da Receita Federal. E a Polícia Federal identificou, através de interceptação telefônica, conselheiros, advogados e membros do conselho negociando pareceres contra os interesses do Estado e dando grave prejuízo ao Erário.

Essa é uma situação em que esta CPI precisa entrar profundamente, para verificar e corrigir uma nova corrupção na Administração Pública do Brasil que, de alguma forma, a cada dia, deslustra mais a gestão pública no nosso País.

Por isso, eu acredito que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, nós todos deveremos aqui ouvir, trabalhar para acabar com essa situação. Até porque eu posso dizer a V. Ex^a, pelo levantamento que eu fiz, que, se os devedores da Avenida Paulista pagarem metade do que devem ao Erário, resolvem o ajuste fiscal e ainda sobra dinheiro para terminar a transposição e a revitalização do São Francisco. Esse é o levantamento que eu fiz, porque são todas grandes empresas, de grande porte, na maioria, bancos, que têm lucros exorbitantes e publicam esses lucros exorbitantes, como foi agora.

Portanto, eu não vejo porque não pagar os impostos, fazer sonegação fiscal, como foi indicado e mostrado pela Polícia Federal, a ponto de um dos conselheiros, grampeado pela Polícia Federal, dizer em alto e bom som que só quem paga imposto no Brasil são os pequenininhos, são os coitadinhos.

Por isso, eu acho que a nossa responsabilidade é muito grande. Estou encaminhando esse requerimento, que eu peço a V. Ex^a que coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Boa tarde aos Senadores e às Senadoras.

O Senador Otto, como é peculiar a ele, é muito ligeiro, muito rápido, muito dinâmico. Antes mesmo de eu agradecer aos colegas e convidar para participar da Mesa a nossa Relatora, Vanessa Graziotin – é um prazer Senadora Vanessa poder estar ao seu lado nessa jornada, que vai nos exigir muito trabalho –, e também o nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Donizeti, lá do meu querido Estado do Tocantins, para fazer parte aqui da Mesa – eu imaginei que eu fosse sair à frente com o meu primeiro requerimento, mas então ratifico –, o Senador Otto foi mais ligeiro.

Eu e o Senador Otto temos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Não foi questão de rapidez. Eu até sou muito calmo, muito tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu o estou parabenizando.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É porque eu já havia preparado o requerimento. V. Ex^a sabe que eu venho estudando isso há muito tempo. Acho que realmente é necessário levantar essas questões todas. Até peço desculpas. Não é rapidez, é pelo estudo que eu tenho feito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – É só pela liberdade que eu tenho com V. Ex^a que estou fazendo um ligeiro comentário.

Eu e o Senador Otto temos conversado muito sobre essa Operação Zelotes, sobre esse Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) da Receita Federal. Como se percebeu na fala do Senador Otto, ele tem já um grande conhecimento na área. E eu também, como autor deste requerimento, me aprofundi um pouco, porque não é fácil ter informações.

Essa questão do Carf da Receita Federal é gravíssima. Segundo a imprensa e a própria Operação Zelotes, o desvio do dinheiro público, como se fala, foi acima de R\$19 bilhões. Como bem colocou o Senador Otto, dentro deste contencioso – que é algo em torno de R\$565 bilhões –, 780 empresas devedoras, ou possíveis devedoras, representam R\$327 bilhões. Aí o Senador Otto colocou que, se 20% pagarem, será igual a R\$70 bilhões. Não precisaríamos do ajuste fiscal. Eu coloco 30%, e a gente chega a R\$107 bilhões.

Quero parabenizar, evidentemente – a princípio quero fazer esse comentário também –, o Dr. Oslain, o Dr. Frederico e os outros nomes, o Ministério Público e Polícia Federal, que comandaram até agora a Operação Zelotes. Merecem toda a nossa admiração e todo o nosso respeito.

Só para seguir aqui, mais uma pequena informação. Esses 780 processos representam R\$357 bilhões. Processos entre R\$100 milhões e R\$10 milhões são 4.245, que somam uma quantia de R\$125 bilhões. Processos de R\$10 milhões a R\$100 mil, representados por 13.190 processos, R\$43 bilhões. E processos abaixo de

R\$100 mil, 93.698 processos, representam apenas R\$9 bilhões. Ou seja, 1% de todo esse contencioso representa R\$327 bilhões.

Portanto, eu vejo que a responsabilidade, Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Relatora, nosso Vice-Presidente Donizete, todos os Senadores e Senadoras componentes desta Comissão, a nossa responsabilidade é enorme. O povo espera deste Congresso Nacional uma resposta e um trabalho muito efetivo. Nós precisamos, eu vejo assim, salvo melhor juízo, além de toda a estrutura que temos aqui, de pessoal, a Adriana e demais companheiros, formar uma equipe altamente técnica, porque tem muito papel pela frente para a gente analisar. Vejo que esse tempo de quatro meses, a princípio, é um tempo muito curto, mas o Senador, nosso querido Presidente Renan, sempre tem sido muito sensato, e imagino que, se necessário for, ele vai nos conceder mais prazo. Também essa verba que foi destinada, a princípio, o valor de R\$100 mil, talvez tenhamos que rever e também que conversar com o nosso Presidente do Congresso Nacional sobre isso.

Enfim, eu ratifico o tamanho da nossa responsabilidade, principalmente minha, como Presidente. É um privilégio muito grande estar à frente desta Comissão, tendo como componentes Senadores como o Otto, o meu querido Senador Randolfe Rodrigues, meu Líder Pimentel, nossa querida Senadora Simone e tantos outros.

Eu tenho a mais absoluta certeza de que vamos fazer um belo trabalho e vamos – essa é a minha grande expectativa, meu grande objetivo pessoal – retornar aos cofres públicos o que é do povo. E eu vejo que não é pouco dinheiro, não; é uma avalanche de dinheiro, e não vai ser difícil.

Eu pretendo, Relatora, juntamente com o nosso Vice, trabalhar conjuntamente com o Ministro Levy, Ministro da Fazenda. Nós vamos ter que ter aí uma boa parceria, nós vamos ter que conversar muito.

Logo, então, vamos colocar em votação o requerimento do Senador Otto. Mas eu gostaria de perguntar à Senadora Vanessa se ela quer fazer uso da palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Serei breve, Sr. Presidente.

Primeiro, quero corroborar com o que disse V. Exª e com o que disse o Senador Otto Alencar. Acho que nós temos uma responsabilidade gigante nesta Comissão. Não é de hoje e nem precisou vir à tona a Operação Zelotes para que o Senador Otto Alencar já andasse pelos corredores da Casa com números, levantamentos e estudos feitos, mostrando o quanto o Brasil sofre com essa evasão fiscal absurda. Uma evasão fiscal que acontece na União, acontece nos Estados e acontece nos Municípios.

Portanto, eu creio que nós vamos trabalhar aqui com dados extremamente sensíveis. Temos que saber exatamente dosar. Temos que ter aqui uma dosimetria importante porque não podemos trabalhar com a irresponsabilidade de não levarmos em consideração o fato de que trabalharemos com dados extremamente sensíveis. Agora, são dados que importam muito à Nação brasileira.

A gente vive um momento de crise, uma crise que não é pequena, uma crise econômica importante, em que o povo brasileiro, os trabalhadores estão sendo chamados a colaborar, dando a sua parcela de contribuição para que a gente possa economizar o máximo que for possível.

E eu creio que precisamos de um outro movimento. E um movimento que não necessariamente devesse passar pelo aumento de tributos, que é o que se cogita um pouco, mas, quem sabe, pela otimização dos tributos que nós já temos hoje. Porque grande parte deles, ao invés de serem arrecadados, de chegarem aos cofres públicos, tomam outros caminhos.

Aliás, hoje, tem uma matéria muito importante na imprensa brasileira dando conta de que, agora, a própria Ordem dos Advogados do Brasil decidiu que advogados que compõem o Carf não mais poderão desenvolver o exercício da advocacia. Isso é muito importante, porque não é possível que alguém, na condição de julgador, possa continuar exercendo funções de defender uma das partes. Isso é impraticável.

Mas eu acho que esta CPI vem com esse objetivo. Eu assinei a CPI quando o Senador Ataídes coletava assinaturas, e não apenas eu. Essa foi uma CPI absorvida não como a CPI daqueles que lutam a favor ou contra o Governo, não. É uma CPI de todos aqueles que lutam a favor do Estado brasileiro. E a CPI nasceu com esse objetivo. Até pensei, pelo fato de o assunto ser evasão fiscal, se não seria o caso de ser compartilhada com uma CPI que já está em curso aqui na Casa, a CPI do HSBC, que trata também da questão da evasão de divisas. Mas, enfim, foi a opção que a Casa tomou ter duas comissões parlamentares de inquérito separadas, mas ambas tratam de assuntos extremamente sensíveis e importantes para o Brasil.

Acho que os números com que nós nos deparamos não são números pequenos. O Senador Ataídes acaba de fazer um levantamento, mas, se levarmos em consideração os números utilizados pela imprensa, os números que já foram trabalhados através da Operação Zelotes, são números extremamente graves. Dados comprovam que, dos R\$19 bilhões envolvidos, quase R\$6 bilhões estariam comprovadamente – comprovadamente – sendo desviados dos cofres públicos.

Enfim, eu aqui quero agradecer ao Bloco de Apoio ao Governo. Eu não mais pertenço ao Bloco de Apoio ao Governo, eu sou do bloco a que pertence o Senador Randolfe, Bloco Socialismo e Democracia, PSB/PPS, mas a mim foi dada essa tarefa.

E tenho certeza, Senador Ataídes, o senhor, que é do PSDB, e eu, que sou do PCdoB, sabemos disto: nós aqui não temos partido político. O nosso partido político é a Nação brasileira, é a necessidade de uma investigação profunda. E tenho certeza de que todos os membros, Senadores e Senadoras desta Comissão, terão atividades e funções muito importantes a desempenhar para ajudar no desenvolvimento de um bom trabalho.

Os requerimentos de autoria do nosso Presidente e do Senador Otto Alencar penso que são complementares. O Senador Ataídes se preocupou, em primeiro lugar, em ter acesso a informações que, até agora, nós não tivemos, porque só agora esta CPI está sendo instalada e só agora nós temos a condição de compartilhar dados que são sigilosos, dados que não são abertos. Acho que é um requerimento importante, que solicita o compartilhamento de informações de tudo aquilo que já foi coletado a partir dessa operação, que não é recente, já tem algum tempo, do que a operação recolheu. E o requerimento do Senador Otto é para ouvir pessoas que diretamente estão vinculadas.

Eu não sei, Senador Otto, se não seria importante, primeiro, que tivéssemos o acesso às informações para depois fazermos essas oitivas, porque ouvir pessoas sem ter conhecimento mais profundo da matéria é importante, mas creio que é muito mais importante podermos ouvir as pessoas a partir do momento em que pudermos ter conhecimento de alguns dados, que pudermos nos aprofundar em alguns dados a mais para podermos dialogar.

Enfim, são vários convidados aqui, mas isso não impede que possamos, se for assim a vontade do Senador que propõe o requerimento, ouvir pelo menos um ou dois desses convidados, visto que são muitos, já na próxima semana. Agora, precisamos nos apressar, tenho esse entendimento, para que tenhamos acesso a esses dados que detém o Ministério Público e Polícia Federal, para que possamos organizar melhor o plano de trabalho que deveremos, em breve, apresentar a esta Comissão e que deverá orientar todos os nossos trabalhos.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

Senador Pimentel, permita-me passar a palavra a V. Ex^a dentro de alguns minutos.

Só seguindo a fala da nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, esses R\$6 bilhões que ela colocou, aproximadamente R\$6 bilhões, como já verificado pela Operação Zelotes, e isso acabou de se confirmar, referem-se a exatamente R\$5,7 bilhões. Isso já está decidido, já está definida essa fraude no Conselho de Administração do Carf.

Queria também aproveitar, porque fiz um agradecimento, mas o fiz pela metade, para ratificar: parabênizo os operadores desta Operação Zelotes, o Procurador da República, o Dr. Frederico Paiva; bem como o Delegado da Polícia Federal, Dr. Marlon Cajado, que presidiu o inquérito; e o Dr. Oslain Santana, Diretor de Combate ao Crime Organizado na Polícia Federal.

Senador Otto, a Senadora Vanessa, nossa Relatora, fez essa colocação sobre o vosso requerimento, dizendo que até então não temos informações suficientes para chamá-los, para convidá-los, para fazer os nossos convites às pessoas certas. Eu até concordo com ela, mas vejo que, se for de acordo com todos, Senadores e Senadoras, podemos, Relatora, aprovar o requerimento do Senador Otto. Porque no nosso requerimento, a princípio, faço exatamente isto, Relatora: busco informações, através desses dois requerimentos que, de acordo com o art. 121 do Regimento Interno, incluo extrapauta, busco informações da Operação Zelotes junto ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal. Eles podem – já andaram quilômetros – nos munir de informações. Diante dessas informações, vejo de bom alvitre começarmos a ouvir. Então, estou na linha da Relatora.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pois bem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Os dois nomes citados a princípio são do Ministério Público e da Polícia Federal. Os dois primeiros da relação que citei são os dois que podem nos informar, porque acompanham de perto isso. Então, não vejo ninguém mais bem informado do que quem investigou e tem todos os relatórios para ser ouvido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Correto. Então, vamos colocar em votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Quero discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Também gostaria de colocar os nossos dois requerimentos.

Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Ataídes Oliveira; nosso Vice-Presidente, Donizeti Nogueira, meu companheiro; nossa Senadora Vanessa Grazziotin, Otto, nosso Senador Randolfe e Simone, eu quero começar registrando que vamos aprovar os requerimentos, mas eu deixaria como sugestão que, na próxima reunião de trabalho, a nossa Relatora pudesse nos trazer um plano de trabalho para que a gente possa aproveitar ao máximo, em investigação e encaminhamento, esses 120 dias. Esse plano de trabalho é decisivo para que possamos melhor aproveitar o curto tempo de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito dispõe.

Em segundo lugar, eu sei que a nossa Relatora vai precisar requisitar uma série de auditores, de técnicos para auxiliá-la nessa matéria, porque há muitos documentos já junto ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Justiça Federal, que conduz esse processo.

Entre esses documentos, o primeiro é uma carta-denúncia lá de fevereiro de 2014, que traz a grande fundamentação de toda investigação. Eu acredito que a nossa Comissão precisará dessa carta-denúncia, que foi a base de todo processo de investigação, inicialmente, administrativo e, posteriormente, conduzido pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário Federal. Para nós, esse é um documento-chave, porque ali há um conjunto de informações que nos permitirão compreender como esse processo foi construído ao longo dos últimos anos.

Eu sou daqueles que entendo que nós vamos precisar convocar todos os membros do Carf a que esta carta faz referência, para que nós possamos... E, depois, se entendermos que precisamos investigar outros membros do Carf, também ali iremos adiantar... Eu já fiz um levantamento prévio. Existem aí mais ou menos 54 – entre empresas e pessoas – que nós vamos precisar ouvir, sem prejuízo dos nomes que o Otto aqui está apresentando, dos documentos que V. Ex^a está sugerindo.

Vamos necessitar também fazer toda uma avaliação no campo da legislação, para que possamos fechar algumas facilidades que hoje há principalmente no campo do enriquecimento ilícito do servidor público. E aqui é o exemplo concreto: temos aqui, na Casa, uma série de matérias em tramitação – tanto no Senado, como na Câmara Federal. E, aí, a nossa Relatora será a pessoa mais indicada para nos subsidiar, subsidiar a Mesa Diretora dos trabalhos e nós, membros, nesse processo.

E eu também vou pedir a V. Ex^a que marque a próxima reunião, para que nossa Relatora possa trazer o plano de trabalho, e eu vou protocolar, de hoje para amanhã, um conjunto de requerimentos de convocação de pessoas, de requisição de documentos, para subsidiar essa caminhada. E entendo que a vinda dos delegados e do Ministério Público Federal, como peças primeiras, é muito importante.

Talvez tenhamos que fazer algumas sessões reservadas com esse público, para que eles efetivamente possam nos fornecer os dados que eles possuem, porque grande parte dos dados que eles têm está ainda em fase de investigação ou em sigilo aposto pelo Poder Judiciário. E, fatalmente, esses delegados e o procurador não poderão abrir todos os dados em uma sessão aberta, mas, em uma sessão reservada, nós teremos oportunidade de ouvi-los.

Eu acho que iniciar pelos dois delegados e pelo Ministério Público Federal é um bom começo, enquanto esses documentos chegam para que nós possamos melhor encaminhar.

Portanto, têm meu voto favorável os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Pimentel, eu vou... O.k. Só mais um segundo. Eu vou conversar... Nós vamos conversar... Vamos ouvir, então, primeiro... O.k., concordo.

Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente eu queria saudar a Mesa que foi eleita aqui. Eu estarei nesta CPI, acompanhando os trabalhos desta CPI.

Coube a mim a honra de ter sido designado pelo Bloco Socialismo e Democracia como suplente da Senadora Vanessa, e tenho certeza de que não será preciso, em nenhum momento, o exercício da titularidade. Na condição de suplente, cabe-me o direito de encaminhar requerimentos. E a Senadora Vanessa, que também é membro da outra CPI da qual faço parte – nessa sou Vice-Presidente, e inverte-se a condição –, sabe que essas nossas duas CPIs, a CPI do HSBC Swissleaks, em que estamos, Vanessa, eu e você, e esta CPI aqui, vão ter momentos de diálogo. Tenho certeza disso. Estou convencido, pelos passos que já foram dados pela CPI do HSBC e pelo que motivou, Senador Pimentel, esta CPI aqui, no próprio requerimento de origem, eu estou convencido de que nossas CPIs vão se comunicar, vão ter que trocar documentos e, quem sabe, até fazer audiências em conjunto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Apresente um requerimento de compartilhamento de documentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado.

Já acato aqui uma sugestão do Senador Pimentel, nosso Líder, mais do que adequada e tempestiva. Nós vamos protocolizar aqui um requerimento de compartilhamento de informações, porque acho indispensável esse caminhar conjunto das duas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Quero já parabenizar o Senador Otto pelo primeiro requerimento, que, assim como disse o nosso Líder Pimentel, é um bom começo para esta CPI. Esta CPI deve ter tido origem, obviamente, em uma operação da Polícia Federal, em uma carta-denúncia, como o Senador Pimentel falou aqui anteriormente, mas já tem um procedimento em curso, com uma operação da Polícia Federal e uma investigação por parte do Ministério Público. É o melhor caminho iniciar este procedimento ouvindo o Ministério Público e ouvindo a Polícia Federal. Então, sei que certamente os colegas aqui vão aprovar esse requerimento, que vai dar início a esta Comissão Parlamentar.

O trabalho que esta Comissão vai realizar, vai desempenhar, combinado com o que estamos fazendo na CPI do HSBC, pode apresentar para o Brasil, inclusive, alternativas, Senador Ataídes, Senador Donizeti, Senadora Simone, Senador Pimentel, Senador Otto; pode apresentar para o Brasil alternativas ao sufoco que estamos vivendo hoje, porque temos que dizer, concretamente, no Brasil, que a regra jurídica que tem como princípio que a lei é igual para todos tem que valer fazendo com que os ricos também paguem imposto neste País. Esta CPI, aliás – e por isso eu digo e repito que é necessário o diálogo com a nossa –, vai com certeza chegar a essa conclusão de que há um favorecimento aos mais ricos no próprio sistema tributário que temos no País.

Mas não é só no sistema tributário. Eu vejo que é indispensável a investigação sobre esse dito Conselho de Arrecadação de Recursos Fiscais (Carf), que é objeto primeiro desta Comissão de Inquérito, de investigação. Como esses membros têm atuado? Qual é a atuação desses membros? O cumplicidade e compartilhamento que têm, a coincidência da atuação de alguns membros com alguns que são, que deveriam ser – vou utilizar o termo “clientes”, mas não é isso –, deveriam ter recursos ao Carf. O cumplicidade, em algum caso, tenho certeza de que vai ser objeto aqui de investigação.

Isso é só... O Carf é a expressão do que ocorre na esfera federal do que a lei tributária já tem nas esferas estaduais. E talvez, com o desenrolar desta CPI, a gente até veja que o que pode ter sido objeto das denúncias do Carf também ocorre na esfera estadual.

Então, eu queria cumprimentar o Senador Ataídes pela iniciativa; os membros, pelo trabalho de investigação; e dizer da necessidade que vamos ter de essas duas Comissões trabalharem em conjunto, porque o nosso trabalho, principalmente com o cabedal técnico necessário que vamos ter para a investigação, não tenho dúvida de que, no final, será indispensável para o Brasil.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Só complementando o que disse o Senador Randolfe Rodrigues, creio que poderemos ter até uma saída para indicar ao Governo Federal. Na minha opinião, o Carf só serviu aos sonegadores, não serviu ao Estado. Então, seria o fato, inclusive, de o Governo Federal mandar uma medida provisória extinguindo o Carf. Não faria falta nenhuma, porque temos o Tribunal Federal de Recursos, a Justiça Federal para julgar esses autos de infração, sem nenhum problema.

E outra coisa que se poderia levar ao Governo Federal seria a possibilidade, por levantamento feito aqui na CPI ou até pelo Ministério da Fazenda, de se fazer um Refis para o pagamento desses recebíveis todos – o Governo está numa situação difícil de caixa –, para arrecadar esse recursos. Iria ajudar e até diminuir o penoso ajuste fiscal que o Congresso está analisando e votando aqui, vai votar agora no Senado.

Então, é uma sugestão que faria, até porque, observando os grandes devedores, são todos empresas ricas, de grande potencial: na mineração, o Gerdau; o Banco Safra, o Banco Itaú, a Ford, a RBS, lá do Rio Grande do Sul, uma gigante da comunicação.

Concordo plenamente, isso foi identificado pela Polícia Federal, um dos componentes do Carf disse isso, que, no Brasil, só paga imposto assalariado, desconta-se na fonte. Os menores pagam, e os grandes não pagam impostos.

Eu pediria a V. Ex^a que colocasse o nosso requerimento em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Concedo a palavra agora ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pois é, Senador Ataídes Oliveira. Eu não quis apoiá-lo para governador, e estamos, nós dois, na Mesa agora, e eu como seu Vice-Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com muito prazer!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É uma honra!

Eu penso, nem quero discutir muito, mas só colocar o meu posicionamento sobre os respectivos requerimentos que são todos acertados, que esta CPI, juntamente com a CPI do HSBC, são as duas CPIs mais importantes que temos que tocar aqui neste momento, pelo que vive o País. Certamente, poderão aparecer outras até mais importantes, mas esse câncer, daqueles que recolhem o dinheiro do cidadão no dia a dia e depois não repassam para o Governo Federal, precisa ser combatido.

Nós temos esse papel hoje. Na verdade, temos essa oportunidade de dar essa grande contribuição para o Brasil, Senadora Vanessa Grazziotin, neste momento histórico.

Então, coloquei-me à disposição, a pedido do meu Partido, indicado pelo meu Líder, Senador Humberto Costa, porque acredito muito que essa é uma contribuição que vai somar muito para o País e vai ajudar a resolver muitos problemas do povo brasileiro. Precisamos aqui arrochar os parafusos, apertar os sonegadores, inclusive para conseguir com eles, de repente, uma negociação muito a favor do País, através de coisas como as que propôs o Senador Otto Alencar.

Vamos à luta, porque o País está precisando de nós!

Muito obrigado.

É uma satisfação estar com V. Ex^a aqui e com a Senadora Vanessa Grazziotin, que tem sido para mim, aqui no Senado, uma mulher que é referência no combate aos malfeitos que a nossa Presidente Dilma sempre defendeu. E estamos aqui para contribuir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Presidente.

Antes de mais nada, gostaria de, em público, agradecer ao meu Líder, Senador Eunício Oliveira, pela indicação do meu nome a esta Comissão, a esta CPI tão importante, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Apesar de estar chegando a esta Casa, venho com muita energia e, acima de tudo, com a consciência do momento crítico que o País atravessa, exigindo, acima de tudo, de todos nós algo que eu gostei muito de ouvir na sua fala e na fala da nossa querida Senadora Vanessa, ora Relatora, a palavra: responsabilidade.

Então, assumo aqui, como titular, nesta CPI, aproveitando também para parabenizá-lo pela iniciativa, porque foi autor do requerimento de instalação, e pela Presidência mais do que justa.

Estarei pronta para o trabalho.

Concordo com o Senador Donizeti. Esta é uma das CPIs mais importantes que já passaram pelo Senado, principalmente pelo momento que vivemos, diante de um ajuste fiscal que precisa economizar R\$60 bilhões, R\$80 bilhões. Pelos números que, aparentemente, surgem diante dos nossos olhos, em relação a possíveis desvios de recursos públicos do Conselho Administrativo da Receita Federal, daria para cobrir em seis vezes esse valor, sem precisarmos mexer, infelizmente, em direitos trabalhistas.

Mas, enfim, o importante é que esta CPI chega suprapartidária, com responsabilidade, com equilíbrio e exigindo de todos nós muita coragem. Muita coisa virá pela frente, nós sabemos disso. Quem conhece um pouco do Poder Executivo como um todo sabe, nos meandros, nos bastidores, que, muitas vezes, a legislação permite, infelizmente, certos desvios. Mas, acima de tudo, a conclusão dos trabalhos será fundamental para algo que entendo muito grave. Mais do que a crise econômica, do que a crise política neste País, estamos vivendo uma crise de credibilidade das instituições. Não acreditar na classe política é um direito do cidadão. Quando essa descrença vai para as instituições a ponto de questionar a democracia como o melhor dos governos, isso nos preocupa e exige a responsabilidade de dar resposta à sociedade.

Precisamos resgatar, no coração das pessoas, a confiança na democracia, nas instituições fortes, nos poderes e também no Poder Legislativo, no Senado Federal.

Eu queria encerrar, já me manifestando em relação ao requerimento do Senador Otto e à preocupação da nossa Relatora. Entendo a preocupação da Senadora Vanessa, mas também concordo com o Senador Otto. Acredito que não atrapalhe, mesmo antes que os documentos cheguem à nossa mão, que possamos ouvir a Polícia Federal, o Ministério Público e – por que não? – até um técnico, se não o secretário executivo, o técnico do Ministério da Fazenda, para que nós tenhamos uma visão do todo.

Primeiro, no lado do Executivo. Como é que funciona realmente esse Conselho Administrativo? Por parte do Ministério Público e da Polícia Federal, o que é que eles, a princípio, averiguaram? Com essa noção do todo, nós temos, através dos documentos, os detalhes que só realmente a prova documental irá nos oferecer.

Então, não vejo como prejudicial o requerimento. Ao contrário. Acho que vai fazer com que possamos economizar nosso tempo, obtendo uma visão genérica da questão e depois nos aprofundando na pilha de documentos que virão pela frente.

Bom trabalho a todos nós! Que prevaleça, acima de tudo, o interesse público da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, é apenas para tentar aqui resumir aquilo que ouvi como proposta dos nossos Parlamentares. Não há nenhuma divergência, acho que todas as sugestões se complementam.

Temos três requerimentos à mesa, dois de V. Exª, de sua autoria, que solicitam informações, e o requerimento que apresenta uma lista de convidados. A sugestão é para que marquemos uma próxima reunião para apresentação, por parte da relatoria, do plano de trabalho. Então, acho que, primeiro, é possível aprovar os requerimentos todos – todos. E pediria mais: um contato imediato tanto com o Delegado da Polícia Federal quanto com o Procurador, para que possam agilizar o envio das informações.

Sobre a próxima reunião, poderíamos fazer na semana que vem. Acho que já terei condições de trazer a proposta, Senador Pimentel, para o plano de trabalho. E convidaríamos os dois, o que eu também creio que não vá prejudicar, até para que tomemos conhecimento público e, quem sabe, com uma parte fechada também, do andamento das investigações. Ou seja, podemos marcar as próximas oitivas com o Delegado da Polícia Federal e o Procurador da República responsável pelo caso, apenas lembrando que essa não é uma situação tranquila.

Já aparecem divergências entre os investigadores e o Poder Judiciário, divergências fortes, o que demonstra que, talvez, esta CPI nasça num momento importante, num momento em que se pode reforçar a necessidade das investigações e, através dessas investigações, chegar a conclusões e a comprovações importantes, para que possamos fechar a torneira desse desvio de que o Brasil, infelizmente, tem sido vítima, e uma vítima importante, de quem utiliza os meios mais diversos, legais, mas, na maioria das vezes, ilegais, burlando e utilizando a legislação tributária, que é extremamente complexa, para poder desviar e não recolher aos cofres públicos aquilo que deveria recolher.

Em resumo, Presidente, encaminho favoravelmente aos requerimentos apresentados.

Podemos, daqui a uma semana, fazer a reunião para a apresentação do plano de trabalho e o convite ao delegado e ao procurador para que venham prestar depoimento. Entretanto, Senador, eu sugiro que, primeiro, façamos uma reunião para aprovar o plano de trabalho. Ou então pode ser o inverso. Acho que podem até vir o delegado e um membro do Ministério Público. Em seguida, daria subsídio, e, numa próxima reunião, aprovaríamos o plano de trabalho. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Perfeito.

A Relatora, Senadora Vanessa, respondeu ao nosso querido Senador Pimentel sobre o plano de trabalho e também sobre a próxima reunião, Senador Pimentel. E, quanto à carta-denúncia que V. Exª colocou no vosso requerimento, que espero seja aprovado aqui, hoje, evidentemente fará parte de toda essa documentação.

Senadora Simone, não nos abandone neste momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – O.k. Temos informação.

A respeito do que disse o Senador Randolfe, de que a CPI do Carf e do HSBC vão andar concomitantemente, eu concordo e compartilho perfeitamente com tudo que esse jovem e competente Senador colocou. Nós vamos, realmente, trabalhar muito alinhados com informações.

O Senador Otto colocou também como sugestão a extinção do Carf. Eu vejo, Senador, que há dois grandes nomes hoje, da área tributária, um deles o Dr. Everardo Maciel, que foi Secretário da Receita Federal, e o Dr. Sancha, que defendem a permanência do Carf, desde que se façam as modificações. Recentemente, como disse a Relatora, a Presidente da República tomou algumas decisões para fazer algumas pequenas correções. Agora, como eu vejo: no final desse nosso trabalho, eu não tenho dúvida, Relatora, de que vamos ter informações com sobra, para que nós possamos, aqui mesmo, no Congresso Nacional, criar um método ou um novo Carf da Receita Federal. Eu acredito que nós temos condições, após o término dos nossos trabalhos, de ajudar muito na operacionalidade desse conselho.

Só para se ter uma noção, são 360 conselheiros, sendo 216 titulares e 114 suplentes, ou seja, uma avalanche de gente, e vários advogados, trabalhando gratuitamente. Vamos ver, depois, se eles conseguem fazer esse trabalho voluntário, gratuitamente, às APAEs, às ONGs no Brasil.

Só para ter uma noção também, se me permitem, o Carf era dividido em três sessões julgadoras. Houve lá, recentemente, um caso interessante. Ao julgar um débito de aproximadamente R\$4 bilhões, em que houve um empate técnico, a decisão ficou tão somente não mão de um conselheiro. Isso está errado. Nós vamos ter que rever esse sistema como um todo.

V. Exª, Senador Otto, falou sobre o Refis. Olhe uma saída extraordinária, porque são devedores em potencial que têm liquidez. Então é uma boa sugestão de V. Exª.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Presidente, vai começar a Ordem do Dia. Então, acho que seria bom colocar em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Então vamos deixar, porque eu falo muito...

Deixe-me ler o meu requerimento como extrapauta. De acordo com o artigo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – A minha proposição é votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Isso. Vamos votar em conjunto. Pode ser?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Deixe-me ler aqui o número 2, de minha autoria.

ITEM 2

Requerimento Nº 2/2015

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/52 e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Departamento de Polícia Federal encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a urgência possível, a título de compartilhamento de informações, cópia de todos os documentos em seu poder relativos aos fatos investigados na Operação Zelotes.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Aqui justifico.

Outro requerimento, também de conformidade com a lei.

ITEM 3

Requerimento Nº 3/2015

Requeiro ao Ministério Público Federal que encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, com a urgência possível, a título de compartilhamento de informações, cópia de todos os documentos em seu poder relativos aos fatos investigados na Operação Zelotes, da Polícia Federal.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Terceiro requerimento.

ITEM 4

Requerimento Nº 4/2015

Requer ao Juiz da 10ª Vara Federal que encaminhe a esta CPI cópia de todos os documentos em seu poder relativos aos fatos investigados na Operação Zelotes.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Essa é uma das causas em que V. Exª disse que houve um pequeno conflito.

Pois bem. Eu colocaria em votação o Requerimento nº 1, do Senador Otto, o Requerimento nº 2, de minha autoria... Primeiro, eu vou passar a Presidência. O vice teria que assumir para que fossem aprovados os meus requerimentos, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Excelência, vote o dos Senadores primeiro, depois votamos o de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vamos votar em bloco então o Requerimento nº 1, o Requerimento nº 2, o Requerimento nº 3 e o Requerimento nº 4.

Senadores e Senadoras que aprovam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nominalmente? Não tem necessidade. Os Senadores que concordam com os requerimentos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, eu acho que pelo menos os requerimentos que solicitam informações, compartilhamento, porque eles estão sob segredo de justiça, seria importante votar nominalmente para que se evitasse... Nós temos quórum agora.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, José Pimentel. Voto favorável aos quatro requerimentos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Também, Sr. Presidente, voto favorável aos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota a Senadora?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Como vota o nosso Vice-Presidente, Senador Donizeti?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB - TO) – Aprovados os quatro requerimentos. (É o seguinte item também aprovado:

ITEM 1

Requerimento Nº 1/2015

Requer a convocação dos Srs. Paulo Riscado, Procurador-Chefe da Fazenda Nacional no Cocat, Frederico Paiva, Membro do Ministério Público Federal, Oslain Campos Santana, Delegado da Polícia Federal da Operação Zelotes, Carlos Barreto, Presidente do Carf, Maria Teresa Martinez Lopes, Vice-Presidente do Carf, Paulo Roberto Cortez, Conselheiro do Carf, e Leonardo Siade Manzan, Advogado.

Autoria: Senador Otto Alencar)

Não havendo mais nada a discutir, encerro a reunião desta Comissão e a próxima, acredito, será na semana seguinte. Nós iremos conversar aqui, eu, a Relatora e o nosso Vice.

Muito obrigado a todos. – Senador **Ataídes Oliveira**, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 14 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Consumidor: CDC e normas correlatas



Esta obra reproduz o texto integral da histórica lei que, promulgada dois anos depois da Constituição de 1988, passou a regular as relações de consumo no Brasil a partir de 1991. Além dela, o volume apresenta os dispositivos da Constituição e do Código Penal relativos ao tema, e algumas relevantes normas correlatas.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 70 páginas
(O.S. 12602/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

